





**Catarina de Almeida  
Miranda**

**Monoparentalidade Feminina: uma investigação  
ação participativa com mulheres protagonistas**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação e Formação, na área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

À minha mãe, por nunca desistir.

A vocês, R. P. S., pela força e perseverança.

## **o júri**

presidente

**Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira**  
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

**Professor Doutor António Maria Martins**  
Professor auxiliar aposentado da Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves**  
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Agradeço aos outros dois mosqueteiros com quem completo o trio, vocês são o mais importante na minha vida. Obrigada ao meu amor, pela paciência, confiança e incentivo. Agradeço a todos que me acompanharam e que de algum modo me deram força, família e amigos. Um agradecimento também à minha maior amiga pelo apoio e motivação.

Ao longo desta jornada, a vossa compreensão e suporte foi fundamental.

Não poderia deixar de manifestar o meu agradecimento à Professora Manuela Gonçalves pela orientação e apaziguamento.

Agradecimento também à G. e à S., que foram a minha rampa de lançamento, possibilitando o contacto com as participantes e à Câmara de Gesin pela forma exímia como receberam a nossa Proposta.

Ainda um especial agradecimento às mulheres, mães incríveis, que aceitaram participar nesta investigação, foi a força e o carinho delas que me alimentou para concretizar este trabalho.

**palavras-chave**

Reconfigurações familiares, monoparentalidade feminina, papéis de género, exclusão social.

**resumo**

A monoparentalidade é um fenómeno que tem registado um aumento significativo nas sociedades contemporâneas. Em Portugal, apesar da existência de alguns estudos sobre este tema, este não tem sido estudado numa ótica educativa, situada no âmbito da investigação em Educação Social e Intervenção Comunitária. Assim, este trabalho procurou ultrapassar esta lacuna, apresentando como objetivo central criar condições para que três mulheres, protagonistas de famílias monoparentais femininas, pudessem partilhar experiências decorrentes da sua condição familiar e encontrar dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, de modo a ultrapassar eventuais barreiras socialmente impostas.

O enquadramento focou a evolução do papel da mulher na sociedade relacionando essa questão com as reconfigurações familiares e conseqüente monoparentalidade, incluindo ainda a temática da exclusão e das vulnerabilidades sociais que afetam as mulheres de famílias monoparentais.

A metodologia de investigação, inserida no paradigma sociocrítico, foi desenvolvida de acordo com o método da investigação-ação participativa, com uma natureza qualitativa e através de grupos de discussão focalizada e dinâmicas de grupo diversificadas. Ao longo de 30 semanas, pôde constituir-se um grupo informal de diálogo e partilha, fazendo emergir as problemáticas e necessidades destas mulheres, mas também as suas forças e capacidades. O culminar desta investigação é a proposta para criação de um grupo informal que possa atuar como facilitador de suporte e informação junto das famílias monoparentais na cidade das participantes.

**keywords**

new family structures, female single-parenting, gender roles, social exclusion

**abstract**

Contemporary societies have witnessed a significant increase of the single-parent family phenomenon. Despite some studies covering the topic in Portugal, single-parenting has not yet been thoroughly researched from an educational point of view within the framework of Social Education and Community Action. This study thus aims to fill this gap in two ways. Firstly by focusing on creating a favourable environment so that three women, parent figures in female single-parent families, could share experiences which result from their family structure. And secondly by developing mutual support dynamics and mechanisms so as to overcome any socially imposed barriers onto these women.

The framing employed focused on the development of female gender roles in society in relation to new family structures and, consequently, single-parenting, while simultaneously including the question of the alienation and vulnerability of single mothers.

Within the sphere of the sociocritical paradigm, the methodology was developed in a qualitative manner according to the Action Research Method, through a focus group with diversified group dynamics. In a 30-week timeframe, an informal group of conversation and sharing was established, bringing to light not only the issues and needs the single mothers in question face, but also their strengths and capabilities. This research culminated with a proposal for the creation of an informal group which facilitates support and information-sharing to single-parent families in the participants' city.

<b>Índice</b>	
Índice de Quadros .....	11
Índice de Tabelas .....	11
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo I – Revisão de Literatura .....</b>	<b>16</b>
1. A família.....	16
1.1. O conceito de família .....	16
1.2. O papel da mulher na família .....	18
2. Reconfigurações familiares no Portugal contemporâneo .....	21
2.1. Tendências de transformação das famílias .....	21
2.2. Famílias monoparentais femininas .....	25
2.3. Viver a monoparentalidade: a pluralidade de papéis sociais .....	34
3. A monoparentalidade no feminino.....	37
3.1. Dinâmicas de inclusão e exclusão social .....	37
3.2. A importância da rede de suporte familiar, social e os apoios económicos.....	42
<b>Capítulo II - Metodologia de Investigação.....</b>	<b>46</b>
1. Técnicas e dispositivos de recolha de Informação .....	49
1.1. O Grupo de discussão focalizada (Focus-Group).....	49
1.2. Os 6 Chapéus do Pensamento.....	52
1.3. O Círculo dos Amigos .....	53
1.4. O Path .....	54
<b>Capítulo III – O processo de Investigação.....</b>	<b>56</b>
1. Entrada no terreno .....	56
2. Descrição-síntese das atividades desenvolvidas .....	58
<b>Capítulo IV – Caraterização do contexto e das participantes .....</b>	<b>61</b>
1. Caraterização do contexto da investigação.....	61
2. Caraterização das participantes – as mulheres protagonistas .....	63
2.1. Conhecer a Leonor .....	63
2.2. Conhecer a Iolanda .....	64
2.3. Conhecer a Maria João .....	65
<b>Capítulo V - “ Eu não me sinto uma família diferente das outras” .....</b>	<b>66</b>
Análise e Discussão dos Resultados.....	66
1. Os papéis familiares .....	66
1.1. Perceções do conceito família.....	66



1.2.	Vida familiar: o quotidiano .....	69
1.3.	Participação dos filhos .....	71
2.	A evolução do papel da mulher na família .....	73
2.1.	A mulher como chefe de família .....	73
2.2.	A mulher, ainda que mãe .....	75
3.	Os novos tipos de família.....	76
3.1.	Família Monoparental (origem, causas e fatores).....	76
3.2.	Rutura conjugal e o atual papel do pai na vida dos filhos.....	78
3.3.	Conjuntura legislativa .....	84
3.3.1.	Regulação do Poder Paternal .....	86
3.4.	Os novos vínculos afetivos.....	88
4.	Famílias Monoparentais femininas .....	90
4.1.	Caraterização familiar .....	90
5.	Discriminação social e familiar .....	92
6.	Rede de suporte.....	94
7.	Violência doméstica e maus tratos .....	97
8.	Apoios Socioeconómicos .....	99
9.	Emprego e imposições laborais.....	104
10.	Relação escola-família.....	106
	<b>Considerações finais e a Proposta para a criação do Grupo de Apoio às Famílias (G.A.F) ...</b>	<b>111</b>
	Referências Bibliográficas .....	114
	ANEXOS .....	121
	Anexo 1 – Ficha de caraterização .....	122
	Anexo 2 – Consentimentos informados .....	124
	Anexo 3 – Notas de campo das sessões realizadas .....	127
	Anexo 4 – Definições de Família das participantes.....	144
	Anexo 5 – Path Iolanda.....	145
	Anexo 6 – Path Maria João.....	146
	Anexo 7 – Path Leonor .....	147
	Anexo 8 – Prós e Contras da Monoparentalidade .....	148
	Anexo 9 – Círculo de Amigos da Leonor.....	149
	Anexo 10 – Círculo de Amigos da Maria João .....	150
	Anexo 11 – Círculo de Amigos da Iolanda .....	151
	Anexo 12 – Publicidades utilizadas na sessão.....	152

Anexo 13 – Proposta GAF..... 153

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 - Como conciliar a família e o trabalho? .....	35
Quadro 2 - Informação sobre as sessões realizadas .....	59

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1- Famílias monoparentais femininas .....	32
--	----

## Introdução

Nas sociedades contemporâneas, as famílias monoparentais têm vindo a aumentar, na sequência de várias transformações sociais, designadamente o aumento do próprio divórcio. A grande maioria destas famílias, quer em Portugal como noutros países da Europa, é maternocêntrica, isto é, constituída por uma mulher (mãe) e por seu(s) filho(s).

A experiência da monoparentalidade no feminino pode colocar as suas protagonistas em situação de desvantagem e vulnerabilidade social. De acordo com Guadalupe et al. (2015), a feminização dessas famílias pode mesmo constituir uma dimensão da sua fragilidade social, designadamente por serem particularmente vulneráveis à pobreza. De uma forma geral, “as famílias com menores recursos tendem a viver a situação de monoparentalidade de forma mais negativa e estigmatizada, sobretudo quando as mulheres apresentam baixas qualificações e rendimentos, recaindo os encargos familiares exclusivamente sobre estas” (Guadalupe et al., 2015, p.45).

Por outro lado, para além de questões económicas, outras se colocam, contribuindo para que estas famílias vivam, em maior ou menor grau, em situações de isolamento - sendo essa uma forma ativa de exclusão social. Referimo-nos ao esforço de conciliação entre a vida profissional, as atividades domésticas e o cuidado aos filhos, o qual retira às mulheres destas famílias oportunidades de vivência de sociabilidades e de participação cidadã, particularmente quando grupos e redes de suporte são frágeis ou mesmo inexistentes.

No seguimento desta situação-problema, pretende-se, neste trabalho, analisar o tópico da Monoparentalidade Feminina que se assume como uma realidade das sociedades contemporâneas.

Tendo em conta a área científica em que se inscreve este trabalho, Educação Social e Intervenção Comunitária, torna-se fundamental que a investigação faça sentido e seja co-participada pelas próprias pessoas envolvidas e que vivenciam as situações. Assim sendo, pretende-se compreender os dilemas e dificuldades destas famílias, a partir dos seus próprios discursos sobre as suas vidas, bem como que as mesmas encontrem formas de, coletivamente se organizarem pelas valências comuns, enfrentando com mais confiança as

situações de vulnerabilidade em que se possam encontrar. Por outro lado, do ponto de vista académico, embora a Monoparentalidade seja o objeto de diversas investigações já produzidas em Portugal, a sua abordagem tem assumido quase sempre um caráter quantitativo, visando caracterizar extensivamente estas famílias/situações. Assim, a presente investigação pretende contribuir para complementar o conhecimento atual sobre estas famílias, através de uma abordagem qualitativa e intensiva, com o foco centrado na compreensão das suas vidas quotidianas. Através do processo de investigação ação participativa, com a constituição de um investigador coletivo – grupo de mulheres que encabeçam famílias monoparentais maternocentricas -, espera-se que estas mulheres possam construir coletivamente respostas e propostas para as suas preocupações.

As motivações para empreender este estudo, para além da relevância social e académica atrás explicitadas, prenderam-se, também com fatores pessoais, pelo facto de a investigadora fazer parte de uma família monoparental. Este facto não foi impeditivo do estabelecimento, desde o início, de todos os cuidados éticos e de vigilância epistemológica necessários.

O objetivo geral desta investigação é compreender as vivências quotidianas da monoparentalidade no feminino, possibilitando, ao mesmo tempo, condições para o estabelecimento de práticas de encontro entre famílias monoparentais, da Cidade de Gesin, para que as mesmas partilhem experiências inerentes à sua condição familiar e possam encontrar dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, de modo a ultrapassar eventuais barreiras socialmente impostas.

Especificamente, pretendeu-se identificar os trajetos de reconfiguração familiar destas famílias e os fatores culturais, sociais e económicos que os moldam. A compreensão dos dilemas, dificuldades e conquistas do quotidiano destas famílias na atualidade é outro dos objetivos em foco bem como reconhecer exigências que a sociedade lhes coloca.

A dinamização de momentos de encontro com o intuito de promover dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, suscetíveis de responder às necessidades coletivamente sentidas por estas famílias monoparentais, identifica-se como último objetivo, mas talvez o de maior importância, considerado pelas participantes.

A organização deste trabalho define-se por 5 capítulos.

Inicialmente, no capítulo I, apelando à revisão da literatura, discute-se o conceito de família, o papel da mulher na família e a diferenciação entre os papéis de género.

A análise desenvolve-se também pela temática das reconfigurações familiares, que embora verse as tendências de transformação das famílias num Portugal contemporâneo, também integra um enquadramento do panorama geral após os acontecimentos do maio de 1968.

As famílias monoparentais, cerne desta investigação, é o assunto que se segue, revelando-se o entendimento do conceito, suas causas e fatores, bem como a integração do que a literatura revela sobre os desafios e constrangimentos destas famílias e a pluralidade de papéis sociais.

Finalmente, aborda-se as dinâmicas de inclusão e exclusão social em estreita relação com a importância da rede de suporte familiar e os apoios económicos.

No capítulo II, apresenta-se a metodologia de investigação. O estudo foi desenvolvido de acordo com o método da investigação ação participativa, enquadrado no paradigma socio crítico. O grupo de participantes é constituído por 3 mulheres, a Leonor (40 anos, 1 filho), a Maria João (48 anos, 3 filhos) e a Iolanda (45 anos, 1 filha). As 3 participantes desta investigação participaram em mais de uma dezena de sessões cujas dinâmicas de grupo, integradas em sessões de discussão focalizada e planeamento centrado na pessoa, determinaram uma análise rica dos aspetos do quotidiano, das suas visões sobre a monoparentalidade e fatores que advêm desse tipo de família e os quais as mesmas conhecem na primeira pessoa.

Através da utilização da adaptação do *Path*, por exemplo, cuja síntese das informações retratadas consta do Capítulo da análise de resultados são percecionados ideais e sonhos mas também entraves nessa prossecução. Também através de diálogos cruzados e partilhas espontâneas se determina a criação de um grupo informal entre estas mulheres, cuja relação continua a perdurar mesmo terminadas as sessões.

Os capítulos III e IV visam introduzir o trabalho empírico realizado, incidindo, respetivamente, sobre o processo de investigação (entrada no terreno e descrição síntese das atividades desenvolvidas) e a caracterização do contexto e das participantes.

No capítulo V, apresenta-se o processo de investigação e os resultados, organizados em torno de diferentes tópicos. A análise conduz-se pelas dinâmicas dos papéis familiares e perceções do conceito de família bem como sobre a organização do quotidiano destas mulheres. A participação dos filhos é outro dos aspetos analisados através dos seus discursos bem como a sua visão sobre serem chefes de família e mulheres, ainda que mães.

Os novos tipos de família são uma das temáticas em discussão, em que se distinguem contributos objetivos sobre a origem, causas e fatores, em específico para o tipo a que pertencem: monoparental.

Para além das noções descritas, também a rutura conjugal e o atual papel do pai na vida dos filhos é um tópico de relevância, pelo que se desenvolve antecedendo conceções sobre a conjuntura legislativa e conseqüente regulação do poder paternal. Ao longo das sessões e dada a pertinência do tópico, emerge a existência de novos vínculos afetivos, ainda que sem categoria de cônjuge, aspeto esse contemplado na análise deste trabalho.

A discriminação social é também abordada ainda que também se refletindo sobre aquela que é originada dentro do seio familiar. No entanto, destacam-se aspetos positivos sobre a rede de suporte, ainda que débil, em que as participantes se apoiam. Dentro dos assuntos mais delicados, a violência doméstica e maus tratos é retratada bem como as imposições laborais e algumas especificidades da relação destas mulheres com as dinâmicas escolares dos filhos.

Nas considerações finais, são expressos os resultados principais da investigação, como a Proposta elaborada pelas participantes para a criação de um Grupo Informal de Apoio às Famílias. Por fim, apresenta-se a conclusão deste trabalho refletindo-se acerca do caminho percorrido com estas mulheres, principais resultados obtidos, limitações e constrangimentos mas também sugestões para futuras investigações ou continuação da realizada.

## Capítulo I – Revisão de Literatura

### 1. A família

#### 1.1. O conceito de família

A família adquire importância para os indivíduos particularmente a partir da Revolução Industrial, devido ao isolamento provocado pela vida nas grandes cidades, sendo que as funções da família foram alteradas comparativamente com aquelas que desempenhava nas sociedades pré-industriais. Assim, desde logo, deparamo-nos com a dificuldade em encontrar um conceito unívoco para a família, dado que esta é “caracterizada por uma forte variabilidade histórica e cultural e atravessada por uma complexidade de relações e dimensões (...); não é uma realidade homogênea, unívoca e universal” (Gonçalves, 2012, p.173).

A família revela-se como um grupo de indivíduos ou no caso das famílias unipessoais (uma só pessoa) que estão reunidos por laços de companheirismo, que residem no mesmo lar: ideia de intimidade, coresidência, partilha/divisão de atividades e que se constituem uma unidade económica. Segundo Saraceno (1997), a partir da modernidade, a família assume-se como um dos lugares privilegiados da construção e estruturação social das relações e dos acontecimentos, sendo que dentro dessa edificação relacional se constroem e disseminam os eventos da vida individual recebendo o seu significado como por exemplo o nascer, o morrer, o crescer, a procriação, etc. Com efeito, nas sociedades agrícolas e artesanais, as trocas afetivas eram asseguradas fora da família, no meio da comunidade envolvente, junto de vizinhos, amigos, companheiros de trabalho no campo. Com a separação progressiva entre lugar de trabalho e lugar de residência, deu-se uma erosão destas sociabilidades públicas e assistiu-se a uma tendência para a privatização da família. De acordo com Ariès (1973), a privatização da família e a sentimentalização do casamento terão conduzido a uma hipertrofia das funções expressivas da família, anteriormente pouco valorizadas.

A estrutura familiar do passado (sociedades do Antigo Regime) caracterizava-se como sendo “*mais instável e sujeita a desagregação (...) do que a família contemporânea*” por fatores que se relacionavam à viuvez, aos novos casamentos e à reconstrução estrutural com base



em *“parentela em parte diferente”* e filhos de cônjuges distintos. No entanto, também fatores sociológicos familiares com foco nos fenómenos migratórios eram muitas vezes causa de instabilidade familiar. No fundo, a mutabilidade das famílias no passado era *“provocada por uma mortalidade generalizada em todas as idades e por uma mobilidade geográfica elevada em algumas classes rurais”* (Saraceno,1997, p.31).

A industrialização, acompanhada da transição demográfica (descida das taxas de natalidade e de mortalidade) veio modificar o panorama anteriormente marcado por uma elevada instabilidade da família perante fatores de altas taxas de mortalidade, uma esperança média de vida baixa e colossais fenómenos migratórios. Embora a família conjugal nuclear estivesse presente na Europa vários séculos antes da industrialização, foi a partir daqui que rapidamente se difundiu, tornando-se progressivamente o tipo de família estatisticamente mais comum. Contudo, o impacto da industrialização não foi homogéneo nem se fez sentir ao mesmo tempo. Nos meios urbanos, foram mais notórios fenómenos como a separação entre espaço de residência e espaço de produção; transferência para a fábrica da clássica divisão do trabalho; subtração aos pais do controlo da formação e do uso da força de trabalho dos seus filhos.

Todavia, os processos de proletarização modificaram as relações entre o casal, por exemplo nos seus costumes matrimoniais. Sendo que as bases económicas e as constituições estruturais se modificaram, ergueram-se novas considerações quanto ao espaço doméstico denotando-se uma *“mais nítida divisão dos deveres e dos espaços para homens e mulheres dentro da família, o que diversifica mais claramente os próprios ciclos de vida masculino e feminino”* (Saraceno, 1997, p.35).

A família ocidental aparece efetivamente como modelo constitutivo de uma industrialização, universalidade e conseqüente modernidade. No entanto o conceito tem sido abalado, pois embora seja a família nuclear predominante, *“ atualmente ao falar-se de família, o plural impõe-se”* (Segalen, 1999, p. 327).

## 1.2. O papel da mulher na família

De acordo com Gonçalves (2012, p.177), “nas sociedades ocidentais veio a desenvolver-se uma perspectiva cultural e historicamente específica acerca das relações familiares (...)” que constitui um poderoso sistema simbólico. Este integra valores e crenças da ideologia ocidental, designadamente no que refere às relações de género dentro da família. Se, como vimos atrás, a família constitui uma unidade de económica, na medida em que ocorrem no seu interior processos de produção, distribuição e alocação de diversos recursos, as diversas responsabilidades nesse âmbito não são necessariamente objeto de uma partilha igualitária, mas de “uma divisão de tarefas – usualmente baseada no sexo e na idade – e, daí decorrente, relações de poder” (Gonçalves, 2012, p.176).

Nas sociedades industriais modernas, de acordo com Talcott Parsons (Gonçalves, 2012; Segalen, 1999), estabilizou-se um tipo específico de família – nuclear isolada -, adaptada às exigências do desenvolvimento económico. Enquanto subsistema altamente especializado no âmbito da sociedade global, a família perdeu as funções de produção (direta) mas veio a concentrar duas funções vitais para o equilíbrio social: a socialização das crianças e a estabilização da personalidade do adulto. Internamente, a família diferenciava-se em termos das funções atribuídas aos seus membros, com os homens a especializar-se no exercício de uma atividade profissional (sustento para a família e determinação do estatuto social) – papel instrumental – e as mulheres no apoio afetivo e emocional aos membros.

Esta diferenciação entre os papéis de género perdurou durante longas décadas. Segundo Berlinck (1964) cit. por Goldberg (1975) a mulher ao longo do século XX passava muito tempo em casa, em relação ao homem. Este último era incumbido de obter remuneração por trabalho fora de casa para a subsistência da família. Caso a mulher trabalhasse fora de casa era alvo de crítica social. As considerações sobre a mulher cingiam-se a uma pessoa que deve cuidar dos filhos. Logo, através do papel da maternidade a mesma era valorizada socialmente, sendo que a maternidade se configurou como função primordial da mulher como se a mãe fosse pertencente a um grupo especial dentro da sociedade, por esse facto (Borsa & Feil, 2008).

De facto “... uma boa mãe não é ter em si mesmo as capacidades requeridas para a cidadania. As (boas) mães podem também ser (boas) cidadãs, mas o facto de serem (boas) mães não faz delas (boas) cidadãs” (Philips, 1993,cit. por Araújo, 2007, p. 96).

De acordo com Saraceno & Naldini (2003), a expansão, durante o século XX, da ideologia burguesa da família, fundada no papel instrumental do homem e no papel expressivo da mulher, acabou por naturalizar esta visão sobre os papéis de género, escamoteando que estes traduzem relações de poder. Também a família nuclear isolada – constituída por pai, mãe e filhos - se tornou “naturalizada” enquanto família adequada ao equilíbrio dos indivíduos.

Não é possível ignorar que “constatações como o decréscimo das taxas de casamento, a proliferação do divórcio, o aumento das uniões de facto e das famílias monoparentais ou as mudanças operadas na divisão doméstica das tarefas, no sentido do esbatimento das diferenças de género entre a função instrumental e a função expressiva” (Gonçalves, 2012) vieram pôr em causa as explicações funcionalistas para o tipo e funcionamento das famílias. Contudo, já em pleno século XXI, subsistem em Portugal atitudes ambivalentes relativamente aos papéis de género. Com efeito, no estudo de Ramos, Atalaia, & Cunha (2016, p.3), constata-se que se para uma esmagadora maioria dos inquiridos “uma mãe que trabalhe fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os filhos como uma mãe que não trabalhe fora de casa (...), por outro, também é maioritária a opinião de que uma criança pequena pode sofrer quando a mãe trabalha fora de casa”. E é significativa “a proporção indivíduos (...) que perceciona a vida doméstica e os cuidados aos filhos como uma esfera naturalmente feminina (41,6%)”.

Neste sentido, é de relevar o choque entre a parentalidade e a vida laboral, com incidência na faixa etária das mulheres em idade ativa bem como de reprodução e cuja gestão das consonâncias do quotidiano solevam mais constrangimentos (entre os 30 e os 44 anos) (Ramos, Atalaia, & Cunha (2016).

A distribuição dos papéis de género continua a ser assimétrica em Portugal pelo que, também na sequência do mesmo estudo se atesta que há carecimento de intervenção

masculina nas tarefas domésticas (“... maioria dos inquiridos (83,6%) concorda com (...) “Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam atualmente” (...) um desfasamento de género bastante significativo (...) mulheres, sobretudo as mais jovens, a invocarem mais a necessidade de uma maior contribuição masculina nas tarefas domésticas (97,4% das mulheres com 18-29 anos e 92,0% das mulheres com 30-44 anos)” (Ramos, Atalaia, & Cunha (2016, p.5).

No seguimento, identifica-se que relativamente à participação dos homens nos cuidados às crianças a situação se assemelha. Entre homens e mulheres o diferencial é efetivo, segundo o estudo é na faixa etária dos 30 aos 44 anos que se acentua (de relevar que se determina como a idade ativa e em que existem normalmente filhos de idade menor) patenteando-se 91,9% das mulheres e 71,3% dos homens inquiridos (Ramos, Atalaia & Cunha (2016).

Em Portugal ao longo dos anos assistiu-se a alterações nos papéis de género, no entanto subsistem clivagens. Conforme refere Bourdieu (1998) cit. por Poeschl, Ribeiro, & Oliveira (2018):

Mesmo tendo havido alguma progressão na situação social das mulheres, as relações assimétricas entre os sexos ainda são inscritas em duas categorias de habitus diferentes que levam a classificar os objetos, as disposições, expectativas e práticas em função de uma oposição entre o que é masculino e o que é feminino. (p.78)

Conformando estas acessões com as divisões sociais existentes, nos esquemas cognitivos e de produção cultural em hierarquia simbólica alicerça-se nos termos da homologia estrutural bem como na perceção do mundo social que opera fundamentando a posição social dos dominantes e dos dominados. Também segundo o sociólogo francês, arrogando as valências escolares, religiosas e das dinâmicas familiares pela disposição social das resoluções sexuais e organizativas do trabalho e conseqüente legitimação:

Na família, as mulheres continuam a pensar o trabalho doméstico como uma actividade feminina, a considerar importante não dominar os maridos e mostrar a sua feminilidade (...) a necessidade de se diferenciar das mulheres induz os homens

a manifestar os atributos socialmente definidos da virilidade (...) perante os outros e eles próprios. (Bourdieu (1998) cit. por Poeschl, Ribeiro, & Oliveira (2018, p.78)

Nesta ordem de ideias, Lewis (2001) cit. por Wall & Amancio (2007, p. 185) identifica que “se a passagem do modelo familiar assente no salário do homem para o modelo familiar assente no trabalhador adulto não se traduziu (...) em mudanças significativas na divisão do trabalho doméstico, é porque as mudanças a nível ideológico são mais lentas...”.

Pela dinâmica das práticas sociais, a relação entre trabalho e família, segundo Torres & Silva (1998); Wall (2000); cit. por Wall et al. (2002) são reconhecidos três modelos:

O modelo de segregação tradicional, do marido «ganha-pão» e da mulher doméstica; o modelo intermédio de duplo emprego, em que a relação com a vida profissional é sobretudo instrumental, para se ganhar mais, e o papel profissional da mulher é secundário em relação à carreira profissional do marido e às necessidades da família; um modelo de dupla profissão mais igualitário, seja no plano económico, seja no plano da actividade profissional. (p.632)

## **2. Reconfigurações familiares no Portugal contemporâneo**

### **2.1. Tendências de transformação das famílias**

As mudanças nas estruturas familiares e suas relações interpessoais foram progressivas, mas é a partir dos anos 70 do século XX, no seguimento dos acontecimentos abruptos do maio de 1968 que encetam as mais significativas (Roussel, 1989 e 1992; Quéniart & Hurtubise, 1998; Déchaux, 2007; cit. por Costa (2016).

Consoante os dados dos indicadores sociodemográficos deu-se a perceção das mudanças que se verificaram no domínio público da actividade profissional das mulheres, no domínio privado da conjugalidade e também no domínio da intimidade (sexualidade, contraceção, fecundidade...). Observando-se estes fundamentos, emerge a noção de que a mudança aconteceu e que a família nuclear da época (casal casado com filhos, em que o papel da

mulher é apenas cuidar dos filhos e da casa), até então regente na sociedade ocidental, tem a sua preeminência em queda. Roussel (1992) cit. por Costa (2016, p.96) descreve ainda: “as mudanças quantitativas são de uma amplitude tal que encobrem necessariamente mudanças qualitativas”.

As transformações, no que concerne à realidade portuguesa, foram também profundas. Nas décadas de 1980 e de 1990 foi notória uma ênfase de modernidade nas famílias e sua recomposição. Demarcada principalmente pela diminuição da natalidade, aumento do divórcio (alicerçados à crescente informalização e variação da vida conjugal), a família como núcleo de interações passa a ser mais centrada no companheirismo, nas decisões democratizadas mas provida de autonomia para cada elemento, ultrapassando as lógicas institucionais e envolvendo as conexões com os restantes familiares nos mais diversos graus de parentesco, por vezes fora do íntimo. (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres, & Lobo, 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 44)

Desde o ano de 1960 que se identifica um incremento do número de agregados domésticos tal como, em paralelo, da população constante dos agregados domésticos privados. “Em 2011 eram cerca de quatro milhões de agregados domésticos, quando há cinquenta anos eram pouco mais de dois” (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 45)

Efetivamente pode-se relevar, pela análise das transformações ocorridas nos tipos de agregado doméstico ao longo dos últimos cinquenta anos, que tendencialmente, em primeira instância são hoje mais pequenos, cuja dimensão se vem uniformizando. Assim identifica-se que a “... dimensão média passa de 3,8 em 1960 para apenas 2,6 em 2011, e a proporção de unidades domésticas com mais de cinco pessoas, no total dos agregados, sofre uma queda acentuada, de 17% em 1960 para 2% em 2011 (...).” (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p.46)

Como segunda tendência das transformações ocorridas assume-se o aumento dos agregados que não apresentam núcleo familiar pelo que o desenvolvimento temporal das famílias unipessoais são a consonância que mais se destaca “em cinquenta anos, passando de 11,5% do total dos agregados em 1960 para 20,4% em 2011 e registando um aumento mais significativo ao longo da última década”. Além do facto apresentado ser consequência do envelhecimento da população, também a individualização das faixas etárias mais jovens (solteiros) e divorciados está referente, mutando a vida privada no país (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 47)

Uma terceira tendência que se determina é o facto da vida em casal em famílias simples (com ou sem filhos) se continuar a estabelecer como predominante no que respeita às configurações de co-residência, ainda que se denote um decréscimo nos últimos 10 anos (63,1% comparativamente aos 59% do total dos agregados). Destacam-se os casais com filhos, muito embora dos 48% do total dos agregados se instituem pouco mais de um terço (35%) em 2011. Em simultâneo assiste-se ao aumento progressivo dos casais sem filhos e das famílias monoparentais, consequência também do envelhecimento populacional bem como de decisão de reprodução em idade mais tardia e do incremento das ruturas conjugais (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 48)

Também se assiste, como quarta tendência, à diminuição considerável dos agregados de famílias complexas o que revela uma maior independência e emancipação autonómica dos casais e indivíduos (conjunturas económicas e de habitação). Dados de 2011 divulgam que “o seu peso no total dos agregados desceu para 8,7%, abaixo do peso das famílias monoparentais que subiu nesse ano para 9%”. (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 48)

Outra consideração de relevo, no que respeita aos tipos de agregado em que vivem hoje as crianças e os jovens adolescentes em Portugal, é que na infância (até aos 14 anos) “cerca de três em quatro crianças continuam a viver em famílias nucleares de casais com filhos, uma proporção que se mantém estável ao longo das duas últimas décadas, sendo que o género

não introduz diferenças neste grupo etário”. Mesmo assim, existem mais famílias recompostas dentro dos casais com filhos e em correlação contrária identifica-se enfaticamente um incremento das situações de monoparentalidade entre 2001 e 2011 (4,6% das crianças a viver em famílias monoparentais em 1991 para 5,2% em 2001 e 10,1% em 2011) estabelecendo-se assim novos constituintes e variantes de mudanças nas famílias (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p.50).

A comparação ao longo das últimas décadas demonstra, dado o aumento de crianças a viver em monoparentalidade (até aos 14 anos), que a “sobreevaliação do número de famílias monoparentais (devido à inclusão, a partir dos censos de 2001, de núcleos de pai/mãe a viver não só com filhos solteiros mas também com filhos casados, divorciados e viúvos) não se coloca como problema”. A par desta verificação, em incremento, está também o número de adolescentes na faixa etária dos 15 aos 19 anos a viver em famílias monoparentais (14,3% em 2011 em balanço com 9% em 2001) (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014, p. 52).

Referindo-se à população entre os 30 e os 49 anos (homens e mulheres) estes integram maioritariamente as famílias simples. No entanto de salienta-se que as mulheres vivem mais em monoparentalidade comparativamente aos homens que vivem mais em agregados de pessoas sós, consequência provável da reorganização de habitabilidade definida após a rutura conjugal. (Torres 2002; Wall 1998, 2005; Aboim 2006; Guerreiro, Torres e Lobo 2007) cit. por Wall, K., Cunha, V. & Ramos, V. (2014)

Em suma, nas últimas décadas e já na época contemporânea, à luz do VII Congresso Português de Sociologia, “os comportamentos privados e os modos de organização da vida familiar e da co-residência foram marcados pelo reforço de processos de informalização e de individuação na conjugalidade e na parentalidade” (Marinho, 2014, p.4). No fundo, a partir do século XX assistiu-se ao aumento do número de famílias e diferenciações dos seus tipos, à redução dos elementos dentro de cada família e a diferenças de distribuição dentro das mesmas. Deste modo, podem-se identificar várias tipologias familiares entre as quais: a



família nuclear, a família alargada, a família reconstruída, também denominada de combinada ou recombinação, a família unipessoal ou unitária e a família monoparental.

## 2.2. Famílias monoparentais femininas

A denominação “família monoparental”, embora apropriada do conceito de *lone parent* já constante dos países anglo-saxónicos, foi assumida em França por sociólogas feministas em meados dos anos 70 (Wall & Lobo, 1999).

A família monoparental pode ser definida por duas perspetivas: a sociológica e a estatística. Segundo a aceção sociológica, esta refere-se a uma mãe ou um pai só, que reside com um ou vários filhos dependentes.

Conforme Marinho (2011, p.177) “... há uma diferenciação nos eixos de coesão, na medida em que nas interações coexistem interdependências e alianças bilaterais entre os progenitores e a criança, (...) alianças mãe-filhos (...) mais autónomas e abrangentes (...)”. No entanto em ambas as relações fundamentam-se elementos de corroboração parental em consonância com as experiências e finalidades, abrangendo participações e contributos singulares ou personalizados.

A perspetiva estatística integra a definição de um núcleo familiar, de coresidência de pais e mães só (sem cônjuge) com os seus filhos de qualquer idade e em situações diversas em termos de estado civil e tipo de agregado doméstico (Marinho, 2014).

No seguimento das acessões sobre a definição de família monoparental, Gomes (2003) cit. por Guadalupe et al. (2015, p.43) atenta:

“Quando se fala de família monoparental, reportamo-nos à ideia de maternidade e paternidade dita simples, fazendo referência à relação com os filhos por parte de mães ou pais educadores únicos, solteiros, viúvos ou divorciados, ou remetemos a uma “estrutura familiar onde uma ou mais crianças vivem com apenas um dos progenitores ou alguém que, na qualidade de tutor, assumo esse papel”.

Para Alarcão (2002) cit. por Guadalupe et al. (2005, p.43) as famílias monoparentais são aquelas “nas quais a geração dos progenitores está apenas representada por um único elemento, o que pode acontecer por diversas situações”. Assim, das inúmeras causas da monoparentalidade destacam-se “...as ruturas na conjugalidade (...) o falecimento de um cônjuge (...) assunção isolada da maternidade ou da paternidade (Vaz; Relvas, 2002, cit. por Guadalupe et al., 2005, p.43) Neste sentido podem também distinguir-se estes aspetos como âmbitos distintos dentro da própria monoparentalidade. Como designam Wall; Lobo (1999) cit. por Guadalupe et al. (2015) existe monoparentalidade tradicional e a monoparentalidade por rutura conjugal. Enquanto no primeiro tipo se inclui o óbito de um cônjuge, a geração de filhos fora do conjúgio e a ausência/emigração, no segundo o fator primário deve-se às alterações de perspetiva relativamente ao divórcio.

Outro dos pontos-chave para perceção do conceito de monoparentalidade é a tipologia civil. Ou seja, o estado civil, que Wall; Lobo (1999) cit. por Guadalupe et al. (2015) determinam, tipificando as três distribuições percebidas em Portugal:

- 1) pais e mães sós, geralmente viúvos (as), em especial mulheres, que vivem com filhos adultos pouco inseridos no mercado de trabalho; 2) mães solteiras, com idade inferior a 24 anos, que vivem sozinhas com um filho menor e com elevada participação no mercado de trabalho (em duas situações: com ou sem pensão de alimentos); 3) mães e pais divorciados, a viver com um ou dois filhos, com um elevado nível de instrução e bem inseridos no mercado de trabalho. (p.43)

Uma família monoparental resultante de divórcio pode diferir quanto à residência com os filhos entre dupla residência da criança ou guarda com residência única. No primeiro tipo, são considerados dois núcleos monoparentais visto que cada progenitor habita com os filhos praticamente metade do tempo. A guarda com residência única considera apenas um núcleo monoparental pois os filhos somente pernoitam na casa do outro progenitor, com quem residem, entre 2 a 6 dias por mês (Bastais et al. 2012; Marinho 2010; 2011; Neyrand 2004; Nielsen 2011 cit. por Delgado & Wall, 2014).

De destacar no entanto que a decisão, pelo tribunal, da residência e direitos de visita se estabelecem, segundo o artigo 1906.º da Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro que altera o regime jurídico do divórcio, “ (...) filho (...) de acordo com o interesse deste, tendo em atenção todas as circunstâncias relevantes, designadamente o eventual acordo dos pais e a disponibilidade manifestada por cada um deles para promover relações habituais do filho com o outro”.

Historicamente é de declarar que as famílias monoparentais provenientes de divórcio e separação não constavam, por exemplo, nos anos 60 no cenário rural. No fundo, a Monoparentalidade assumia-se apenas sob a forma de falecimento de um dos cônjuges, emigração e celibato na condição da procriação de filhos (extraconjugais), estando no entanto subjacentes situações de separação conjugal (Wall & Lobo, 1999). Segundo Lamela (2009) cit. por Lucas (2012) em algumas situações de divórcio existem complexidades inerentes, tal como o *stress*. Após a separação conjugal são notórios os diversos desafios e transformações do contexto familiar e os elementos da família sofrem de dificuldades de ajustamento estando em risco.

As famílias monoparentais no seu sentido lato<sup>1</sup> “representam em 2011, 14,9% do total de núcleos familiares e 22,9% do total de núcleos familiares com filhos, apresentando uma variação relativa de 35,7%, entre 2001 e 2011” (Marinho, 2014, p.180). Também, daí decorrente, pode-se reconhecer o incremento do número de famílias monoparentais jovens<sup>2</sup>.

Em análise “são as famílias com pelo menos 1 filho menor de 18 anos que apresentam a taxa de variação mais elevada em relação a 2001, de 47,7% (face a 14% entre 1991 e 2001)” (Marinho, 2014, p.180).

O desenvolvimento constatado em paralelo com o peso crescente destas famílias no total de núcleos familiares com filhos, que aumentou de 7,5% em 2001, para 10,5% em 2011 é

---

<sup>1</sup> núcleos monoparentais com filhos de todas as idades

<sup>2</sup> núcleos monoparentais com pelo menos um filho menor de 18 anos

de relevar sendo que no total de núcleos monoparentais de 42,1% em 2001 o valor subiu para 45,8% em 2011 (Marinho, 2014).

O conceito “ monoparentalidade ” começa a aparecer em Portugal no fim dos anos 80 em trabalhos das áreas da sociologia, demografia e economia. Em paralelo acontecia o desenvolvimento das ciências sociais sob diversas perspetivas acerca da exclusão social, das condições de vida e da família (Wall & Lobo, 1999).

Ao longo do tempo a Monoparentalidade tem vindo a assumir-se em várias configurações, a nível social e geográfico, dependendo dos comportamentos demográficos e da constituição social dos diferentes contextos. (Cardoso, 2013)

Neste âmbito, evidenciam-se as alterações a nível da organização da vida conjugal e das dinâmicas parentais, com o aumento das uniões de facto, do divórcio e consequentes reconfigurações familiares. Entre 1991 e 2001, observa-se um acréscimo considerável das famílias monoparentais (Wall, 2003), sendo que neste último a percentagem de famílias monoparentais era de aproximadamente 7,7% e, dez anos depois, em 2011, de 10%, segundo a PORDATA.

As famílias monoparentais têm sido identificadas como sendo das mais vulneráveis à pobreza e segundo Wall (2003) essa vulnerabilidade pode estar associada à feminização, constituída sobretudo por mães sós com crianças. Torres (1989) e Perista, Gomes & Silva (1992) cit. por Guadalupe et al. (2015) asseveram a vulnerabilidade feminina às situações de pobreza, destacando que a maior conglobação das mulheres em postos de trabalho de baixo estatuto profissional e baixas remunerações, as dificuldades de conciliação das suas várias funções (familiares, domésticas, profissionais) e por exemplo a gravidez precoce e deducional instabilidade familiar, são os fatores que podem contribuir para o agravamento desse contexto propenso à precariedade. No fundo, dependerá do modo como as ruturas são superintendidas e das circunstâncias que as colocam perante outras problemáticas

sociais associadas que desenvolvem o grau de vulnerabilidade dessas famílias, particularmente a nível económico (Fernandes, 2010).

Dados do Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, com base no *Statistics on Income and Living Conditions SILC 2009* do Eurostat, descrevem de forma oscilante (devido às variáveis do sexo, idade, escolaridade e tipo de agregado) uma forte incidência de risco de pobreza respeitante às famílias monoparentais (taxa de risco de pobreza de 37%, comparada com os 36,1% dos agregados domésticos com dois adultos). Depreende-se que os agregados constituídos por um adulto com crianças dependentes são um dos grupos com maior proporção de pessoas em risco de pobreza e maior intensidade para a mesma (Cardoso, 2013).

Praticamente ausente de políticas sociais (no caso de existirem, em regime esporádico e não definidas no contexto de uma política global de apoio) a Monoparentalidade não é um conceito usual em medidas próprias de proteção e/ou intervenção junto de famílias.

Apesar desse facto, têm sido tomadas algumas iniciativas que reconhecem a vulnerabilidade acrescida deste tipo de família como as instituições de assistência social, priorizando as crianças de pais/mães sós que trabalham, o subsídio a mães/pais sozinhos (cobrindo parte da remuneração de referência do beneficiário) e as situações de falta para assistência aos filhos doentes com menos de 10 anos. (Wall & Lobo, 1999).

Em Portugal, as reconfigurações familiares e derivada monoparentalidade deram origem a uma resposta que urgiu às novas exigências determinou majoração do abono de família.

Esta majoração do montante do abono de família para crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais aparece, conforme descrito no Decreto-Lei n.º 87/2008, pelo facto de a monoparentalidade ser uma “situação cada vez mais presente na sociedade portuguesa que importa discriminar positivamente, sobretudo, ao nível do abono de família, já que a capacidade de ganho adicional se encontra limitada subsistindo dificuldades acrescidas face a uma adequada conciliação das vidas profissional e familiar”. Pelo mesmo Decreto-Lei determinam-se agregados monoparentais como “ (...) um único

parente ou afim em linha recta ascendente e em linha colateral, até ao 2.º grau, ou equiparado, a viver com os titulares do direito ao abono de família para crianças e jovens”.

Por outro lado, conforme Loyola (2003) cit. por Guadalupe et al. (2015), também nas famílias com maiores recursos económicos e socioprofissionais a Monoparentalidade pode ser muitas vezes uma opção de conjuntura familiar e as complexidades são superadas. Logo, as questões associadas às famílias com menores recursos são muitas vezes processo e efeito do estigma, sobretudo pelo facto de algumas das mulheres chefes destas famílias apresentarem baixas qualificações e rendimentos, recaindo unicamente sobre elas os encargos familiares.

Nas famílias monoparentais, nomeadamente em que a causa foi o divórcio ou existiu separação, a regulação dos papéis do pai e da mãe podem ser complexos, estando no entanto compreendida socialmente ainda uma noção da importância do pai e das suas obrigações mas restituindo à mãe o protagonismo nos cuidados e educação dos dependentes (Wall et al., 2002). Conforme Ramos et al. (2016, p.4) “o quadro atitudinal relativamente ao papel dos filhos na vida dos pais atravessa as linhas geracionais e de género”, mas por outro lado são as mulheres que relativamente à parentalidade e à vida profissional mostram mais incompatibilidade, principalmente na faixa etária dos 30 aos 44 anos de idade.

A escolaridade das famílias monoparentais é um fator que propõe da causa. Em 2011, as mães e os pais divorciados passaram a ter níveis de qualificação mais baixos, podendo o facto advir da transversalidade do divórcio nos últimos anos. Já o nível de escolaridade dos pais e mães solteiros tem aumentado mantendo-se praticamente no mesmo patamar ou superior à escolaridade dos casados (Delgado & Wall, 2014).

Quanto às questões laborais, a taxa de emprego das famílias monoparentais apresenta uma quebra mas mantêm-se com números elevados particularmente nas pessoas divorciadas (Delgado & Wall, 2014).

O incremento das famílias monoparentais com filhos (independentemente da faixa etária), foi evidente pelo que no entanto se destacam, o aumento considerável das famílias monoparentais com filhos menores. O número de famílias monoparentais jovens também aumentou, podendo identificar-se uma heterogeneidade regional mas pontualmente contraste entre o litoral urbanizado e a região do interior norte e centro. A Monoparentalidade como situação de autonomia e independência acontece e é visível quanto à co-residência com familiares que embora persista entra em proporção de aumento com os casos das famílias monoparentais em que coabitam apenas o pai/mãe com o (s) filho(s). No entanto, o perfil dos baixos recursos e consequente vulnerabilidade continuam a ser patenteados (Delgado & Wall, 2014).

Segundo Wall (2003) *“a quebra da nupcialidade e da fecundidade, (...) o aumento continuado do divórcio, os nascimentos fora do casamento (...) a escolha da união de facto como porta de entrada para a conjugalidade”* constituem fatores que têm conduzido a recomposições familiares e diferentes formas de viver a parentalidade, contribuindo para o aumento da incidência da Monoparentalidade nos percursos familiares. Denote-se, portanto, que *“A parentalidade tende (...) a dissociar-se da conjugalidade, levando a que a monoparentalidade tenha uma maior incidência nos percursos familiares e represente uma maior diversidade de formas de viver a parentalidade e a coparentalidade a sós.”* (Marinho, 2014, p.4)

Desde logo, é possível identificar o crescimento da Monoparentalidade por rutura conjugal, que se assinala como a forma de entrada principal nessa condição, contrastando em absoluto com o fator viuvez, agora minoritário (Marinho, 2014). De acordo com esta autora, apoiando-se em dados dos Censos de 1991, 2001 e 2011, as famílias monoparentais compostas por pais ou mães com o estado civil de divorciado viram o seu peso duplicar entre 1991 e 2011, ano em que representavam 43,4% do total destes núcleos familiares. Tratavam-se, sobretudo, de famílias com homens ou mulheres com idades entre os 35 e 44 anos (54,7% e 47,7%, respetivamente)<sup>3</sup>. Por outro lado, os pais e as mães com o estado civil

---

<sup>3</sup> De acordo com Marinho (2014), os Censos de 2001 e de 2011 não possibilitam a distinção entre família monoparental com «dupla residência da criança» (dois núcleos monoparentais) e com «guarda com residência única» (apenas um núcleo monoparental). Assim, não é possível “permite aferir as transformações ocorridas na monoparentalidade por rutura conjugal e por nascimentos fora do casamento” (p. 187).

de solteiro (que viveram em união de facto e se separaram ou que tiveram filhos sem terem coabitado<sup>4</sup>) representavam, em 2011, mais de 35% dos núcleos monoparentais. Neste caso, a incidência de mães solteiras é maior entre os 25 e os 34 anos (40%), enquanto os pais solteiros estão mais representados na faixa dos 35-44 anos (40,2%).

Quanto aos núcleos monoparentais com pais e mães casados (em situação de ausência do cônjuge no agregado ou a aguardar homologação do divórcio), assumiram em 2011 um maior peso relativo (13,2%) do que o da monoparentalidade por viuvez (7,7%).

Em 2010 as famílias monoparentais femininas compunham cerca de 87,9% da totalidade das famílias monoparentais como reflete a Tabela 1.

**Tabela 1- Famílias monoparentais femininas**

Anos	% famílias monoparentais femininas
1995	86,4
2000	87,4
2005	88,0
2010	87,9
2015	87,4

Fonte: PORDATA

É de evidenciar que a maioria dos núcleos monoparentais são no sexo feminino, não se descurando o facto de a Monoparentalidade feminina ter aumentado, sendo a maioria das mães mais jovem do que os pais, representadas cada vez mais na faixa etária dos 24-34 anos e menos na dos 45-54 anos. Salienta-se que em 2011, 14,9% do total dos núcleos familiares eram famílias monoparentais (no sentido mais genérico) e o mesmo valor indicativo subia para 22,9% no que respeitava a núcleos familiares com filhos. Revela-se ainda importante constatar, que em 2011, as mães sós no âmbito da “guarda com residência materna” eram em maior número do que os pais sós, muito embora a Monoparentalidade no masculino tenda a ser frequente quando os filhos já são mais velhos, sendo deste modo um fator de dissemelhança entre a Monoparentalidade feminina e a masculina. Na sociedade

---

<sup>4</sup> De acordo com Marinho (2014), a categoria *separado* foi descontinuada nos Censos 2011, sendo os indivíduos com essa situação incluídos na categoria *solteiro*.



portuguesa, nos últimos anos, persiste o mote que após uma separação, divórcio ou de um nascimento fora do casamento, os filhos devem ser entregues ao cuidado da mãe. Identificam-se também, quanto à idade dos filhos, nas famílias monoparentais, que os núcleos com 1 filho predomina, espelhando o modelo de descendências de filho único que predomina na sociedade portuguesa. (Delgado & Wall, 2014).

Mas as famílias monoparentais comportam várias dimensões, não sendo um tipo de família homogéneo. São inúmeros os percursos que levam uma mulher com filhos a viver sozinha, sem marido ou companheiro. Ter um filho fora da conjugalidade, no caso do estado civil ser solteira, ou a separação após vivência em conjugalidade, são dois fatores para a entrada na Monoparentalidade (Wall et al., 2002).

O que espontaneamente é designado como *“coisa de homem e coisa de mulher”* pode variar temporalmente e historicamente, dependendo da cultura e das convenções dispostas. Como lembra Wall et al. (2010) a questão do género e das desigualdades entre homens e mulheres ocupa frequentemente um lugar de evidência na produção sociológica sobre a família, complexando processos de mudança e da desmitificação da ideia de papéis sociais a favor de uma visão redutora, construída do género enquanto categoria social diferenciada do sexo. Para Pateman (1999) cit. por Araújo (2007, p. 85) *“Os problemas que confrontam as mulheres não são ainda hoje vistos como problemas da democracia. Há uma tendência para etiquetar qualquer tópico relacionado com mulheres de «questões de mulheres» (...) como (...) uma secção especializada, um interesse que reivindica privilégios”*.

Mesmo assim, importante referir que atualmente a construção da relação paternal não está de acordo com o estereótipo social criado do pai ausente, na família monoparental pelo que o pai pode ter uma presença efetiva e flexível por interação regular com a criança e estando envolvido nos cuidados à mesma. Pode também ser do tipo presença *“normal”* em que está sob regime de fins-de-semana alternados, devidamente regulados. Em outros casos há uma presença diminuta em que as visitas têm carácter irregular. Quanto aos factos, dependem essencialmente do tipo de percurso monoparental em que se distingue se existiu ou não um trajeto conjugal e se o mesmo foi ou não marcado por conflitos (Wall et al., 2002).

### 2.3. Viver a monoparentalidade: a pluralidade de papéis sociais

Os papéis sociais designam padrões de comportamento e definem direitos e deveres que uma pessoa detém aquando da inclusão num determinado lugar ou posição na estrutura social ou em determinado grupo, ligando-se, portanto, a determinados *status* (Jorge, 2008).

Numa visão otimista sobre a vivência da monoparentalidade, um estudo referido por Lucas (2012), com uma amostra de 71 famílias monoparentais (11 masculinas e 60 femininas), exhibe que cerca de dois terços afirmaram que ser pai/mãe solteiro(a) se foi tornando mais fácil com o passar do tempo.

De acordo com Minuchin cit. por Lucas (2012), a Monoparentalidade, designadamente feminina, envolve situações subjetivas e que podem ser diferentemente vivenciadas dependendo do contexto em que a família se insere e da sua configuração. Fatores como atitudes e comportamentos maternos, ausência parcial ou total do pai, nível socioeconómico, escolaridade da mãe, rede de apoio social, prestígio profissional, podem afetar, de formas distintas, a dinâmica e o funcionamento destas famílias.

Um dos aspetos que mais desafios e constrangimentos coloca às famílias monoparentais é o da difícil conciliação entre trabalho e família. Como assinalámos no ponto 1.2., os papéis de género na atualidade ainda remetem para uma sobrecarga das mulheres no que se refere ao trabalho doméstico, aspeto que se acentua no caso daquelas que vivem sozinhas com os seus filhos, como assinala Vitale (2000) cit. por Baliana (2013, p. 44): “ a mulher de família monoparental enfrenta jornadas árduas de trabalho extra e intrafamiliar”, ainda que “A preocupação da mãe com a preservação e crescimento da criança como um «amor atento» (...) poderá ser incluído numa cultura capaz de reconhecê-lo com valor intelectual e moral e contribuir para produzir uma teoria de justiça social” (Ruddick, 1981 cit. por Araújo 2007, p. 96).

No contexto atual, as mulheres estão integradas no mercado de trabalho, ocupando funções a tempo inteiro, tendo que responder a exigências diferentes. Aquando da situação de chefe de família, a situação pode agravar-se. Com efeito, Nascimento et al. (2004) refere:

“A existência na vida dos indivíduos de uma pluralidade de papéis sociais (...) no caso específico da articulação dos papéis associados à vida familiar e ao contexto de trabalho a questão torna-se ainda mais saliente e, por vezes, constitui um problema de difícil resolução (...) nem sempre os indivíduos conseguem deixar o trabalho à porta de casa e nem sempre a agenda profissional se mantém a salvo das exigências, das rotinas ou dos imprevistos familiares. (p.157)

Como destacam Wall et al. (2002) existem distintas formas de conciliar a família e o trabalho sendo que a mais relevante se prende com o apoio familiar e social, em que se diferem: “o tipo «apoio dos avós», o tipo «casulo familiar», o tipo «ajustamento de horários», o tipo «informal pago» e o tipo «guarda alternada» ” embora também sejam referidos os apoios múltiplos onde pode acontecer um retorno à casa da família alargada e apoios institucionais (Quadro 1).

**Quadro 1 - Como conciliar a família e o trabalho?**

(adaptado de Wall et al, 2002)

Apoio dos Avós (apoio regular dos pais ou ex-sogros)	<u>única ou principal</u> Perfil centrado numa solução
Casulo familiar (jovens mães solteiras, protegidas pelos pais)	
Ajustamento de horários (adaptação para compatibilizar a questão laboral e apoios institucionais aos filhos)	
Guarda alternada (poder paternal conjunto, partilha entre o pai e a mãe dos cuidados ao dependente)	
Informal pago (solução flexível em que há o pagamento dia/horário parcial doméstico a empregada, ama, vizinha, etc).	
Retorno a casa (assim que entram na Monoparentalidade, voltarem para casa dos pais/família com quem já viviam anteriormente).	<u>Perfil situações múltiplas</u>
Apoios familiares múltiplos (familiares, ex-cônjuge e seus familiares, pode ser a junção de apoios anteriores).	
Informal pago e não pago	

Completa ausência de apoios formais e informais (dependente (s) ficam sozinhos enquanto a progenitora trabalha, muitas vezes cuidando dos irmãos mais novos)	Ausência de conciliação
--	-------------------------------

Segundo Wall (2005) caracterizar ou proceder ao entendimento da relação da mulher com a esfera da ocupação profissional é muito importante no âmbito da aferição das mudanças operadas nos papéis de género e nas formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres na família. No mesmo estudo de Wall (2005) é mencionado que a vida profissional constituiu uma esfera em que apenas pouco mais de um quarto das mulheres inquiridas aponta como uma das mais gratificantes da sua vida

Todavia, a sobrecarga de papéis arrogados às mulheres perante as dificuldades económicas e outras situações de fragilidade a que estão sujeitas pode gerar frustrações, ansiedade e receios mas também enaltecer a tenacidade e a força na luta pelos seus direitos enquanto mãe, mulher, profissional e pelos seus filhos (Baliana, 2013).

### **3. A monoparentalidade no feminino**

A monoparentalidade feminina está diretamente relacionada com a inclusão e exclusão social assumindo-se como pertinente uma abordagem das dinâmicas desse âmbito. Este tipo de famílias pode estar envolta por considerações de vulnerabilidade à situação de pobreza e pelo afastamento social, por exemplo, dentro da própria comunidade. Os regimes de trabalho árduo, os horários díspares e sobrepostos, pouco compatíveis com a sua rede de suporte, podem ser alguns dos aspetos determinantes.

Também de refletir sobre o facto de estas famílias estarem em número crescente, o que desde logo pode entrar em desconformidades com a sua exclusão social, dado que passam a não ser consideradas como grupo minoritário. Podem assim, permanecer sob regimes de fraca proteção pela não sujeição a certas ajudas e possibilidades de ação social, embora a sua necessidade.

#### **3.1. Dinâmicas de inclusão e exclusão social**

Tal como acontece com outros termos, as expressões “inclusão social” e “exclusão social” são comumente utilizadas e conseqüentemente fluem nos discursos das mais variadas áreas, designadamente através da comunicação social. Referindo-se a questões sociais, e atravessadas, portanto, pela ideologia, inclusão e exclusão sociais constituem, também, campos de análise científica pautados por diversidade, complexidade e contradições (Sawaia, 2001). Desde logo, o conceito de exclusão social comporta grandes ambigüidades, na medida em que pode designar, em função do foco privilegiado pelos diferentes autores, determinadas características do fenómeno em detrimento das demais: exclusão como pobreza, exclusão como discriminação, exclusão como injustiça social (Sawaia, 2001).

Consideramos, de acordo com Sawaia (2001, p. 8), que a inclusão e a exclusão social constituem fenómenos dialéticos e indissociáveis entre si: “todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades económicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram fora do económico”. Assim sendo, no seguimento desta

autora, a exclusão constitui um processo complexo e multiforme, na interseção de fatores materiais, políticos, relacionais e subjetivos e envolvendo “o homem por inteiro e suas relações com os outros” Sawaia (2001, p. 9). A exclusão social, na quimera dos direitos humanos determina-se como “um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros” (Sawaia, 2001, p. 9; Pinto, 2012).

Desde logo, assinalamos a perspectiva de Capucha (2010), para quem todos aos quais são barrados os direitos a um rendimento digno, a ocupação profissional, a habitação, a educação, a saúde, a cidadania e a igualdade de oportunidades são abrangidos pelo conceito de exclusão social.

Por outro lado, destacamos algumas das dimensões subjetivas de que o fenómeno da exclusão social se pode revestir e pelas quais pode ser analisado: numa perspectiva psicossociológica, a questão do preconceito, que se determina como “julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio a propósito de uma pessoa ou de uma coisa (...) compreende vieses e esferas específicas” (Jodelet, 2001, p. 59); numa perspectiva sociológica, os problemas da desqualificação social e de identidade negativa associados à pobreza e que, de acordo com Paugam (cit. por Sawaia, 2001, p. 10) se sintetizam na ideia de que o “descrédito atormenta os excluídos tanto quanto a fome”.

Entenda-se que a exclusão social não reflete apenas condições materiais e a associação à escassez de recursos. Tendo em conta uma abordagem relacional, Rodrigues (2000, p. 174) a exclusão “surge como um processo, com carácter estrutural, de fragilização e ruptura dos laços sociais e conseqüente dependência do assistencialismo público”. Neste sentido, existem vários tipos de vulnerabilidades dependentes do termo assentes em dois tipos principais: “a ruptura pela ausência de um conjunto de recursos básicos (...) e (...) a ruptura como consequência de mecanismos de estigmatização que afectam grupos sociais específicos” (Rodrigues, 2000, p. 174).

Apesar da vertente económica do conceito de exclusão social estar bem vincada, podendo o termo ser sujeito a sinonímia com pobreza, é “um processo complexo e multidimensional, com efeitos progressivos e cumulativos nos indivíduos e nos grupos (...) assim como na sociedade em geral”. (Rodrigues, 2000, p. 176).

Analisando-se, a exclusão não se determina pelas discrepâncias sociais e desvantagens decorrentes, mas sim pelo egresso e rutura em face da sociedade.

Segundo Castel (cit. por Rodrigues, 2000, p. 177) distinguem-se quatro fases no processo de exclusão social: “a integração, a vulnerabilização, a assistência e a desafiliação”, sendo que o último termo se assume como o mais extremo em que os próprios laços dentro da família e pessoas próximas são rompidos.

Em sequência, é de atentar que a exclusão social compreende os aspetos associados à falta de rendimentos e as necessidades decorrentes mas em ênfase emerge o facto “cumulativo de vulnerabilidades económicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas, que promovem a marginalização e a ruptura dos laços sociais” (Rodrigues, 2000, p. 177).

Na sequência da análise que temos vindo a desenvolver, consideramos que a distinção entre “estar incluído” e “estar excluído” não é simples nem linear. De acordo com Castel (cit. por Rodrigues, 2000, p. 178) “não há pessoas fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com o centro estão mais ou menos distendidas”. Neste sentido, grupos “socialmente incluídos”, mas sujeitos a vulnerabilidades várias, não deixarão de constituir grupos vulneráveis a pressões excludentes. Com efeito, “a estigmatização dos grupos sociais representados como diferentes ou desviantes (...) promove uma relação social, baseada na representações colectivas da estratificação social, dos laços de sociabilidade, das concepções e valores sobre a própria sociedade”. O estigma e a exclusão agem como principais atores na prossecução de consequências graves no âmbito dos pensamentos internos e de auto estima afetos ao sujeito excluído, pelo que se torna pertinente discernir as determinantes do processo aos níveis individual e social (Rodrigues, 2000).

Em contexto social, “criar rótulos” e “etiquetar” comportamentos conduz a reações de conformidade que provocam a ação. Os rótulos são instruídos pelos grupos que detêm a norma convencional e, como consequência, daí surge uma divisão social que tende a perpetuar-se e a gerar um mecanismo simbólico de controlo social.

O estigma apresenta-se como atributo basicamente depreciativo, uma categorização social que desqualifica e exclui as pessoas ou grupos. No fundo, desabilita os alvos para um contato social pleno, podendo relacionar-se a aspetos físicos, comportamentais, morais ou de afiliação e perante o qual determinadas características ou considerações são arguidos no seu portador (Goffman, 1975, cit. por Galinkin, 2003).

Os indivíduos e grupos em exclusão social assumem as características do processo envolvente pelo que, ao se tornarem alvos de rejeição e nas ruturas dos laços com a rede e comunidade, adquirem em acumulação as vulnerabilidades atribuídas, bem como características indissociáveis do processo e que comprometem as suas ações e dinâmicas. Fatores como por exemplo as habilitações, os rendimentos e o género, em ação dentro de contextos mais vulneráveis, passam a ativos fortuitos no processo de exclusão social (Rodrigues, 2000).

O facto de o individuo pertencer a um grupo e/ou comunidade, é uma importante variável de análise nos processos de inclusão e exclusão social dado que se patenteia como característica de adesão e partilha dos costumes e acessões que o grupo estabelece. Conclui-se, no seguimento, que a circunstância dos recursos financeiros deficitários em pouco pode determinar a exclusão social, uma vez que se pode viver como excludente sem se estar em situação de pobreza. À medida que certas fragilidades se assumem, os processos de exclusão social intensificam-se e podem estender-se ao círculo do indivíduo e/ou grupo. Assim, impõe-se novas formas de reflexão para o problema da exclusão social sendo que as possibilidades de inserção têm vindo a diminuir por várias representações, a qual se destaca, a reestruturação das famílias (Rodrigues, 2000).

Analise-se pois o domínio da inclusão social, que pode decorrer da valorização de atos tão simples como valorizar, identificar e estimar as qualidades e características de cada um no âmbito de um grupo ou comunidade. O contexto social é o fator chave para que a inclusão aconteça, pelo que as relações sociais de apoio podem desenvolver a integração no seu pleno e abolir discriminação, preconceito e resultante exclusão social. No estudo do Observatório das Famílias e das Políticas de Família, por Ramos et al. (2016), em que é



analisada a vida familiar e os papéis de género, emerge que a maior parte dos inquiridos (47,1%) considera que um pai sozinho ou mãe sós podem criar um filho tão bem quanto em conjugalidade. No entanto, 38,9% expõem uma opinião contrária. Estes dados permitem identificar que, embora as disparidades das respostas consoante o género e idade, continuam a existir pessoas, sobretudo homens mais velhos, nesta situação em análise, com uma visão tradicional da parentalidade atribuindo implicitamente especificidades ao papel da mãe, sobrecarregando-a nessa tarefa.

Também no que respeita a uma afirmação do mesmo estudo, que determinava “Cabe mais ao pai impor o respeito”, é possível identificar dissonâncias pelo que os participantes com 65 e mais anos concordam com a afirmação e todos os outros a rejeitam (Ramos et al., 2016).

Ainda por Lipman, Offord e Boyle cit. por Lucas (2012) numa investigação onde participaram cerca de 1540 mulheres, com pelo menos um filho a cargo, foram concluídas questões relacionadas às mães solteiras como o facto de estas serem mais suscetíveis de terem uma perturbação afetiva e conseqüentemente de recorrerem a serviços de saúde mental e pobreza em relação a outras mães de famílias biparentais.

De frisar que as famílias monoparentais femininas, que podem decorrer de uma gravidez precoce ou indesejada, instabilidade familiar, abandono e em outros casos também de violência doméstica, têm a autoestima fragilizada e estão na busca pertinaz da sua reconstrução, como mãe, mulher e cidadã, ainda que sob possíveis preconceitos. Em paralelo com a vulnerabilidade social identifica-se um grau de vulnerabilidade emocional a que podem estar expostas pelas causas anteriores. Contrariamente, estas famílias enfraquecem os estigmas sociais relacionados ao divórcio, à licitude do matrimónio (reconhecido antes como uma formação inviolável) e à maternidade solteira. O panorama social de preconceito para com as pessoas que se separavam e que tinham filhos, embora ainda possa ter expressão, é substituído pela dignificação e estima no sentido de que um progenitor sozinho exerce o seu papel parental igual ou melhor, comparativamente à situação de instabilidade anterior (Baliana, 2013).

Para além do já escrutinado, há um aspeto relacionado com a fragilidade social das famílias monoparentais femininas, marcante em Portugal, o facto de o país apresentar maioritariamente casos de Monoparentalidade no feminino. A exclusão social emerge também neste âmbito pois como exaltam Pereirinha et al. (2008) cit. por Guadalupe et al. (2015, p.44) “estes agregados são particularmente vulneráveis à pobreza, uma vez que muitos deles dependem exclusivamente do rendimento materno (...) o fenómeno da pobreza é sensível a variáveis como o grupo etário – maior incidência em crianças e idosos – e sexo – feminização da pobreza”.

Também Costa et al. (2008) cit. por Guadalupe et al. (2015) atestam que “existe uma certa feminização da pobreza, na medida em que é maior a vulnerabilidade à pobreza nos agregados que têm por representante uma mulher, além de que, entre os pobres, as mulheres representam uma proporção comparativamente maior”.

De acordo com Jodelet (1989) cit. por Moura (2016, p.43) “As representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”.

### **3.2. A importância da rede de suporte familiar, social e os apoios económicos**

No que respeita à coresidência, a mesma tem sido uma das tendências de relevo na análise da evolução das estruturas domésticas em Portugal, ao longo dos últimos 10 anos, conforme aludido por Delgado & Wall (2014):

“uma relativa estabilidade (...) na proporção de jovens casais a viver sem filhos de forma autónoma, tendo aumentado até ligeiramente, depois de descer nos anos 90, a percentagem dos indivíduos deste grupo etário em famílias múltiplas, o que aponta muito provavelmente para situações de início da vida conjugal (ou monoparental) em co-residência com outro núcleo conjugal” (p.52-53).

Neste sentido, continua a ser comum que as famílias monoparentais, principalmente as mais jovens, estejam mais vulneráveis e dependentes economicamente e socialmente, residindo com os familiares (Delgado & Wall, 2014).

A família, como instituição fundamental na socialização das crianças e jovens, detém um papel primordial na educação, no cuidado e no suporte afetivo aos seus membros. Tendo em conta as reconfigurações pelas quais as famílias têm vindo a passar, torna-se importante analisar como elas acompanham tais processos de transformação. A rede de suporte é muito importante para que, no caso das famílias monoparentais, estas possam usufruir de apoio nas mais diversas atividades diárias, relacionadas, designadamente, com a habitação e a subsistência dos dependentes. Efetivamente, as solidariedades familiares (sendo as intergeracionais as mais comuns) têm um papel de relevo nas dinâmicas do quotidiano bem como na economia das famílias e sua trajetória social.

Esta visão da família e outros núcleos de suporte, como os apoios mais óbvios, advêm do conceito de “sociedade-providência”, em que a sociedade portuguesa se assume sustentada por redes de solidariedade informais que compensam a falta de auxílios prestados por parte do Estado, embora aquelas nem sempre possam equilibrar o malogro dessa provisão. Mesmo assim, muitas famílias têm um nível baixo de redes de prestadores de cuidados e nem sempre os laços familiares são os que as sustentam nos âmbitos já descritos.

No que se refere ao apoio e às redes sociais de auxílio a estas famílias monoparentais, destacam-se as famílias e o núcleo de amigos. (Wall et al., 2002). Segundo o estudo de Wall (2001) cit. por Cardoso (2013), no caso dos cuidados às crianças, estes são conferidos principalmente pelos pais da mulher, observando-se serem maioritariamente as mulheres (avós) a prestar tais cuidados. Contudo, este aspeto encontra diferenciações em função do estrato social e das qualificações que caracterizam as famílias de proveniência das mulheres que “chefiam” famílias monoparentais.

Wall et al (2002) cit. por Cardoso (2013) explanam, ainda, que no caso concreto das famílias monoparentais femininas se verifica um acesso diferenciado a diversos serviços pagos, formais ou não formais, e à habitação, em função dos diferentes recursos económicos. Essencialmente só as mulheres sós com altos rendimentos é que conseguem estabelecer

modos de guarda e possibilidade de acesso a vários apoios ficando “as mulheres com baixos rendimentos em situação de ausência de conciliação, que quando não optam pela co-residência com familiares próximos, sofrem fortes privações” (Wall et al., 2002, cit. por Cardoso, 2013, p.58). Desta forma, estas últimas poderão sentir-se confrontadas com maiores dificuldades de diversas ordens, como “o uso tenso e insatisfeito de uma rede alargada de cuidadores informais, ou a situações de cuidados negligentes onde a criança passa muito tempo sozinha ou porque é cuidada por outras crianças mais velhas” (Cardoso (2013, p. 310). O facto de não terem acesso a por exemplo cuidadores de serviços pagos pode ser forte condicionante de estabelecimento do modo de articulação das dinâmicas do quotidiano, que se estabelecem por dificuldades em pagar uma creche/infantário, horários de trabalho por turnos, distância do local de trabalho podendo ter inerentes custos avultados e a sujeição das crianças a longas deslocações Cardoso (2013).

De relevar que o suporte social adquire uma importância maior, no domínio do incentivo à superação, em fases de mutação e reconfiguração, por exemplo após um divórcio/separação (Rapoport & Piccinini, 2006, cit. por Lucas, 2012).

Podem-se identificar, segundo Portugal (1995) cit. por Lucas (2012, p.6), quatro áreas de apoio fundamentais: “ 1) prestação de serviços (...) 2) apoio financeiro (...) 3) apoio material (...) 4) apoio ao nível da informação...”. Destacam-se pelos pontos anteriores, por exemplo: a supervisão e cuidados aos filhos, por familiares, amigos ou serviços pagos, o suporte de despesas da criança, a atribuição de cabazes de alimentos e roupa e o aconselhamento.

Em análise mais genérica do termo “suporte social”, em que dependendo das situações se abrange desde diretrizes ao apoio mais prático, admiti-se, conforme Guadalupe (2008) cit. por Lucas (2012, p. 6) “três tipos de apoio principais: o emocional, o tangível (instrumental/material) e o informativo”.

No que respeita a apoios económicos prestados a estas famílias, no rendimento do agregado familiar podem-se identificar as prestações sociais, as bolsas de estudo e de formação, os subsídios de renda de casa e apoios públicos à habitação bem como as pensões de alimentos

que, caso se verifique pai faltoso e em incumprimento de tal obrigação, são asseguradas pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores (Segurança Social, 2013; Cardoso, 2013)

Também a majoração do abono de família é de relevar, sendo que se trata de um pagamento adicional. Esta majoração aplica-se no caso de família monoparental e nas famílias com duas ou mais crianças (idades compreendidas entre os 12 e os 36 meses, até ao 3.º escalão de rendimentos) pelo que no caso de a família ser monoparental e ter duas ou mais crianças na situação descrita pode acumular as duas majorações do abono de família (Departamento de Prestações e Contribuições, 2017).

De frisar que, segundo Marin & Piccinini (2009) cit. por Lucas (2012):

“a maternidade envolve uma situação muito subjetiva que acaba não dependendo, necessariamente, da configuração da família. Existe uma série de outros fatores tanto familiares (atitudes e comportamentos maternos, ausência do pai), como sociais (nível socioeconômico, escolaridade da mãe, rede de apoio social, prestígio profissional) e emocionais (aspectos subjetivos, estresse, depressão) que podem afetar, diferentemente, a dinâmica e o funcionamento de famílias de mães solteiras” (p.7).

## Capítulo II- Metodologia de Investigação

No sentido de garantir o rigor científico da investigação, é primordial estabelecer com clareza os seus objetivos, definindo e justificando todas as escolhas metodológicas efetuadas para os atingir.

Com a presente investigação, pretende-se criar condições para o estabelecimento de práticas de encontro entre três mulheres de famílias monoparentais, da Cidade de Gesin, para que as mesmas partilhem experiências inerentes à sua condição familiar e possam descobrir dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo para superar eventuais barreiras socialmente impostas.

Como objetivos específicos, estabeleceram-se os seguintes:

1. Identificar os trajetos de reconfiguração familiar destas famílias e os fatores culturais, sociais e económicos que os moldam;
2. Compreender os dilemas, dificuldades e conquistas do quotidiano destas famílias na atualidade;
3. Reconhecer exigências que a sociedade lhes impõe;
4. Dinamizar momentos de encontro com o intuito de promover dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo de modo a responder às necessidades coletivamente sentidas por estas famílias monoparentais

Tendo em conta estes objetivos e a matriz epistemológica em que nos situamos, esta investigação insere-se no âmbito do paradigma sociocrítico, tem uma natureza qualitativa e adota como método de referência a Investigação-Ação Participativa.

Uma das principais características da investigação qualitativa determina-se pela situação da fonte dos dados, sendo o investigador o instrumento-chave da recolha dos mesmos, cujo primeiro cuidado é descrever e só numa fase seguinte analisar. O processo de investigação, em todas as suas fases, é fundamental e relevante, desde os acontecimentos, o produto, o resultado às considerações finais. Quanto aos dados, os mesmos são analisados como se, em conjunto, integrassem todas as partes e se apoderassem das suas significâncias para

uma resposta às questões: “ O quê?” e “Porquê?” (Bogdan & Biklen, 1994, cit. Tuckman, 2005, p.507).

O paradigma sociocrítico caracteriza-se como sendo, num momento determinado, um conjunto de valores, teorias e técnicas, associado a todos elementos de uma comunidade científica orientado à mudança, pela investigação-ação. Com sentido crítico à educação, inerente, identificam-se transformações com base numa relação sujeito-objeto determinada por um compromisso para a mudança. Este paradigma comporta várias valias, desde um problema de investigação real, a predominância qualitativa, por técnicas participativas, à análise dos dados pela intersubjetividade, pelo que induz à auto-reflexão da temática em desígnio. Nesta investigação, sendo que o intuito é analisar as transformações sociais da Monoparentalidade Feminina através de dinâmicas de grupo e se pretende atingir a produção de conhecimento, o Paradigma Sociocrítico revela-se adequado (Coutinho, 2011; Habermas, 1974; Guba, 1990).

A partir deste paradigma, orientado à mudança e à interação, desenvolve-se a investigação pelo uso da metodologia de investigação participativa.

De acordo com Santos (1988):

“A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético” (p.53).

A este nível, a recolha e análise de dados exige um cuidado particular pelo contexto bem como pelos objetivos de compreensão, formulados no início da investigação. Ou seja, as questões a investigar não se determinam através da operacionalização de variáveis, pelo que os dados qualitativos recolhidos abonam em pormenores descritivos. A dinâmica de

análise é também por isso mais morosa e o próprio tratamento dos dados pode ser complexo pela quantidade de aspetos obtidos dos discursos dos participantes (Bogdan & Biklen, 1994; cit. Oliveira, 2008, p.38).

Neste sentido, a Investigação-Ação caracteriza-se por ser “uma espiral de planeamento e acção e busca de factos sobre os resultados das acções tomadas, um ciclo de análise e reconceptualização do problema, planeando a intervenção, implementando o plano, avaliando a eficácia da intervenção” (Matos, 2004, cit. por Fernandes, s/d, p.7).

Quanto ao método, este designa-se por ser o “corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de investigação” (Pardal & Lopes, 2011; p. 12).

Pode ainda considerar-se, segundo Coutinho et al. (2009) que a Investigação-ação tem como objetivos perceber, melhorar e reformular práticas, veiculando a mudança e o conhecimento, não sendo este último, no entanto, o princípio gerador mas sim, o questionamento das práticas sociais e os valores que as integram. Estes aspetos incorrem sobre as explicações e o desenvolvimento de uma análise detalhada dos efeitos de determinada “intervenção”, onde pode inclusive haver transformação de relevo social, uma intervenção em pequena escala na extensão do planeamento e atuação ou incitar uma maior perceção sobre práticas e possivelmente melhorias.

A investigação participativa acarreta um conjunto de ações que devem realizar-se coletivamente para os participantes e se apresentem disponíveis e motivadas para análise da sua realidade social. Sendo que este projeto de investigação se foi construindo com as participantes e movida para as mesmas, estavam reunidas as condições para que em dinâmicas de discussão focalizada, pesquisa e análise, as participantes agissem na produção do conhecimento ao mesmo nível da investigadora. Associar a Investigação-Ação Participativa às dinâmicas da Monoparentalidade em estudo significa uma tomada de



consciência das questões críticas relativas à problemática e predisposição para a reflexão, dinamização das práticas e análise das teorias.

## **1. Técnicas e dispositivos de recolha de Informação**

De acordo com as opções metodológicas fundamentais da investigação, atrás expostas, em função dos objetivos a que se propõe esta investigação, recorreu-se a diferentes técnicas e dispositivos de recolha de informação, Os Grupos de Discussão Focalizada (com registo áudio, de modo a permitir posterior transcrição) constituíram a técnica central, tendo sido mobilizado no seu decurso um conjunto de técnicas e dinâmicas participativas integradas como o uso dos Seis Chapéus do Pensamento de Edward de Bono, o *Path* e o Círculo dos Amigos.

### **1.1. O Grupo de discussão focalizada (Focus-Group)**

De acordo com Galego & Gomes (2005), foi Robert King Merton, juntamente com Paul Lazarsfeld, que difundiu a prática das sessões de Focus Group, para auxiliar na perceção de determinadas informações e fornecer outras verificações de investigação obtendo respostas de experiências concretas. Muito embora através desta abordagem não sejam obtidas informações quantitativas, as mesmas resultam em transcrições e, conseqüentemente são analisadas de acordo com as temáticas da investigação, com um cariz social subjacente (Silva, 2014).

Os grupos de discussão focalizada (GDF) são discussões de grupo que exploram um conjunto específico de questões, focando-se naquilo que envolve algum tipo de atividade coletiva, como na investigação em causa: debater uma série de questões sobre a Monoparentalidade (Barbour & Kitzinger, 1999).

Os GDF foram uma escolha óbvia para esta investigação, uma vez que permitem aceder às perceções e significados que as mães possam atribuir aos tópicos em exploração sobre a Monoparentalidade Feminina. Sobretudo, permitem a geração de dados através da

interação do grupo, que é um dos objetivos específicos desta investigação: dinamizar momentos de encontro com o intuito de promover dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, suscetíveis de responder às necessidades coletivamente sentidas. De relevar que os GDF não são espontâneos na sua conceção porque contam sempre com intervenção, ainda que de um moderador, e a sua finalidade é a investigação (Wilkinson, 1999).

As sessões de GDF possibilitam a definição de tópicos, determinados pelo investigador antes da realização das mesmas, num planeamento cuidado mas flexível, o que de uma forma concreta admite a abordagem de assuntos-chave transversais por sessão, de modo a guiar o discurso e a focar as participantes nesse sentido. A escolha desta técnica prendeu-se também com a possibilidade de com mais profundidade, se obterem informações sobre os tópicos em investigação e simultaneamente explorar conceitos, significados, atitudes e opiniões.

As sessões de GDF compreendem uma interação cara a cara e normalmente são exequíveis em pequenos grupos de 4 a 12 participantes, com um facilitador envolvido - neste caso o investigador (Krueger & Casey, 2000; cit. Hollander, p. 606-607). Segundo Hughes & DuMont (1993) (cit. Smithson, 2007, p. 357) os GDF são profundas entrevistas de grupo entre sujeitos homogéneos que partilham informações sobre determinados tópicos indicados pelos investigadores. Podem também constituir-se como dispositivos geradores de uma discussão grupal planeada para obter determinadas perceções num ambiente definido e controlado. No fundo, as características desta abordagem podem variar em função dos objetivos da investigação, do método que a enquadra, e ainda pela situação participante-investigador e pela natureza da interação entre participantes. Os dados obtidos através dos GDF provem desde uma natural discussão, por vezes informal, até ao ambiente ponderado sobre um único tópico distinguindo-se da entrevista clássica que restringe e direciona os participantes. Desta forma, muito embora se definam como um misto de várias abordagens, os GDF acontecem num local que permita o contacto visual entre todos os participantes potenciando uma investigação mais interacional e interessante a nível de informações e detalhes obtidos (Krueger, 1998; Beck et al., 1986; cit. Smithson, 2007, p. 357).

Nas investigações das ciências sociais são utilizados desde os anos 40, como exploração de diferentes perspetivas de tópicos, nos quais a interação qualitativa é o ponto-chave. A

unidade de análise é o grupo, não sendo um ato individual e isolado, pelo que os participantes podem ser membros de um grupo social pré-existente ou simplesmente serem agora unificados pelas experiências semelhantes ou problemas e contextos sociais igualitários. Nesta dinâmica grupal, os participantes explicitam determinadas experiências e discutem-se perspectivas com um senso de coletivo, que ocorre durante as várias sessões de interação (Wilkinson, 1999).

O facilitador deve ter capacidades de interação, dando no entanto espaço para os diferentes membros do grupo mostrarem as suas visões, conhecimentos ou simplesmente poderem dar o seu contributo. As capacidades de lidar com todas as possíveis problemáticas daí decorrentes com vozes dominantes, silêncios, constrangimentos ou precipitações sobre outros assuntos em nada relacionados ao tema, são também essenciais. O pensamento grupal pode ter um efeito interessante em termos de investigação, uma vez que os participantes podem defender pontos de vista por vezes corroborados pelos outros elementos do grupo e que automaticamente podem aparentemente significar a exatidão da intervenção e sustentá-la.

O foco de atenção do investigador não deve ser a preocupação em como extrair a verdade das intervenções, mas sim perceber e analisar os múltiplos e complexos momentos de interação em que os participantes partilham as suas ideias, experiências e pontos de vista (Morgan, 1996; Janis, 1972; cit. Hollander, 2004, p.606-610).

As sessões devem ocorrer, sob garantia de anonimato e confidencialidade, no máximo durante duas horas e meia, tendo os participantes consciência das expectativas e objetivos, num espaço apropriado em que exista por exemplo uma atmosfera relaxada mas ao mesmo tempo que demonstre a importância da investigação, em que o facilitador possa quebrar o gelo por exemplo com um lanche e alguns estímulos de multimédia (Silva, 2014).

As vantagens destas sessões são inúmeras, destacando-se a grande liberdade outorgada aos participantes para intervirem nas suas próprias condições, relativamente aos tópicos previamente lançados em discussão. É também de realçar a imensidão de conteúdo, sendo que o investigador poderá explorar e desvendar, nas entrelinhas de um discurso fluente (avaliado por vezes como uma conversa de quotidiano) informações interessantes para a investigação (Hollander, 2004).

## 1.2. Os 6 Chapéus do Pensamento

Os 6 Chapéus do Pensamento constituem uma abordagem de exploração de opiniões, percepções e significados idealizada por Edward de Bono, em que a ênfase recai sobre a análise do que pode ser ao invés do que é. Ou seja, para além de uma vertente analítica, esta abordagem pode ser promotora de projeções, contrariando outras técnicas de percepção do certo e do errado. Nesta investigação foi utilizada esta abordagem, devidamente adaptada, uma vez que não conhecemos a utilização dos 6 Chapéus do Pensamento em investigações semelhantes, nesta temática da Monoparentalidade com mães de famílias monoparentais. Assim, tentou-se promover, ao longo das sessões de GDF, assuntos específicos para discussão no intuito de direcionar o discurso das participantes. Esta técnica de dinâmica de grupos permite utilizar em pleno a experiência de todos os envolvidos.

Uma das indicações para a utilização desta técnica é “uma coisa de cada vez”, neste sentido, dá-se a possibilidade de separar os tipos de pensamento para depois se pensar no panorama geral. Cada um dos seis chapéus tem uma cor: branco, vermelho, preto, amarelo, verde e azul, pelo que a cor determina o nome do próprio chapéu. Na sua caracterização e valoração funcional, o chapéu branco é o neutro e em que se pretendem factos objetivos. Quanto ao chapéu vermelho, o mesmo deve incitar à perspetiva emocional. O chapéu preto é o chapéu dos pontos fracos, no fundo o mais cauteloso e em que se devem apresentar ideias cuidadas e que possam ser as mais “terra-a-terra” e consequentemente problemas. No que respeita ao chapéu amarelo, a positividade é enaltecida pois abrange o pensamento do otimismo. O chapéu verde refere-se à criatividade e potencia novas ideias. O chapéu azul é o do controlo, organização e definição do pensamento, pelo que pode predizer quais os chapéus a utilizar e o mesmo ser usado, na dinâmica do GDF, pelo moderador.

Os chapéus, na prática, devem ser indicados sempre pela cor e não pelas funções, como justifica por Edward de Bono (2005, p.24): “Se pedir a alguém para lhe contar qual a sua reação emocional (...) dificilmente obterá uma resposta sincera (...) as pessoas acham que é errado serem emotivas (...) chapéu vermelho é neutro (...) permite que os chapéus sejam usados sem embaraço”.

A utilização deste método pode ser sequencial, conforme seguido nesta investigação, pelo que se subdivide em dois tipos: evolutiva e predeterminada. A primeira refere-se a uma definição do primeiro chapéu pelo moderador e consoante o desenvolvimento da discussão, definem-se os seguintes. No entanto, este tipo não é recomendado porque o assunto em si pode ficar submerso a inquietações deliberativas morosas. A sequência sugerida pelo autor, e utilizada nesta investigação, é a sequência predeterminada, estipulada e comunicada completamente no início da sessão e também iniciada pelo chapéu azul. Nesta sequência são permitidas, no entanto, pequenas variações da utilização dos chapéus dependendo dos resultados obtidos por parte dos participantes.

As características essenciais para o sucesso dos 6 Chapéus do Pensamento são a disciplina, em que os membros da sessão devem manter o chapéu indicado até que o novo chapéu seja proferido; o tempo, sendo que o recomendado são espaços temporais curtos para cada chapéu e também determinados por número de participantes; e as diretrizes, facultadas pelo facilitador da sessão e que devem ser claras. De referir que esta técnica de dinâmica de grupos apresenta grandes benefícios pois permite um enquadramento dos tópicos em causa muito mais eficaz do que a própria discussão ou argumentação desordenada. No entanto, deve ser esclarecido o facto de que, mesmo utilizado em grupo, os Seis Chapéus do Pensamento podem ser usados para o moderador pedir a determinados intervenientes um pensamento ou opinião individual, facilitando o surgimento de ideias aos restantes. Essencialmente, esta técnica simplifica a organização do pensamento e auxilia os participantes a lidar com uma situação ou emoção de cada vez, percecionando por vezes uma mudança na sua abordagem sobre o assunto (Bono, 2005).

### **1.3. O Círculo dos Amigos**

A abordagem do Círculo dos Amigos, também denominado de Círculo de Suporte teve origem na América do Norte, como estratégia de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Contudo, este dispositivo pode ser utilizado noutros contextos, permitindo colocar em perspetiva a rede de suporte de qualquer pessoa, promovendo o reconhecimento do poder dos pares. O Círculo dos Amigos fundamenta-se na participação

dos sujeitos numa dinâmica de reflexão estruturada, a partir das perspectivas e necessidades dos indivíduos, assumindo-se como uma espécie de radiografia social. Nesta investigação revelou-se oportuno pela capacidade de fornecer uma representação visual do apoio social e familiar destas mulheres. A análise do círculo, identificando as pessoas chave e as prioridades consoante a circunferência onde se incluem, possibilitou uma interpretação grupal e também de autorreflexão. O círculo engloba quatro circunferências concêntricas e cada uma das mesmas tem um nível de importância. A mais relevante e onde se colocam as pessoas mais significativas que partilham a intimidade e sem as quais o sujeito não podia viver é a mais pequena, a circunferência interior. A partir da circunferência da intimidade mencionada, a seguinte (circunferência da amizade) estabelece as pessoas próximas, aqueles que consideramos ter uma relação de amizade. A circunferência da participação (3.ª) inclui por exemplo organizações, clubes, colegas de trabalho, equipas e as redes em que o sujeito interfere ou considera importantes. O círculo da troca, 4.ª circunferência, apresenta as pessoas ligadas aos serviços como por exemplo o mecânico, o médico, os transportes utilizados (Faley et al.,2011).

#### 1.4. O Path

A utilização da técnica do *Path* (*Planning Alternatives Tomorrows with Hope*), permite identificar processos de organização e de mudança tendo como foco a pessoa e a compreensão das suas ambições, sonhos e características. Esta abordagem constituiu uma técnica interessante para esta investigação, sendo um processo constituído por 8 passos com uma sequência definida o que permite uma perceção do percurso de vida das participantes desde a situação atual até às ambições e ao futuro ansiado. O primeiro passo identificado do *Path* é o Sonho, que se estabelece como a estrela polar desta técnica e é aquilo que o sujeito identifica como objetivo primordial. O segundo ponto são as metas para atingir o passo n.º 1. Quanto ao que se estabelece como a situação atual do sujeito é definido como o ponto n.º3, seguindo-se a definição das pessoas a mobilizar (ponto n.º 4). O ponto n.º 5 são as forças, aquilo em que o sujeito toma como pontos fortes que pode utilizar para atingir o seu sonho. O planeamento dos próximos meses implica o ponto n.º6, seguindo-se

o planeamento do próximo mês referido no ponto n.º 7. O 8.º e último ponto é planear o passo mais próximo, aquele que deve ser dado já para alcance da estrela polar. O resultado palpável do *Path* é um esquema, em formato de póster, de grande dimensões para que o sujeito identifique todo o plano e se possam ir analisando aspetos em falta tendo noção do panorama. Na sua versão mais fiel, o *Path* deve ser registado num póster de 3 metros por 1,5 metros, exigindo que exista um grupo de suporte que acompanhe esta ação de preenchimento e uma preparação prévia do facilitador no âmbito do encaminhamento de ideias e organização (Faley et al.,2011; Pearpoint et al.,2009).

## Capítulo III – O processo de Investigação

### 1. Entrada no terreno

Na idealização do projeto, estimava-se a integração de até 4 mães, de famílias monoparentais, dada a duração, as dinâmicas envolvidas e as características do Mestrado.

O processo de seleção das participantes foi realizado através do Serviço de Apoio ao Cidadão (S.A.C.) da Junta de Freguesia de Gesin. Primeiramente existiu um telefonema para agendamento de uma reunião com a Assistente Social, que aconteceu em fevereiro de 2018, para exposição do projeto e explicitação da minha necessidade de reunir mães na situação descrita, da Cidade de Gesin, para uma investigação-ação. A Assistente Social também expressou as dinâmicas do S.A.C e em que medida tinha contacto com as pessoas, inclusive estas mães, que também contam com a colaboração da Psicóloga do serviço, que além de consultas com os filhos também faz acompanhamento psicológico às progenitoras.

Os únicos critérios definidos para os participantes desta investigação foram: serem do sexo feminino, residirem no Concelho de Gesin e terem um ou mais filhos a seu cargo estando em regime de Monoparentalidade. Não existiu mais nenhum critério em relação à experiência pessoal, classe socioeconómica e idade dos filhos.

Após a reunião, nos dias que se seguiram, foram trocados *emails* e a Psicóloga aquando das consultas com as famílias ia questionando quem estaria interessado no projeto em causa. Foi recebido um *email* em meados de fevereiro que continha os contactos telefónicos de 4 mães para entrar em contacto e perceber disponibilidade (fator desde logo identificado pela Psicóloga e Assistente Social como o mais limitador).

Após as conversas telefónicas, que aconteceram nos dias seguintes com as 4 mães, apenas 3 estavam disponíveis para ouvir mais sobre o projeto e aparecerem numa sessão, pelo que foram questionadas disponibilidades e se agendou uma hora para falarmos pessoalmente do projeto e para a assinatura do consentimento informado. De referir que foi questionado também se o local a realizar a sessão era conveniente para as mães e se tinham como se dirigir para lá oferecendo-se a investigadora para esse transporte. Todas mencionaram ter



transporte próprio e que a localização do espaço era ideal por ser no centro da cidade e com muitas acessibilidades.

Tendo em consideração a génese da primeira sessão e conseqüente primeiro contacto presencial, tornou-se importante que acontecesse sem uma primeira gravação áudio.

A primeira sessão, decorreu num sábado, dia 24 de fevereiro pelas 11h00, numa sala com boas condições dentro do Pavilhão Municipal da Cidade, onde habitualmente se realizam as conferências desportivas, dispondo de uma mesa e cadeiras em pequena plateia, cedida por um dos responsáveis do Espaço, do Pelouro do Desporto. De referir as dificuldades junto de outras Divisões da Câmara, aquando da procura de um espaço para as sessões, por razões da programação cultural e também dado os horários reduzidos dos serviços e a não possibilidade de estarem abertos ao fim-de-semana.

Na primeira sessão estiverem presentes apenas duas das mães (Iolanda e Leonor) pois a Maria João teve um imprevisto. Começou-se com um lanche levado para investigadora para que o ambiente se tornasse mais acolhedor e se estabelecesse um contacto de relevo para partilha.

A investigadora apresentou-se e falou sobre o projeto e os seus objetivos questionando também sobre eventuais curiosidades das mães, ao que não obteve questões.

As participantes apresentaram-se e falaram vagamente sobre o porquê de serem uma família monoparental expondo alguns dados como por exemplo as idades dos filhos e anos de escolaridade (informações que nas sessões que se seguiram foram repetidas).

O lanche continuava e a investigadora decidiu apresentar às mães os consentimentos informados (anexo 2) para que elas lessem cuidadosamente e pudessem assinar no caso de concordarem com o definido no documento. As mães responderam de forma afirmativa ao pedido de leitura e assinatura do documento e expressaram a sua felicidade e curiosidade sobre a investigação, pois consideraram ser um tema ainda pouco explorado.

As mães foram informadas pela investigadora que a terceira participante, que estava naquela sessão em falta, iria estar presente na próxima sessão e que inclusive via chamada telefónica mencionou que assinaria o consentimento no início para que pudessemos iniciar os trabalhos de investigação sob gravação áudio.

Antes do final da sessão, a Leonor solicitou à investigadora que a tratasse por “tu” ao que a Iolanda, no seguimento, pediu o mesmo, ficando determinada essa forma de tratamento. Agendou-se com as mães uma segunda sessão para o sábado dali a duas semanas para se iniciar a investigação, mas que ficou desmarcada no próprio dia da sessão (10 de março) pois a mãe Maria João ligou a avisar que iria voltar a não conseguir estar presente e como seria a primeira sessão poderia comprometer a nossa ordem de trabalhos.

Por sugestão das outras duas mães (Iolanda e Leonor) que já estavam com a investigadora no local, estabeleceu-se para início dos trabalhos o dia 17 de março no horário das 14h00, conveniente também à mãe Maria João. Antes de irem embora deste pequeno encontro, que não se consolidou em sessão, foi entregue às duas mães uma rosa em sinal de marco do dia da Mulher que tinha acontecido dois dias antes.

## **2. Descrição-síntese das atividades desenvolvidas**

Apresentam-se de seguida informações sobre as sessões realizadas (Quadro 2) que se podem definir por 12 momentos presenciais, em que pelo menos duas das mulheres estiveram presentes. A duração média destas sessões foi de 1 hora ainda que muitas destas perdurassem no tempo pelo facto de as participantes quando saiam do local, continuarem a partilha em conversa mais informal, criando-se uma relação empática interessante. O clima de confiança gerado desde as primeiras sessões entre estas mulheres e mesmo para com a investigadora, permitiu intervenções e discursos fluídos e com bastante conteúdo, quase sem filtros, ainda que direcionados pelas atividades realizadas.

Por outro lado, a organização entre todas as partes das datas e horas de realização foi um dos obstáculos. Com a disponibilidade, ainda que reduzida, e a vontade de participarem no projeto, foi possível cumprir os objetivos a que se propunham estas sessões. Através de agendamentos prévios e dinâmicas de conciliação, foi possível ultrapassar estas barreiras com sessões aos sábados, finais do dia e muita abertura das participantes e investigadora a tornar o pouco tempo disponível em interessantes momentos de investigação.

**Quadro 2 – Informações sobre sessões realizadas**

Sessão	Data	O que foi abordado	Presenças	Duração   Outras notas
1. <sup>a</sup>	24/02/2018	Objetivos e consentimentos	Iolanda e Leonor	1h   Esta sessão não foi audiogravada
2. <sup>a</sup>	17/03/2018	Objetivos, consentimento, imposições laborais, discriminação, rede de suporte, o papel do pai na vida dos filhos e o conceito de família	Iolanda, Leonor e Maria João	1h   Utilização de imagens de publicidades com famílias nucleares e monoparentais
3. <sup>a</sup>	07/04/2018	O papel de chefe de família, rutura conjugal, quotidiano com os filhos, conjuntura legislativa, rede de suporte.	Maria João e Iolanda	1h30
4. <sup>a</sup>	28/04/2018	Apoios sociais, económicos e rede de suporte.	Iolanda e Leonor	1h30   Atividade de planeamento centrado na pessoa: Círculo dos amigos
5. <sup>a</sup>	05/05/2018	Quotidiano, mulher ainda que mãe, rutura conjugal, violência e maus tratos e novos vínculos afetivos.	Iolanda e Leonor	1h45   Atividade de planeamento centrado na pessoa: <i>Path</i>
6. <sup>a</sup>	10/05/2018	Discriminação social e familiar, rede de suporte, apoios sociais e económicos, os novos vínculos afetivos, violência e maus tratos, escola-família, conjuntura legislativa e propostas.	Iolanda e Leonor	1h15   Dinâmica “Os seis chapéus do pensamento”
7. <sup>a</sup>	16/05/2018	Conceito de família, os novos tipos de família, questões de género, novos vínculos afetivos, escola-família.	Iolanda e Leonor	1h   cartões em branco para as mães escreverem a sua definição de família e cartaz para as mães apontarem cada uma 3 coisas positivas e 3 coisas negativas associadas ao estado da Monoparentalidade.
8. <sup>a</sup>	22/05/2018	O atual papel do pai na vida dos filhos, vida familiar e quotidiano, rede de suporte e discriminação.	Iolanda e Leonor	1h30   Utilização de papéis com frases de um artigo que são respostas à questão: “ De que precisam as famílias monoparentais?”, para análise conjunta.
9. <sup>a</sup>	5/06/2018	Balanço de todas as sessões e propostas.	Iolanda e Leonor	1h15   Investigadora foi buscar a Leonor a casa porque a mesma não podia conduzir devido a uma intervenção cirúrgica na mão mas queria estar presente na sessão.   Foram entregues às mães, como objeto de apreço e

				agradecimento, letras decorativas respeitantes à inicial do nome verdadeiro com palavras inscritas (diferentes para cada uma, que a investigadora considerou perante todas as sessões).
10. <sup>a</sup>	5/07/2018	Rede de suporte, conceito de família, mulher ainda que mãe, escola-família, novos tipos de família, novos vínculos afetivos e propostas.	Maria João	1h   sessão de caráter extra, proposta pela mãe, devido a querer dar a sua intervenção apesar da indisponibilidade para atender às sessões passadas   Atividades de planeamento centrado na pessoa: Círculo dos amigos e <i>Path</i> ; cartão em branco para a mãe escrever a sua definição de família
11. <sup>a</sup>	17/07/2018	Proposta para uma nova resposta social local: GAF.	Iolanda e Leonor	1h30
12. <sup>a</sup>	29/09/2018	Finalização e aprovação da Proposta para o GAF e assinaturas.	Iolanda, Leonor e Maria João	1h00

## Capítulo IV – Caracterização do contexto e das participantes

### 1. Caracterização do contexto da investigação

Gesin<sup>5</sup> é uma cidade da Região Norte Litoral pertencente ao distrito do Porto. É um núcleo fortemente urbanizado e em desenvolvimento, sendo considerada vanguardista na sustentabilidade ambiental bem como uma plataforma tecnológica e industrial na região Norte de Portugal, mas em que ainda persistem características bem vincadas do seu passado histórico. O facto de apresentar ainda muitas zonas rurais onde predomina a agricultura é um desses exemplos (Portal da Câmara Municipal de Gesin, 2018). Os tipos de entidades que predominam no município e cujas atividades fazem parte desta expansão na Investigação e Desenvolvimento são essencialmente a Logística, os Serviços, o Comércio Eletrónico, a Engenharia e as Tecnologias da Informação.

Com mais de 130.000 habitantes, em Gesin estimam-se 23.000 pessoas com mais de 65 anos e mais de 28.000 até aos 19 anos pelo que, em comparação com o resto do país, pode ser considerada como tendo uma população mais jovem (PORDATA, 2017). Trata-se de uma cidade em que a sazonalidade, em termos de oscilações de população, é pouco notória visto que o município, nos seus mais de 80km<sup>2</sup>, é simultaneamente residencial (no centro da cidade) e um Pólo de indústria nos arredores (Portal da Área Metropolitana do Porto, 2017). Há mais mulheres do que homens em Gesin mas a diferença não é muito significativa, dado o panorama de distribuição de género a nível do país e do mundo. Dados de 2011 apresentavam valores de mais de 70400 mulheres e de 64800 homens (PORDATA, 2011).

Gesin aduz mais de 50.000 famílias (PORDATA, 2011) pelo que, a dimensão média era de 2,7 elementos. Apesar de não existirem dados sobre a representatividade da Monoparentalidade na cidade, pode-se subentender que os novos tipos de família ganham expressão, se a mesma acompanhar as estatísticas da região Norte, dado que o número da dimensão média das famílias caiu dos 3,8 (Censos de 1981) e 3,0 (Censos de 2001).

---

<sup>5</sup> Nome fictício. Preservou-se o anonimato da Cidade, uma vez que alguns dados das participantes são sensíveis e podem ser identificáveis.

No que concerne à Rede Social da Cidade, existe pela comunidade e seus representantes nos devidos pelouros uma consciência manifesta dos diferentes problemas sociais, relacionando-se a dinamização de redes de apoio integrado às parcerias das diferentes entidades envolvidas.

As Instituições de Solidariedade Social destacam-se nos apoios sociais em Gesin. Existe uma panóplia de serviços e respostas sociais no município seja no combate à pobreza e à solidão como no fomento da inclusão social. De referir para além dos Serviços para Crianças e Jovens em que se estabelecem as creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, atividades tempos livres, acolhimento temporário, lar e lojas da juventude, que o Município contempla Serviços para Integração de Pessoas com Deficiência (Centro de Atividades Ocupacionais e Lar), Serviços de Apoio a Idosos (por exemplo Centro de Dia e Lar de Idosos), Atendimento Social, Centro Comunitário, Orientação, Formação Profissional e Emprego bem como Cantina Social nos Serviços de Apoio à Família e Comunidade e Serviços de Apoio aos Cidadãos Imigrantes e da Área da Saúde. Neste sentido, identificam-se, em número crescente, respostas sociais para a população mais idosa e também para as crianças e jovens a nível alimentar, de higiene e promoção da saúde, de educação/formação, de cultura e desporto, muito embora as famílias e os grupos/agregados tendo uma menor visibilidade não beneficiem tanto dessas estruturas (Portal da Câmara Municipal de Gesin, 2018).

## 2. Caracterização das participantes – as mulheres protagonistas

### 2.1. Conhecer a Leonor

#### *“Eu escolhi viver em segurança”*

A Leonor tem 40 anos, é natural da Alemanha e possui uma Licenciatura em Gestão Hoteleira. A Leonor provém de uma família numerosa tendo por exemplo mais de 15 tios de família direta. Os pais da Leonor estão separados, não estando o pai a viver em Portugal. A Leonor vive em Gesin, na casa da mãe (60 anos idade) e também com o filho João de 8 anos que está no 2.º ano do ensino básico. Na atualidade exerce funções administrativas numa empresa a partir das 8h00, localizada a 35 minutos de carro, o que a obriga a acordar todas as manhãs antes do filho, ficando o mesmo entregue aos cuidados da avó até à hora de entrada na escola.

A Leonor esteve casada 11 anos tendo vivido durante essa década em Lisboa. Está divorciada há 4 anos, altura em que deixou a capital, um carro, uma casa e um emprego numa empresa multinacional para trás. Durante o casamento lidou com situações muito complicadas e principalmente inconstantes pelos episódios de alcoolismo do marido e consequentemente foi vítima de violência verbal. Foi mãe aos 32 anos, tendo sido uma gravidez tranquila mas seguida de um período difícil aquando do nascimento do filho. O João permaneceu durante algum tempo em cuidados devido a problemas respiratórios graves, uma situação de saúde muito complexa e delicada, embora atualmente sem mazelas. Durante esses momentos críticos, o casamento estava também condicionado pelas constantes atitudes e intervenções do marido asseverando o facto de não se sentir pai.

De referir que o João tem apoio psicológico no Serviço de Apoio ao Cidadão, por sugestão da escola quando o mesmo tinha cerca de 5 anos, mas por decisão efetiva da Leonor por procurar um local externo aos serviços escolares, considerando ser mais interessante esse acompanhamento personalizado que permitiu uma abordagem dos assuntos em todo o seu espetro, essencialmente reflexões familiares.

A Leonor considera-se uma mulher feliz, essencialmente por ser mãe. Sente-se completa na esfera amorosa pois tem um namorado que é um apoio fulcral, embora não viva com ela. É no entanto uma pessoa que anseia o futuro e o que ele lhe poderá reservar.

## 2.2. Conhecer a lolanda

*“Coloquei uma vida no mundo e vou fazer o melhor para que ela voe e seja a melhor versão dela própria”*

A lolanda tem 45 anos, é natural de Benguela, em Angola, possui o Curso Técnico de Comercial de nível IV e vive em Gesin. Foi mãe da Maria aos 31 anos, altura em que já vivia sozinha e era completamente independente. O pai da Maria não demonstrou interesse em assumir o compromisso da paternidade nem em permanecer com a lolanda, pelo que apenas apareceu para perfilhar a criança na altura própria e por solicitação. De referir que os mesmos não estavam numa relação assumida aquando da gravidez.

O panorama familiar da lolanda pode ser descrito como complexo e atribulado, pois embora os pais possuam habilitações superiores em atividades bancárias e de educação, sempre foram contra a continuação da gravidez insistindo no seu término. A lolanda esteve inclusive com aborto agendado mas que por situação de greve dos serviços de saúde na primeira data e por uma situação de agressão que sofreu do irmão mais velho, ainda na transição para uma segunda data agendada, tendo percebido que estava tudo bem com a “bebé”, decidiu enfrentar a família e ir avante com a gravidez, sozinha.

A lolanda foi casada durante dois anos, não com o pai da filha, na altura em que Maria tinha entre 4 a 6 anos, mas foi uma fase da vida que lamenta.

Atualmente vive com a sua única filha, a Maria, de 14 anos, 9.º ano de escolaridade, em residência própria, tendo também viatura própria. Está desempregada mas a frequentar um curso de Técnica Auxiliar de Saúde do IEFP, desde que encerrou atividade no ramo da engomadoria (atividade profissional que exercia ainda no início desta investigação).

Começou a recorrer ao S.A.C. em 2013 para, com a filha, usufruir de apoio psicológico, essencialmente pelo facto de a Maria idolatrar um pai que praticamente não conhecia e viver num mundo quase que paralelo e utópico.

A lolanda descreve-se como sendo uma mulher com poucas ambições mas com muito orgulho em si, na filha e no que conseguiu alcançar, ainda que praticamente sozinha. Sente que ainda está numa fase de crescimento e que embora com o atual namorado, que não reside com ela, não se sente realizada.



### 2.3. Conhecer a Maria João

*“Gosto de mim, mas há dias que até posso já não gostar muito, mas levanto-me da cama e vou”*

A Maria João tem 48 anos, é natural de Angola e possui o 11.º ano. Está separada há 6 anos, tendo estado em união de facto com o pai dos 3 filhos durante 15 anos.

Foi mãe pela primeira vez com 28 anos do José (20 anos), de seguida foi mãe do Pedro (16 anos) e da Patrícia (13 anos). O José estuda na universidade, o Pedro frequenta um Curso Profissional e a Patrícia está no 9.º ano de escolaridade. Começou a recorrer ao S.A.C. em 2015 com os filhos.

A Maria João tem dois irmãos mais velhos e um irmão mais novo e a sua família está toda em Lisboa, onde cresceu e viveu até se casar. A Maria João vive atualmente em Gesin, numa residência alugada. Antes do momento da separação, a família vivia numa casa com piscina e muitas comodidades, mas sempre viveu em função do espectável pelo companheiro sendo que era ele o chefe de família pelas características funcionais, em termos económicos.

Neste momento, sozinha com os 3 filhos, a Maria João exerce atividade profissional prestando serviços administrativos mas sem contrato de trabalho.

A Maria João juntamente com os filhos passou por momentos complicados e refere mesmo que foi “espezinhada e humilhada” devido a problemas de álcool do ex-companheiro, tendo mesmo pedido na altura ajuda à APAV, se bem que o processo não avançou porque conseguiu separar-se entretanto.

Hoje, na prática, pela pouca presença da figura paterna na vida dos filhos, assume-se como mãe e pai embora sentisse que já durante a união de facto era chefe de família pois tomava todas as decisões que respeitavam aos filhos. Atualmente tem um namorado que refere sobretudo ser seu amigo, que vive em Lisboa, embora tenha ânsias de ter um relacionamento sério que lhe transmita tranquilidade, segurança e que a auxiliasse no caminho da conquista das suas ambições. Considera-se uma mulher independente e capaz, mas não se sente completamente realizada alegando querer ainda muito mais para ela e para os filhos.

(Anexo 1)

## Capítulo V - “ Eu não me sinto uma família diferente das outras” Análise e Discussão dos Resultados

Ao longo das diversas sessões foram abordados vários assuntos, organizando-se em torno dos tópicos que a seguir se desenvolvem. Com efeito, procura-se apresentar os sentidos atribuídos por estas mulheres aos diferentes temas e a forma como, a cada sessão, o grupo foi formulando as suas necessidades, dificuldades mas também aspirações e alegrias, que culminaram na elaboração da Proposta do Grupo de Apoio às Famílias.

### 1. Os papéis familiares

#### 1.1. Perceções do conceito família

Ao longo das diversas sessões, foi possível compreender que o conceito de família se estrutura, para as participantes, em torno de duas componentes centrais.

Por um lado, emergiu claramente a **dimensão afetiva e de apoio emocional**, como traço caracterizador essencial da família (Anexo 4). Com efeito, para a Leonor a família baseia-se no *“amor, confiança, estar presente, compreensão, união e companheirismo”*. A Iolanda partilha da opinião do conceito em termos de amor mas arroga que para ela a família é um porto de abrigo, um lar envolto em amizade e de *“pessoas que sabem quem somos”*. No entendimento da Maria João, a família também é amor e compreensão, conforme explicita: *“são pessoas que se completam e se conhecem”*. Tendo por base a importância desta dimensão, Iolanda desvincula a noção de família da existência de laços biológicos entre os membros, afirmando *“No meu caso é um bocadinho diferente, porque os meus amigos são a minha família. Família é quem está nos bons e nos maus momentos”*. Ainda atesta que *“toda a gente tem uma família, se moras com x pessoas na tua casa e são parentes, mas podem estar 4 pessoas numa coisa e se não existir união e se andar cada um para seu lado na sua vida, já deixa basicamente de o ser (...) Os próprios voluntários, às vezes são a família para algumas pessoas”*.

Por outro lado, as participantes assinalaram as **variabilidades inerentes à evolução da família**.

Desde logo, destacou-se a ideia da **redução progressiva da família** à medida que se evolui, historicamente e socialmente, corroborada por comparações com a atualidade. A Leonor assume que *“tem a ver com as gerações. Eu tenho um exemplo muito claro na minha. O meu pai era 1 de 5 irmãos e a minha mãe a mais nova de 11 irmãos (...) No caso da Iolanda identifica-se também a situação da quantidade de elementos do núcleo familiar, pelo que arroga: “O meu pai quando tinha 5 anos, a mãe (minha avó) faleceu. O meu avô chegou a casar com outra senhora, que também já tinha filhos. E assim, ficou com 4. Sempre os educou como se fossem filhos e fez mais 5 (...)”*. De acordo com Leonor, a existência de famílias numerosas, no passado, via-se facilitada pelos modos de subsistência, ligados à exploração agrícola: *“era mais fácil as famílias serem numerosas e terem-se muitos filhos. Vivia-se da terra, havia ovos, legumes e tudo de casa... e até leite. Era sopa, pão feito em casa. Lá está, não havia muito mas como a minha mãe diz, nunca passou fome, havia sempre qualquer coisa que a terra dava. A minha avó tinha coelhos e galinhas, o quintal”*.

Foi realçada, ainda, a **importância da rede de solidariedade** gerada em torno destas famílias numerosas. Iolanda, referindo-se à família recomposta do seu avô, expressou que *“Lá está, a família são todos irmãos, não existe um ser de uma mãe, outro ser de outra mãe, tratam-se de igual para igual. Aquela senhora, que considero minha avó, fez uma união muito boa”*. E Leonor avançou que *“a família da minha mãe é muito unida, não todos, claro, porque eu tenho por volta de 60 e tal primos direitos. Ainda agora o meu irmão irá fazer anos no fim do mês e vem toda a gente. Uma vez por ano no verão, temos um fim-de-semana estipulado e juntamos toda a gente, somos quase 100. Só que eu acho que também vem dos meus avós, porque eles também sempre fomentaram muito a família. Quando se estava a mesa era para conversar, ninguém se levantava, ficávamos a conviver. O meu filho anseia sempre pelo convívio da família”*.

No âmbito da variabilidade das famílias, as participantes pronunciaram-se, também, sobre os **novos tipos de família e os modos de relacionamento entre os membros**, muito diferentes hoje comparativamente com o passado.

Desde logo, foram assinaladas por Iolanda as **mudanças operadas no interior das famílias ao nível dos papéis de género**: *“é uma questão cultural e de educação e que se calhar com os*

tempos está a mudar (...) o rapaz pode sair e a rapariga não pode sair isso eram conceitos que crescemos com e que nos casamos com eles presentes (...) agora penso que está um pouco a mudar”. Por seu turno, Leonor relatou a forma como o filho a abordou sobre a existência de novos tipos de famílias: “O João noutra dia disse: Mãe sabias que há meninos que têm como família dois pais ou duas mães? E eu disse que sabia. E ele perguntou se fazia mal isso e eu disse que não, era só um tipo diferente de família. E ele disse: Tens razão mãe, não faz mal. Ele já tem noção que existe, nós falamos sobre isso”. **A abertura a novas realidades e uma visão não tradicional das vivências familiares** é corroborada por Iolanda, quando afirma que “A própria noção de família era diferente. Ao domingo tínhamos de ir a casa dos meus padrinhos, avós, primos. Mas também eram coisas um pouco impostas (...)”. A esta **imposição de comportamentos do passado parece corresponder uma muito maior valorização da individualidade de cada membro da família e dos laços de afeto gerados**, nas vivências atuais das participantes, em estreita articulação com as suas situações de monoparentalidade. Com efeito, a Leonor refere que “hoje se consegue criar uma ligação de famílias, não sei como dizer, mas em formato diferente (...) antigamente como não havia distrações, digamos assim, era diferente”, mas também assume: “A relação com o meu filho sai valorizada, é mais forte, coesa. Eu sei que tenho um amigo para a vida toda. Mas ele já me chegou a dizer: Oh mãe quando eu sair de casa e tiver a minha família, eu não quero que fiques sozinha” e também refere relativamente às questões emocionais: “... Perguntei-lhe: Oh filho tu és feliz com a mãe? A viver só com a mãe? E ele respondeu: Sou”. Inevitavelmente, as participantes projetaram as consequências das suas experiências enquanto “chefes” de famílias monoparentais nas **perspetivas e vivências (futuras) de conjugalidade dos seus filhos**. Iolanda afirma: “A minha filha já sabe que o casamento é um papel. Eles veem o que as mães passam, o esforço que fazemos. Eles saberão encarar tudo”. E Leonor, de forma concordante, reforça que a vivência em famílias não tradicionais permitirá aos seus filhos encarar com resiliência os obstáculos e dificuldades inerentes às relações conjugais: “tanto o meu João como a Maria da Iolanda, quando forem adultos vão saber ter uma visão completamente diferente sobre o que é uma relação (...) eu acho que eles não vão ter medo das relações, pelo contrário, vão ter a capacidade, de perceber que um pai sozinho com uma criança ou uma mãe sozinha com uma criança é perfeitamente possível e capaz”.

## 1.2. Vida familiar: o quotidiano

O quotidiano das famílias desta investigação-ação participativa está marcado pela quase totalidade do tempo preenchido, em que os horários escolares e as atividades extracurriculares dos filhos colidem com as ocupações laborais das mães em certa parte e impedem o gozo do ócio familiar.

No caso da Leonor, que habita na casa da mãe, regista-se um apoio ativo da mesma relativamente ao seu neto. Por esta razão, existe grande ligação afetiva entre a mãe e o filho de Leonor: *“O João tem muito medo de ficar sem a avó, de ela ficar velhinha. Eu sei que um dia quando eu perder a minha mãe (chora), o meu filho vai sofrer muito mais que eu”*. No caso da Iolanda e da Maria João esse quotidiano na habitação é partilhado apenas com os filhos. Assim sendo, as suas redes de suporte, no âmbito das famílias alargadas, não se encontram garantidas.

Em análise, surgiu evidentemente a dimensão do **desejo de passar mais tempo com os filhos**, comum às três participantes. A Leonor explica: *Eu entro às 8h da manhã, longe de casa, só vejo o meu filho ao final do dia (...) quando saio ele ainda está a dormir, a minha mãe é que o leva à escola”*.

De referir ainda que segundo a Leonor: *“O João anda na piscina, anda no karaté, é sair a correr do trabalho. Muitas vezes se sei que preciso de sair mais cedo, em vez de pegar às 8h, pego às 7h30, e para adiantar as coisas e deixar o trabalho feito para não sobrecarregar as outras e acaba por ser um bocadinho isso”*, assumindo-se a importância da **necessidade de grande organização para assegurar o apoio às diferentes atividades dos filhos**.

Apesar do apoio que possui da mãe, a Leonor diz também que há determinados agendamentos extra ao estipulado no dia-a-dia que têm de ser bem marcados devido aos constrangimentos no horário de trabalho e das atividades em que o filho está inserido. Indicou numa das sessões que: *“O João se tem uma consulta, é tentar marcar para um dia do fim-de-semana. O João tem dentista por exemplo na próxima quarta-feira as 19h30”*.

A Maria João assume também dificuldades na organização do quotidiano de modo a adaptar-se às dinâmicas dos filhos: “Agora o Pedro saiu da ginástica e está a fazer um curso profissional, ele sai de manhã e passa o dia fora de casa, a hora que ele chega é a hora que eu saio, e já só o vejo à noite. Agora isto está a fazer-me alguma.... Não consigo acompanhar como eu queria”.

Por outro lado, a Iolanda garante que o seu quotidiano está já determinado previamente e explica: “*Eu saio de manhã, ponho a Maria na escola as 8h30, vou para a lavandaria engomar, saio muitas vezes da lavandaria 19h30/20h00, quando tenho tempo venho a casa e faço o jantar, vou buscar a Maria depois das 21h20 à ginástica, entretanto venho para casa ou tenho de acabar o jantar ou podemos jantar logo, são 22h30 arrumo a cozinha, duas de conversa com a filha, entretanto ela vai dormir 23h15, às vezes estende-se 23h30/23h45, porque eles têm também muito pouco tempo para estar connosco*”.

Quanto ao dia-a-dia da Maria João e dos filhos, conforme as dimensões enumeradas e conforme a mesma relata: “*Eles fizeram sempre ginástica de competição, os dois do meio, o Pedro e a Patrícia, por isso o horário dos treinos das 19h às 21h era ótimo, porque eles estavam na ginástica e eu a trabalhar, estávamos sempre em sintonia, eu saía do trabalho e eles da ginástica*”.

Como solução e para que possam partilhar momentos de qualidade, a Maria João menciona: “*Mas ao mesmo tempo tenho o resto da minha vida estruturada neste sentido, eu consigo ter aquelas horas de trabalho de manhã, tenho à tarde outras atividades que vou fazendo ou ponho a minha vida em ordem em casa*”. Ainda refere: “*(...) faço-os tomar decisões, optar por umas coisas, quando há demasiados pedidos ou coisas combinadas*.”

A Maria João lamenta mas compreende: “*O José está na faculdade e pronto está na vida dele. O Pedro está no curso, é o que tem menos tempo livre, porque só vem ao fim do dia. A Patrícia faz a gestão do tempo muito bem, é responsável, vivemos perto da escola e ela é super autónoma. Eu peço é que o almoço e o jantar sempre que tivermos em casa ser sempre os 4 juntos.*”

Em suma, todas anseiam por mais tempo de qualidade com os filhos e apesar de considerarem que os mesmos precisam das atividades extracurriculares, decretam que as mesmas as limitam e lhes causam certos constrangimentos. A Iolanda elucida: “ (...) *faz-me falta, o tempo com a minha filha, porque o pouco que estou é à noite, para jantar e depois vamos dormir... o fim-de-semana passa num instante. Não há tempo para estar com eles, nem tempo para estar comigo própria, sem afazeres, e esta logística toda. Trabalho das 8h30 às 20h, é fazer o jantar e já está o dia passado*”. Declara ainda: “*Eu adoro os domingos de sofá com a minha filha. A gente nem tira o pijama e é muito divertido. Também vamos ao cinema e praia no verão, às vezes (...)*”.

### 1.3. Participação dos filhos

No seguimento das perspetivas sobre os papéis de género, atrás identificadas, no que se refere especificamente às atividades domésticas no âmbito familiar, estas mulheres têm a opinião de que **ser homem ou mulher não deve interferir no que pode e deve ser realizado dentro da casa**. Ou seja, e como vivem sós com os filhos, as participantes desta investigação habitualmente pedem a colaboração dos filhos nas tarefas domésticas e inclusive referem a participação dos filhos em tudo ou quase tudo.

Na dinâmica familiar da Maria João, o filho mais velho tem muitas vezes de assumir os cuidados aos irmãos mais novos. Com efeito, é habitual este tipo de apoio do seu filho: “*Oh José cuida dos teus irmãos porque eu tenho de sair, hoje em dia é mesmo o meu companheiro. (...) 20 anos as vezes não lhe apetece (...) é extremamente compreensivo e aquilo que tiver de ser ele faz, é o meu apoio nesse aspeto, também já conduz, fazer algum recado*”. No entanto, independentemente do género ou faixa etária esta mulher convida os filhos a participar na organização e limpeza de casa (“*Eu mando-os fazer a todos, fazem a cama tratam de loiça não faço distinção de género*”).

Nos momentos mais difíceis e em que a organização tem de funcionar em efetivo para que a Maria João consiga atender laboralmente aos desafios que lhe são propostos, os 3 filhos organizam-se em conformidade sendo um ponto-chave na vida desta família: “*... este fim-*

*de-semana que eu vou trabalhar, eles têm de ajudar ou uns com os outros ou sozinhos. Eu preciso que eles cumpram com a parte deles, que estudem, porque se em certa parte falharem eu tenho de mudar a minha vida, porque se eles cumprirem com as coisas deles eu consigo estar descansada e isso já é muito importante”.*

A participação do filho, no caso da Leonor, é ainda pouco perceptível dada a idade, no entanto a mesma considera: *“Eu acho que o João assume de certa forma o papel de homem da minha vida, ele diz que é o homem da casa (...) sente e manifesta-se como protetor da mãe e da avó, porque ambas estão sozinhas”.*

A Iolanda aborda o assunto de uma perspetiva de deveres, emergindo o cenário de **responsabilização dos filhos perante os aspetos financeiros**. No que respeita à filha Maria a Iolanda considera isso já um fator-chave na sua participação. A mesma relata que a filha é poupada e que sabe fazer a gestão do seu dinheiro e que a educa para tal: *“... houve uma situação que ela pediu para ir com uma amiga a um sítio ver uma competição, era 3 euros a entrada, eu passei-lhe duas notas de 5 euros para a mão e disse: está aqui e o resto se quiseres comer algo, podes. Não a deixo ir com o sentimento que não pode gastar, mas vai poder tomar algo. Ter a responsabilidade (...) é ótimo nós mães verem isto, a responsabilidade, a preocupação também”.*

Relata que efetivamente a responsabilidade que denota na filha é dos aspetos que mais valoriza embora a Maria tenha pouco tempo para que possa auxiliar em casa: *“... a Maria já está na ginástica desde os 2 anos e meio naquelas camas elásticas e mais na brincadeira. E sempre que passávamos no complexo ela dizia: Mamã quero ir para a ginástica. Eu acho que para a Maria, não tendo o pai presente e essas confusões todas, também é um suporte que ela tem ali para exprimir”.*

A Maria João, na mesma dimensão, menciona que a filha mais nova tem uma perceção de poupança e da dinâmica familiar muito interessante: *“a Patrícia vai comigo as compras e vai sempre ao mais barato”.*

A Iolanda ainda partilha, no âmbito da participação dos filhos: *“(...) soube sempre da história dela, incluindo desde a gravidez, essa parte de nunca ter escondido nada à minha filha, ela hoje pode nem sequer pensar nisso mas um dia de certeza ao longo da vida dela vai haver*



*situações em que ela de certeza que irá pensar... fogo olha isto aqui, a minha mãe já me tinha dito ou posto ocorrente, porque nada me foi escondido”.*

Apesar das disparidades entre homens e mulheres, no que toca ao desempenho de tarefas domésticas, ocupar ainda um lugar de destaque nas famílias, estas mulheres acreditam que hoje e futuramente as práticas estão a mudar e justificam com casos que conhecem relativamente ao homem ter uma presença muito mais ativa nas tarefas domésticas, como líder das mesmas (em alguns casos) e não só como ajudante.

## 2. A evolução do papel da mulher na família

### 2.1. A mulher como chefe de família

O papel da mulher, durante longo tempo associado ao cuidado aos filhos e tarefas do lar, remetia as mulheres para uma posição de desigualdade dentro da família, relativamente aos homens, a quem cabia o sustento familiar. No caso destas famílias, as funções instrumentais e as funções expressivas concentram-se numa só pessoa, a mulher/mãe/trabalhadora.

As participantes foram unânimes em realçar a **multiplicidade de papéis** que foram forçadas a assumir na sequência das suas separações. Com efeito, a Iolanda menciona: *“Eu costumo dizer que sou gerente educadora mãe médica às vezes administradora”*. E Maria João reforça o seu papel, no âmbito das tarefas domésticas: *“A mãe é tudo o quanto é para fazer em casa. É tudo o quanto é trabalho. É empregada doméstica (...) principalmente com os meus dois filhos rapazes (...) Sinto-me mais desamparada a impor algumas regras”*. Com as frases anteriores, fica também demonstrada a dificuldade de quebrar com a tradicional divisão entre papéis masculinos e femininos, mesmo numa família monoparental, como a de Maria João.

O aspeto a que foi dado mais relevo pelas participantes relativamente ao facto de serem chefes de família, contudo, foi a **responsabilidade de educarem os seus filhos e terem de tomar decisões sozinhas**. Neste âmbito, Maria João assinala que a sua situação atual é apenas uma continuidade do que já acontecia antes da separação: *“Antes da separação eu já me sentia chefe de família. Pelo menos a mim e aos meus filhos, tudo o que fosse para decidir, tinha de falar com ele mas a decisão era praticamente sempre minha (...) na prática*

*com os miúdos tudo o que era a sua educação sair, escolas... era eu chefe de família porque se dizia: olha é esta escola que vamos pôr os nossos filhos? Ele dizia: escolhe tu, tu é que sabes (...) Na prática eu já era, mas no fundo não me foi atribuída essa categoria e agora sou mesmo (...)*”. Leonor realça a importância desse papel de educadora afirmando que *“Todos os dramas deles, são para nós. E é importante também dizer não, eles têm de aprender que independente de terem o pai e a mãe juntos ou não”*.

A Leonor e a Iolanda apresentam ainda que tomar decisões por sua conta e risco é uma vantagem da Monoparentalidade. A Leonor relata *“(...) tomar as decisões e responsabilidade que isso acarreta isso é indiferente de seres monoparental ou não”*.

Ainda no seguimento e apresentando outra perspectiva Maria João lamenta: *“Mas o pior é estar sozinha e ter de tomar decisões e tomar com todos os riscos. Mas também faz parte da vida. Eu já nem sei, porque se estiveres com o outro também discutes por pontos de vista e se ele concorda ou não, divides a responsabilidade ok mas também não é por aí”*.

Nem sempre a assunção dessa responsabilidade é isenta de conflitos ou da necessidade de negociação. Com efeito, se, no quotidiano, estas mulheres educam os seus filhos de acordo com aqueles que são os seus valores e prioridades, elas não deixam de aludir às visões potencialmente diferentes que os ex-companheiros possam ter. Iolanda atenta, a este propósito: *“(...) poderes educar consoante os teus ideais e consoante achas correto, às vezes com a outra parte, pode ser conflituosa essa educação”*. Maria João vai mais longe, revelando o conflito interior que sente entre aquele que vê como o papel efetivo que desempenha e aquele que sente ou considera que *deveria ser* o seu papel: *“Eu na prática sou mãe e pai. Mas não é assim que me sinto, sinto-me mãe, mas sei que há situações que supostamente seriam o pai”*. Contudo, não deixa de assumir que a atribuição diferenciada, à mãe ou ao pai, de determinados assuntos ou dimensões da educação dos filhos acaba por ser uma questão cultural: *“A história de falar com os rapazes sobre as relações sexuais, que seria mais pai, mas também no fundo fui sempre eu que o fiz, o mais velho na altura em que achei haver necessidade fui sempre eu que estive presente, por isso é assim eu acho que é o meu papel de mãe, culturalmente seriam coisas atribuídas ao pai (...) Tinha no entanto sempre de passar pelo aval dele.”*

Finalmente, as participantes enaltecem as suas capacidades de liderança, de controlo e sobretudo o sentimento de orgulho, como refere a Iolanda: “ depois de determinados anos, e eu sempre criando a minha filha sozinha, apesar de todas as dificuldades, a gente consegue ser feliz, é missão cumprida”.

## 2.2. A mulher, ainda que mãe

As participantes acreditam em unanimidade que, apesar de serem mães, não o devem assumir como um encargo esquecendo-se da sua individualidade. Conforme refere a Leonor: “*não tens de deixar de ser tu própria*” e mais acrescenta sobre o facto “*devemos obrigar-nos a estar bem connosco*”, **asseverando a importância de manter a individualidade enquanto mulheres.**

A Iolanda assume que há momentos que são só dela, mencionando: “*A Maria sabe que ao sábado, é a única coisa que eu faço assim para mim, é vir aqui a estas sessões*”. E desabafa, durante a atividade *Path* realizada no que percebe como sonhos e objetivos a alcançar a curto e a longo prazo: “*Eu acho que não tenho assim muitas ambições, se calhar são mais ambições psicológicas próprias*”. Ainda justifica, como processo evolutivo e de construção, perante o planeamento centrado em si, que o *Path* potencia: “*Eu sinto que ainda estou também a crescer, ainda*” (Anexo 5).

No entendimento da Maria João e também no âmbito do *Path*, atendendo à avaliação do estado atual em que se encontra: “*O trabalho é muito importante, toda a realização pessoal. É assim, a realização pessoal pode passar pelo ser mãe também mas não chega (...) cheguei a uma altura da minha vida que fiquei completamente de mãos atadas e estava completamente o oposto daquilo que eu sempre disse e que eu sempre quis (...) agora arranjei o meio-termo, eu não me estou completamente realizada como mãe porque ainda quero muito para os meus filhos nem estou completamente realizada como mulher. Eu nesta altura estou a caminho das duas coisas*”. Mais identifica, relativamente ao seu bem-estar e objetivos a curto-prazo: “*Faço ginásio, preciso daquilo (...) faz-me muito bem física mas principalmente psicologicamente*” no entanto acrescenta: “*(...) depende de mim. E sinto que*

*os anos estão sempre a avançar, já não tenho assim tanto tempo com força e vontade, mas ainda tenho, mas pronto*". (Anexo 6)

A Leonor, por sua vez, assume como pretensões e objetivos, durante a realização do seu *Path*: *"A felicidade do meu filho está acima de qualquer coisa, a da minha mãe também... eu tenho de aprender e tenho de lá chegar, de pôr-me a mim em primeiro. Só que as vezes penso que fazer isso é um ato de egoísmo tão grande"*, apesar de não concordar com a representação dessa acessão. (Anexo 7).

Analisando, durante a realização da atividade, identifica-se um otimismo evidente pelos relatos da Iolanda bem como uma ansiedade de ser mais e melhor para atender aos vários aspetos para a plenitude pela Maria João.

Já a Leonor, embora não se identifique com o facto de que para sonhar tem de haver limites, incitou a metas muito razoáveis e restringiu pensamentos mais utópicos, justificando-se pelo facto de estar sob uma preocupação constante com várias circunstâncias da sua vida.

De salientar que a Iolanda encerra umas das suas intervenções, lamentando: *"Falta aquilo que eu digo, a voz! Nós não temos voz"*.

Estas mulheres, ainda que mães, sentem que as suas prioridades são sempre os outros e principalmente os seus filhos. As necessidades, as perspetivas e os sonhos são relegados para segundo plano pelo que não se permitiram, na atividade em causa, colocar os interesses e os desejos pessoais em foco. Apesar da multiplicidade de papéis que detêm, o papel de mãe preenche a maior parte do seu espaço sobrando pouco para o ser mulher.

### **3. Os novos tipos de família**

#### **3.1. Família Monoparental (origem, causas e fatores)**

As **formas de entrada na Monoparentalidade** por estas mulheres são distintas. No caso da Leonor foi pelo divórcio, conforme a mesma descreve: *"Eu sou família monoparental pelo motivo talvez mais tradicional que é o divórcio."* A mesma faz parte das "estatísticas" que referem a faixa etária dos 35 aos 54 anos com maior evidência desta causa de Monoparentalidade. A Leonor exprime: *"Quem está de fora diz: Isto de ser família*

*monoparental é um bicho-de-sete-cabeças, mas gente... não é! Se uma mulher fica viúva nova e uma criança pequena não é a mesmíssima coisa como eu me tomar a decisão de me ter divorciado? Ou a Iolanda ter decidido ser mãe independente? Porque é que para nós olham como se fossemos umas coitadas? Somos menos capazes porquê? Seremos monoparentais no nosso caso ninguém nos impôs. Não foi um acaso da vida, foi uma decisão nossa.”*

A Iolanda refere que, apesar de concordar com a Leonor, que o caso dela não foi uma escolha mas aconteceu e que se tivesse de escolher seria desta forma, dadas as circunstâncias. Corroborando a questão do divórcio ser uma fase com stress associado e aliando-se ao facto as outras causas da Monoparentalidade, a Iolanda assume: “(...) (quando soube que estava grávida) sei que chorei, chorei, chorei, eu acho que foi a felicidade misturada com aquele pensamento do que vou fazer à minha vida? ; Essa capacidade que temos, apesar de termos sido feridas de não o passarmos para as nossas crianças. Hoje fico grata pelo coração daquela menina, de ouro. “

A Leonor aceita que há transformações e desafios no contexto familiar após a reconfiguração mas declara: “ (...) eu não me sinto uma família diferente das outras. Tenho uma família muito mais honesta e verdadeira do que 90% das que aí andam” e “Não houve grande adaptação porque no nosso caso foi uma decisão que nós tomamos.”

A Maria João sobre este facto e dado ter passado por uma separação considera: “Se falarmos nos novos tipos de famílias (...) hoje é exactamente ao contrário do “mulher sexo fraco”. A verdade é essa. Mas cada uma, dentro do seu meio, leva sempre com tudo e às vezes continua a ser sobrecarregada”.

Na questão das **diferenças perante outros tipos de família** a opinião é igual, pelo que a Maria João dá o seu parecer: “A maior parte das famílias, as mães e os pais, vêm os filhos ao fim do dia, passaram o dia todo na escola, fez os trabalhos de casa, estão só ali um bocadinho e já está. Mas não sou ninguém para dizer se isto é bom ou mau. Mas o que é que acontece...e agora estou a pensar...estas famílias fazem parte daquele bocadinho de qualidade de vida que eu gostava de ter. Que é chegar à hora do jantar, ter o jantar pronto e ficar a ver televisão um pouco. Eu ambiciono um bocadinho aquilo que eu não tenho, mas que apesar de tudo a

*maior parte das famílias hoje em dia têm. É o estar cada um na sua vida e o pouco tempo que têm em comum usufruir um pouco dele. E vão de férias. Mas se calhar no dia-a-dia nem se cruzam muito ou não interagem da mesma maneira que eu interagi sempre com os meus filhos.”*

A Iolanda revela ainda a sua opinião, sempre que a filha questione sobre a Monoparentalidade: *“Não convém justificar, mas informar. Nós não temos de justificar nada”*, emergindo nesta acessão a **naturalidade que deve ser atribuída aos novos tipos de família.**

### **3.2. Rutura conjugal e o atual papel do pai na vida dos filhos**

Para a Leonor e para a Maria João a **rutura conjugal foi o momento que marcou o início da sua Monoparentalidade.** Ambas sentem que foi um passado recente que trouxe alterações de grande impacto para as suas vidas e dos respetivos dependentes. Uma escolha e decisão ponderada nos dois casos, por situações semelhantes de alcoolismo dos companheiros, que tornava o dia-a-dia incomportável e as fez abdicar de realidades muito significativas.

A Leonor relata: *“O João nasceu antes do tempo com a pneumonia e senti que depois daqueles meses em que estava tudo bem, que levei “um pontapé na cara” e mudei do dia para a noite (...) A minha vida era em função de quando eles abriam a portinhola da incubadora e me autorizavam a pôr a mão lá dentro. Aliás nos primeiros dias, houve uma vez que nem me deixaram entrar nos cuidados intensivos, chamara-me a uma salinha à parte a explicar que ele tinha tido uma paragem cardiorrespiratória, para me prepararem que ele estava entubado, que íamos perceber que ele estava com ar de choro mas não ouviríamos o choro porque o tubo está pelo meio das cordas vocais e por tal elas não vibram. Disseram-me para preparar para o pior. Dependia dele lutar (...) Por isso é que eu digo que a decisão de divorciar ao lado disto foi peanuts. Porque o que é difícil nesta vida não é nós ficarmos sozinhos a cuidar de um filho, é tu carregares um filho e depois não vales nada como mãe porque naquela situação não podes fazer nada por ele. Aliás eu tenho fotografias grávida e depois desta situação em que me diziam que parecia que eu tinha envelhecido 20 anos”.*

A mesma também refere: “Deixei um carro, deixei uma empresa, deixei uma vida inteira” mas assume que *“Não faz sentido é ficarmos com alguém porque é o pai do teu filho.”*

A mulher descreve também que da parte das pessoas era muito questionada sobre se tinha sido uma boa decisão, pelo que a pressão social e o choque de ideais emergiu nesta fase (*“Chegaram-me a perguntar: Ai, mas separaste-te porque? e eu respondia com alguns motivos e as pessoas: Oh a sério? Não havia volta a dar? Ai e o teu filho? - Mas agora o meu filho esta em segurança!”*).

Afirma ainda, mostrando o contraste com a sua vida atual: *“ (...) enquanto eu vivi com o meu companheiro e fui casada, nós vivíamos muito bem, tínhamos os dois um bom ordenado (...) não me arrependo de ter casado com quem casei porque isso deu-me o meu filho, se tivesse sido casada com outra pessoa até podia também ter um filho mas já não era o João. Eu nunca ninguém me vai ouvir dizer que estou arrependida de alguma coisa que fiz, apenas tenho pena que aquela pessoa seja o pai do meu filho, mas não me arrependo porque tenho a melhor coisa da minha vida, o meu filho e não queria outro”*.

De salientar quando a mesma revela: “O meu filho conhece-me muito bem. Ele disse-me uma vez, com 4 anos, Oh mãe tu agora nunca choras... E é isso precisamente, eu na altura a decisões eu tinha de tomar porque eu não queria que ele passasse por certas coisas na idade de se lembrar no futuro. E é isto que um dia lhe vou tentar explicar, sem entrar em grandes pormenores como já disse há certas coisas que não direi (...) eu prefiro que ele tenha dúvidas, a saber a verdade”.

A Maria João, tendo toda a família em Lisboa, passou pela fase de separação, ainda que por um fator diferente, de modo também controverso. A mesma explica: *“Eu vivi em união de facto durante 15 anos, os 3 filhos são desse meu companheiro, e separamo-nos agora há 6 anos.”* Adianta: *(...) tenho a minha família toda em Lisboa não é... foi mais outra escolha que na altura eu pensei. O que é que eu faço? Ou pego nos meus filhos e vou-me embora ou fico aqui? Mas mais uma vez pesaram os miúdos.”* A mulher destaca que: *“(...) era muito mais humilhada quando estava com ele porque o meu filho tinha uma festa de anos, eu tinha de lhe pedir dinheiro para comprar não sei o quê, os meus filhos tinham de comprar algo eu tinha de lhe pedir. E isso era humilhação, porque eram coisas que não eram só dele eram comuns, eram para os nossos filhos, por isso hoje é simples, não tenho, não faço (...) É que*

*eu agora já tenho sim os meus 3 filhos ao invés dos 4 (com o meu ex-marido, e aquele ainda era o mais complicado de todos).”*

O processo é exposto pela Maria João como: *“A questão aqui foi sair de casa, e estivemos muito tempo ali a marinar e quando ele aceitou foi numa semana essa transição, eu agarrei em sacos do lixo coloquei as nossas coisas e saí. Porque tinha medo que ele mudasse de ideias e assim já estava decidido. E eu disse aos meus filhos que tinha de ser agora. Ele aceitou o que eu pedi, eu disse que tinha de ter uma casa para os miúdos perto da escola, o carro para garantir a mobilidade e a mobília do quarto dos miúdos... consegui tudo, mas as minhas coisas e mobílias não vieram...eu na altura dormia no chão mas não me interessava porque a decisão tinha de ser tomada naquele momento.”*

Relativamente ao **papel do pai na vida dos filhos**, nas situações de Monoparentalidade em causa está em comum o **fator ausência** ainda que em níveis muito distintos.

É importante frisar no entanto, que apesar de para a maioria destas mães os pais dos filhos estarem com pouca presença na vida destes, existe mágoa pelas situações não serem diferentes. Estas mulheres encontram marcas desta ausência na vida dos filhos e nos seus discursos, muitas vezes não percebida por eles, pelo que anseiam pela alteração de comportamentos.

Por exemplo, as visitas do pai terem carácter irregular, acontece com os filhos da Maria João, sendo que: *“ (...) o pai não ia a reuniões de pais nem nada disso, mas para os miúdos quando crescem, no dia do pai por exemplo, não há essa presença do pai, mas quando estavam com ele, ele também não aparecia por isso era semelhante estarmos juntos ou separados em termos de presença parental ”.*

A mesma ainda integra como sua a responsabilidade de determinados acontecimentos, que são exclusivos do ex-companheiro: *“Nunca foi ao médico com eles (...) Eu assumo a minha culpa. Porque eu simplesmente assumi que se ele não quer ir ao médico com o filho, eu vou, se ele não puder fazer isto, eu faço, eu arranjo. Eu acho que hoje em dia as mulheres já não se submetem a isso dessa forma.”*



A sua visão perante o papel atribuído ao pai na educação dos filhos reforça essa ausência: *“Na educação eu acho que esse papel é aplicado ao pai, mas na prática somos nós mães que educamos. (...) Quando eram pequenos, ainda tinham o pai em casa presente, era diferente. Agora eu acho que me faltava ali uma voz masculina ao meu lado, só para...(...) faltava-me aqui um reforço quando as coisas são mais (...) Faltava aqui então o reforço para levar as coisas avante, do género “vai falar com o teu pai” nem que fosse para ele dizer o mesmo, mas reforçava. Ouviam outra voz. Senão sou sempre eu.”*

Na situação atual, a Maria João relata: *“Os fins-de-semana com o pai entretanto acabaram, porque ele disse que até junho não podia. E ele mora praticamente a 10 minutos de nossa casa. Mas pronto, não me importo que os meninos fiquem sempre comigo, mas o pai arranja desculpas ou porque tem a mãe doente, ou porque diz que não se sente bem, mas no fundo ele também não tem de cuidar da mãe (avó dos meus filhos) mas como era a senhora que garantia o almoço e toda a logística quando os miúdos iam para lá, ele diz que para já os miúdos não podem ir (...) Houve uma altura em que nós vivíamos muito bem, ainda quando estava com o meu companheiro, e o meu filho mais velho diz que ele no fundo estragou a nossa vida toda. (...) fiz um investimento a cuidar dos miúdos, cuidar da casa e eu não era assim, eu era independente, com responsabilidade, e confiei no dito “chefe de família”, e a minha vida começou a ir por aí abaixo.”*

Mesmo assim e apesar de dizer que *“(...) ele achava que era primeiro ele e só depois os filhos (...) Mas eu acho que já há pais mais cuidadosos”* considera: *“O papel do pai faz muita falta eu acho. E eu sinto isso como família monoparental mais não fosse a figura a figura do pai isto pode ter tudo a ver com educação mas nós também fomos educadas assim a figura da força. Mesmo os miúdos eu vejo que eles sabem que é mais fácil dar a volta à mãe. Não é nada mas aquela questão do ah é a minha mãe (...) Mas eu tentei sempre que eles vissem o pai como ele é com todos os seus defeitos e qualidades. Mas que neste momento não é uma referência que o devia ser mas que não é.”*

Em contrapartida, a situação do João com o pai, pela visão da Leonor corresponde a uma presença assumida do pai em alguns momentos: *“Eu achei inicialmente que ele não quisesse estar com o miúdo, porque ele quando estávamos juntos não ligava nada ao miúdo, de*

*manhã saía e chegava à noite já bebido. Mas agora bate no peito que é um pai muito bom. Estou separada há 4 anos. E agora sendo o dia do pai no fim-de-semana a seguir eles vão estar juntos. Está tudo conforme e desde que o João queira ir, tudo bem. O João o que muitas vezes antes sentia era as atividades gerais na escola porque era sempre a mãe e a avó que apareciam, também aparece agora o meu companheiro, embora não vivamos juntos”.*

Para a Leonor: “... o ser mãe é acima de tudo tu decidires que para a tua vida, queres aquela responsabilidade, teres aquela pessoa que mais amas na tua vida. Foi o teu corpo que o gerou, os pais penso que sentem isso doutra forma. Eu na altura fiquei muito magoada, quando o meu ex-marido disse que só se sentiu pai quando a criança nasceu. Mas depois comecei a perceber que muitos podem sentir isso, porque a criança esta a crescer dentro de nós, nós sentimos os pontapés, o peso, os enjoos, nós é que não dormimos praticamente depois dos 8 meses. Eu durante muito tempo quando ele nasceu senti saudades de estar grávida (...) Quando eles vêm cá para fora, temos de os partilhar, e isso considero um exercício muito grande”.

Os prós e contras da Monoparentalidade assumem desde logo importância nas perspetivas das participantes, enquanto relatam episódios relacionados ao pai dos seus filhos. (Anexo 8)

Neste sentido, a Leonor partilha da opinião da Maria João quanto à **diferenciação dos papéis de género na parentalidade, assumindo a falta da figura do pai na dinâmica familiar**. Concorda, portanto, que “cabe mais ao pai impor respeito”, referindo: “*(quando os filhos fazem alguma asneira) é uma situação que eu acho que um pai em casa faz a diferença. Acaba por ser diferente, acaba por ser uma figura de mais respeito e regras*” revelando ainda: “*(...) acabamos sempre por pensar, seja em que situação for de Monoparentalidade: O que é que eu vou fazer sozinha com uma criança? A parte monetária é logo um primeiro ponto de grande relevo. Aliás foi por isso mesmo que eu não me separei antes. Não tenho vergonha de o admitir*”.

Para além deste fator, **as dificuldades económicas** são também realçadas. A Leonor assume que financeiramente foi uma decisão difícil e que o papel do pai na vida do filho tinha um peso de subsistência grande, no fundo descreve, avaliando o panorama após o divórcio: “*Eu tinha um filho de 4 anos, tive de me vir embora de Lisboa para fugir a uma situação de*

*violência doméstica e não tive apoios. Estava sem trabalho. Não tinha subsídio de desemprego nem nada. Apenas vivia com a minha mãe e isso cortava logo tudo".* Mais destaca: *"Eu depois que me separei, não tomei só a decisão de me separar do meu marido, decidi separar-me de toda a gente que me fazia ou poderia fazer menos bem. Eu comecei a perceber quem realmente estava lá".*

Na situação da Iolanda, que nunca teve presente o pai da filha, o papel do pai na vida da mesma é nulo. A mulher refere: *"(...) sempre dei conhecimento ao pai quando fiquei grávida mas ele nunca mostrou interesse. Mas eu coloquei isso de parte. Dão aqueles 5 dias que temos de registar e fiz como que um ultimato a dizer que tínhamos de registar e perguntei. Ele estava, mas fui eu que escolhi o nome. Só viu a bebé 4 meses após ter nascido, com 1 ano e meio soube que os avós paternos não tinham conhecimento e quando a miúda cresceu e começou a ir para o infantário e perguntou pelo pai, eu sempre dizia que o pai morava longe, nunca falei mal dele, sempre o contrário".*

Ao contrário da Leonor, a Iolanda menciona: *"Tem tudo um tempo e eu sou muito assim, eu tudo que tiver de contar à minha filha do passado, bom ou mesmo o mau porque é exemplo. Às vezes as pessoas falam dos outros e não de exemplos da própria vida (...) foi com cerca dos 10 anos (...) comecei-lhe a contar a vida toda" e "... só agradeço ao pai da Maria, a bênção que ele me deu, ela. E ainda bem que foi assim".*

A Iolanda revela através do seu testemunho: *"A Maria quando nasceu, com 38 semanas, e estava tudo marcado. Mande uma mensagem ao pai, com aquelas informações do peso, altura, mas da parte dele não tive nada. Apoios continuava a não os ter".* Em Iamúria revela também: *"(...) no dia do pai, a Maria por exemplo fazia sempre as atividades e presentes para o avô porque eu depois, pela razão de eu nunca falar mal do pai, ela sempre começou a crescer na ilusão do pai, idolatrava um pai que não conhecia (...) Então explicava de outras formas: Sabes o Algarve? É longe não é? Mas nós vamos lá todos os anos ver uma familiar nossa certo? E ela respondia, Sim mãe. Então Maria, não é o facto de as pessoas estarem longe que não vão ter com as outras quando gostam. Então ela começou a perceber. Embora ela fizesse as prendas para o avô ela disse e dizia que aquela semana do dia do pai era a semana mais triste".*

Neste contexto é também exposto pela voz da Leonor: *“E acho que nenhuma de nós tem o objetivo de minar a criança em relação ao progenitor, só lhes faria mal. Isso são guerras nossas, não são guerras deles. Um dia eles vão crescer e vão ter cabeça e inteligência suficiente para perceber as coisas. Eu por acaso já decidi que não irei contar algumas coisas ao meu filho, porque não interessam, não vão contribuir em nada para a vida dele. Mas há pessoas que utilizam os filhos como armas de arremesso.”*

### 3.3. Conjuntura legislativa

Em termos legislativos a Monoparentalidade aparece apenas em diplomas da majoração de abono de família e nas questões da pensão de alimentos devida pelo progenitor.

No caso da Iolanda, o **incumprimento das obrigações** do pai da Maria é já uma situação que se arrasta nos anos. *“Vais a um tribunal de menores, questionar sobre a situação de incumprimento pensão alimentos ou dizem-te que isso é com o teu advogado ou então é só tem que aguardar. Então tu na primeira vez és passiva, a segunda vez também, a terceira vez abres a boca ali no meio do tribunal e quando comesas a falar alto já te ouvem. Nós não precisávamos de chegar a este ponto. Eu tenho de chegar a revoltar-me. São injustiças. Nós queremos fazer algo e não depende de nós às vezes”*. Além deste panorama de insatisfação, tempo despendido nos serviços e tentativas, a Iolanda relata: *“o pai já não pagavam há vários anos e não compreendia estas demoras e ando em tribunais com incumprimentos há bastante tempo e elas próprias diziam que o meu processo se calhar estava sempre a ser deixado para o fim... Ou seja e quando eu entrei nisto com o advogado as coisas começaram a mexer, o que me fez ver que realmente enquanto eu estava a lutar sozinha não acontecia nada ou muito pouco”*.

A Maria João sofre com uma situação semelhante mas não expõe a totalidade do incumprimento do pai dos seus filhos menciona: *“ (...) depois do tribunal dar ordens, são meses e meses há espera... Uma pessoa já não tem como sobreviver já sabe que vai ter aquele dinheiro mas anda ali a vaguear até ele vir mesmo”*. A Iolanda no entanto, assevera, incluindo dados concretos: *“ (...) há situações, inclusive eu tenho dinheiro de 2013 a 2016 do pai da Maria que não recebi, que são cerca de 7mil euros que o advogado não consegue*

*fazer nada por tal situação, porque ele diz que não tem trabalho nem rendimentos, mas a minha filha para comer eu tenho de trabalhar e arranjar todas as formas". Apesar dessa situação a Iolanda não se resigna e durante estes anos tem sido persistente e tem tentado em prol dos direitos da filha, mas lamenta: "Eu sei ir aos livros, ler os artigos e ver não sei quê para expor, mas falta-me o tempo e a paciência que também já são anos a andar atrás disto. Mas realmente era uma pergunta à Sra. Juíza, se ela vive com 100 euros para alimentar a filha de 14 anos. Mais 125 euros pronto, 225 euros, gostaria mesmo de perguntar".*

Nos casos destas duas participantes, percebe-se que ao incumprimento das obrigações por parte dos pais dos seus filhos, acresce a **perceção de desproteção perante a justiça**, por esta ser lenta, exigir a intervenção de advogados, e proporcionar um apoio financeiro muito limitado.

No caso da Leonor, o progenitor em causa vai cumprindo com as suas obrigações em termos financeiros, mas mesmo assim opina: *"Acho que não devia ser permitido esta estipulação tão abstrata. Na hora aquando do divórcio e existindo crianças menores, devia ser logo definido, ganhas x, pagas x, há isto isto e isto para cumprir. E não, andamos meses e meses em processo, tribunal e mais isto e aquilo a tratar destes assuntos"* e ainda refere: *"Eu acho que os nossos tribunais falham tanto. Estamos a falar de comida. Eles permitem que progenitores tirem basicamente comida da boca de uma criança. Como é que é possível?"*.

Iolanda acrescenta, ainda, o **facto de nos tribunais se desconsiderar a opinião das crianças**, ao afirmar: *"A Maria por acaso, no tribunal, ela diz que quer ser ouvida em tribunal. Eu já disse ao advogado e ele disse que não era o ambiente melhor... Mas eu acho que é um direito dela, ela a partir dos 12 já podia ir... Ela quer ser ouvida, e até pode dizer baboseiras, mas é um direito. Os direitos das crianças não estão a ser ouvidos, eu acho isso"*. No entanto ainda relata a sua preocupação: *"... algo que eu queria deixar em tribunal, eu sei que o sistema é: a mãe, se faleceu, pega na filha e leva ao pai, o sistema sabe que o pai não paga mas não sabe se o pai a visita, se eles alguma vez tiveram alguma conversa e intimidade. É lógico que eu estou aqui e estou bem mas eu quero deixar isto definido e estou a tratar do assunto, pelo menos entregar a Maria nessa situação aos avós maternos que são aquelas pessoas que ela lida melhor e minimamente, desde bebé"*.

Estabelece-se pelas dimensões identificadas que uma maior facilidade dos processos legislativos e a chamada à responsabilidade parental são prioridades, ainda que a intervenção dos menores no processo seja importante para a Iolanda, ao contrário do que a Leonor e a Maria João consideram, pelo que não se pronunciam diretamente sobre o facto.

### 3.3.1. Regulação do Poder Paternal

As questões de residência com os filhos podem variar, mas nestes três casos de Monoparentalidade a **guarda é de residência única com a mãe**. Apesar do regime de pelo menos alguns dias por mês com o outro progenitor, apenas no caso da Leonor, o filho passa os fins-de-semana com o pai de 15 em 15 dias (*“O João (...) continua sempre a ter o pai presente e a ir para Lisboa estar com o pai. Essa parte é mais natural (...) Tem os fins-de-semana com o pai de 15 em 15 dias. As férias de Verão com o pai. E ele tem cumprido.”*)

Apesar desta definição de fixação dos filhos, o percurso destas participantes apresenta as maiores diferenças no que respeita precisamente ao **apoio parental por parte do outro progenitor**.

No caso da Iolanda conforme a mesma indica: *“O pai sabia que existia uma criança, a Maria nasceu, o pai continua a saber que realmente tinha nascido a filha mas ele não queria saber (...) não é questão de registar a criança, ele foi obrigado e depois o facto de eu própria não ter incutido logo na primeira regulação do poder paternal tudo conforme eu queria e era necessário para a Maria, eu na altura como achava que a outra parte da não estava interessada... (...) deixei as coisas andar (...) logo no primeiro impacto da regulação do poder paternal (...) foi um erro. Agora eu vejo, se eu tivesse ido bater mais à porta dessa pessoa, ter exigido os direitos da minha filha, exigido a visita, exigido tudo o que uma filha deve ter de um pai (...) Porque além dela ter direito de ser ajudada na questão da alimentação da educação do vestuário, tenho direito a ter a presença do pai”.*

Também a fraca rede de suporte que detinha na altura do nascimento da Maria, foi outra das questões que abalou os procedimentos legais pois como a mesma refere: *“ (...) na*

*regulação de poder paternal e na luta pela pensão de alimentos (...) a minha família era contra e achava que eu não devia solicitar.”*

No seguimento a Iolanda assume: “ (...) ele não era um pai presente, comecei a exigir a pensão e que se ele não ajudava a educar, tinha de começar pelo menos a ajudar desta forma monetária. E foi aí que eu decidi colocar o primeiro incumprimento, passado 4 anos da Maria nascer. E pedi uma advogada à Segurança Social e eles pediram-me na altura 45 euros mensais... eu questionei até quando? Disseram-me que seria até finalizar o processo. Bem, nós estamos em 2018 e nada avançou, ou seja se eu tivesse pago ainda iria estar a pagar estes 45 euros por mês por este andar. E eu só pensava e dizia às senhoras da Segurança Social nós é que precisamos, o pai é que está em incumprimento, e eu é que pago? Enfim, temos mesmo de clarificar que tudo o que eu pedi não eram pedidos, eu estava a exercer um direito da minha filha, direito da criança. É um direito nosso como mães. Porque antigamente existiam pais incógnitos, hoje existe formação, existe tudo, evoluímos...”.

O processo de regulação do poder paternal previsto impõe decisões como a pensão de alimentos, a fixação do menor bem como outros regimes associados de visitas, pelo que nos casos de guarda única, apesar de condicionantes envolvidas entre os progenitores, serem os interesses do menor a estar em relevo. Conforme reitera a Iolanda: “O incumprimento da pensão de alimentos, é um processo-crime e dá cadeia, devia ser aplicado. No fundo só está escrito e não é aplicado e faz com que eles se estejam a rir e estejam sempre em incumprimento e nós andamos aqui a fazer tudo e mais alguma coisa”.

Já no caso da Maria João a dinâmica relativa às visitas aos filhos não está bem determinada e não há a presença do pai atualmente, estando os filhos muito poucas vezes com o progenitor. A Maria João atesta: “ sempre fiz a minha vida em função dos meus filhos, se eles precisam eu estou, eu vou, eu levanto-me e eu faço. E sempre achei que era vistos pelo pai ao contrário, se a ele lhe der jeito, eles vão, se a ele lhe der jeito, ele faz. Muitas das discussões eram precisamente isto, mesmo dentro do tribunal, ele não queria que os miúdos fizessem ginástica ao sábado nos fins-de-semana que estavam com ele. (...) a juíza até disse: Mas você é que tem de tirar do seu tempo para acompanhar os seus filhos. Os meninos não vão sair da ginástica porque ao pai não convém levar e buscar. Pronto, a grande diferença era esta

*(...) e será. Não vale a pena. Eles, os miúdos, afastaram-se completamente”. No seguimento: “A questão por exemplo das divisões pai/mãe fins de semanas eu concordo, mas quando a criança tem de andar uma semana no pai, outra semana da mãe e assim sucessivamente, já não. Eu acho que as crianças perdem o ninho, as crianças independentemente de se darem bem com toda a gente, devem ter o seu espaço, até podem ser duas partes exemplares. Mas há casais que têm funcionado e eu conheço, mas a criança tem que quase duplicar a sua vida por dois locais, então considero não muito correto”.*

Em análise, quanto à questão da regulação do poder paternal para além da fixação de morada com a mãe, a Leonor lamenta que a pensão de alimentos não seja cumprida devidamente mas exclama: *“O pai do João este mês deu 100 euros, que loucura quero ver até quando isto vai durar.”*

### **3.4. Os novos vínculos afetivos**

As três participantes têm um companheiro atualmente, embora todas partilhem da situação de não residirem com o mesmo. Nos três casos, estas mulheres têm namorado estando com ele ao fim de semana, em algumas partes do dia nas suas casas ou fora, exceto no caso da Maria João sendo que é uma relação à distância.

Apesar de estarmos perante situações com fortes **possibilidades de constituição de famílias reconstruídas**, nenhuma das mulheres assume esta opção num futuro próximo. Todas concordam com o facto da relação com o pai dos filhos ter sido muito marcante neste aspeto e não estarem totalmente preparadas para avançar com o atual namorado para residir juntos.

A Iolanda partilha: *“ dos 28 aos 31 que entretanto engravidei, foram 4 anos que não queria saber de homens porque já tinha levado muitas patadas de namorados e inclusive da minha família. Nesses 4 anos fui gerando a minha independência total, só que era muito ligada aos sentimentos. Preocupava-me muito. Eu não fazia nada que me dissessem que não era bom para mim, sempre na maré deles, a opinião dos outros era importante para mim. E naquela altura foi um basta, vou fazer aquilo que eu desejo”. Assume ainda: “o meu atual namorado cheguei a viver com ele 2 anos, e cheguei à conclusão que eu é que fazia tudo, estando*



sozinha ou não. E antes ele tinha vivido sozinho só que tinha a mãe que ia lá limpar-lhe a casa (...) Eu vou andando e andando, eu sou do género de ir chamando à atenção mas demora muito até a corda rebentar. Mas quando chega aquele ponto, tomo a decisão e ele foi embora de minha casa. Fragilizada nunca fiquei, mas ele ficou surpreso e dava como garantido. Passado uns meses reatamos mas é tipo, eu de segunda a sexta vivo sozinha com a Maria, mas de sexta para sábado, sábado para domingo e domingo para segunda ele dorme lá em minha casa. E quem faz o almoço e o jantar? Continuo a ser eu. Mas ele está na casa dele a maior parte do tempo e eu na minha. (...) Eu não considero que estou mal ou pior com o ele, mas o problema aqui foi o estagnar. E eu acho que sou dependente de pessoas, é uma contradição, mas eu sinto que tenho uma carência emocional, eu parece que acho que preciso da aceitação do outro mas na prática eu sozinha movo tudo e consigo lutar por tudo”.

A Iolanda ainda determina que, tendo a Maria uma boa relação com o seu atual namorado: “Eu muitas vezes quando é algo relacionado com os rapazes digo que é melhor falar com o meu companheiro” muito embora “O meu companheiro atual não está todos os dias comigo, mas os fins-de-semana passa comigo”.

Emerge ainda o facto da **aceitação dos filhos de um novo relacionamento**, o que para a Maria João se delimita na medida em que: “Eu tenho (companheiro), mas está longe, está em Lisboa. Mas custa-me um bocadinho imaginar como seria ter mais alguém em minha casa. Não sei até que ponto (...) até que ponto é que os miúdos se vão adaptar a ele e ele aos miúdos (...) não é que os miúdos não estejam recetivos mas na prática eu não sei se também estarei...É daquelas coisas, vamos indo e vamos vendo”. No fundo, para ela, a sua ligação com este homem, embora não assumida, revela a sua necessidade de uma presença emocional e de suporte (“é um amigo, é um namorado. Ele vive em Lisboa mas pronto é um suporte muito grande mesmo; Eu gostava de arranjar alguém, falando na parte amorosa, de modo sério, que me ajudasse (...) Acho que a vida nesta altura é muito complicada para; Era ótimo que a gente todos encontrássemos um príncipe encantado, mas não é possível”).

Já a Leonor, cujo filho conhece o namorado e apesar de terem uma relação assumida não considera fulcral essa interdependência emocional (“Eu considero que não é essencial para

a vida vivermos com outro homem”). Segunda ela: “Voltar à vida de casal quando a nossa experiência não foi propriamente positiva...mas no caso do João por exemplo farta-se de pedir para casarmos e para ter um irmão.” Circunscreve ainda: “Porque eu sei que se tivesse sido casada com o meu namorado atual, seria diferente. A relação do João e do meu namorado, se vocês vissem não acreditavam, mais parecem filho e pai com a cumplicidade que eles têm...”.

Durante as sessões esta mulher foi falando do namorado e identificando zelos cujo ex-marido não tinha para com a vida em casal que partilharam (“... estou há 4 anos com uma pessoa, embora não viva comigo, que muitas vezes me diz para parar e faz ele. E diz, isto eu faço, fizeste o jantar logo eu lavo a loiça. Mas na maioria das famílias a mulher é sobrecarregada. (...) o meu atual namorado vive sozinho e faz tudo em casa, até lavar e passar. E ele quando vai a nossa casa nunca se senta e fica a ver as coisas a acontecer, ele ajuda muito”) mas admite que independentemente dessa situação de felicidade no relacionamento atual: “A única coisa que tenho garantida é o amor do meu filho. Nem o amor do meu namorado é garantido”.

Outra das partilhas da Leonor, quanto à **relação do seu namorado com o filho**, reconhece: “No dia do pai o meu namorado fez um trabalho com o João para ele levar para Lisboa para dar ao pai. Porque o nosso objetivo não é substituir a figura do pai cá em Gesin pelo meu namorado. O meu filho sabe que o pai está em Lisboa e que tem a sorte de aqui em Gesin ter outra pessoa que o ama como se fosse um filho e que está cá para o apoiar em tudo”.

#### 4. Famílias Monoparentais femininas

##### 4.1. Caraterização familiar

As dinâmicas dentro do seio familiar são descritas com muita naturalidade pelas três mães tendo no entanto subjacente principalmente a **complexidade de compatibilidades horárias**. No que concerne à caraterização familiar, nesta situação de Monoparentalidade todas

assumem a possibilidade de uma vida plena desde que exista esforço de todas as partes para que resulte sem grandes apoios externos.

A Leonor relata: *“ eu vivo com a minha mãe, que tem uma casa própria, portanto parece que somos riquíssimas”*. Ainda explana o **planeamento financeiro** que muitas vezes organiza para potenciar ao João ter coisas que aparentemente poderia não ter pela situação em que está envolvido de viver numa família monoparental e em que é a mãe que subsidia praticamente tudo o que ele necessita (*“Eu no Natal fiz um esforço e comprei uma playstation e o João chorou de felicidade. Nós lá em casa choramos de felicidade mas ri-mos muito mais, predomina”*).

A mesma mulher ainda releva, na dimensão **sentimental e dos afetos**: *“ (...) o João questiona muito. E ele diz-me para aí 30 x por dia que gosta muito de mim, que me ama. O João não se deita sem rezarmos os três (eu, avó e ele) o anjinho da guarda, sem me dar um abraço e dizer que sou a melhor mãe do mundo e ninguém lhe pede”*. A Leonor orgulha-se: *“ construí uma relação muito mais sólida com o meu filho, mais baseada no amor e nos afetos, do que se fossemos 3 (eu, ele e o pai) em casa naquela situação”*.

Segundo a Leonor: *“Eu acho que o mais importante e o que eu tive de fazer com o João foi responder às questões dele. Não é perguntas, é comentários, de ele ter dito que era na altura o único menino que não tinha o pai em casa. E os desenhos todos que ele faz da família mete-me a mim, à avó e ao meu namorado mas escreve sempre os nomes por baixo. Ele diz que tem medo que as pessoas, professora e amigos, não percebam. Eu nunca tive de explicar tudo. E foi por fases. Ele chegou a chorar porque queria que os pais continuassem a ser namorados mas depois eu percebi que também era mais pela questão de ele não se ter de deslocar para Lisboa para ver o pai. Ou seja as únicas justificações ou informação que dei ao João foi que a mãe e o pai estiveram juntos muitos anos, já não se estavam a sentir bem juntos, a mãe deixou de gostar do pai, os adultos são muito complicados e tomou-se esta decisão”*.

Também nesta situação a Iolanda identifica: *“A Maria também partilha os sentimentos maus, por exemplo Mamã dói-me a barriga, a mim suscita-me logo preocupação, e as vezes é a camuflar algum problema que ela não diz logo, mas fica assim mal disposta. E eu tento*

*não de uma maneira direta mas assim subtil, puxar assuntos e ver o que ela quer dizer com aquilo. E entretanto ela também fala. E as vezes questiono como está o coraçãozinho dela, se hoje está mais triste ... ou se está mais vermelhinho de felicidade e a bombear. As vezes quando ela está mais calada também abordo-a sempre, pergunto o que se passa, se é cansaço ou preocupação com algum teste ou algo da escola”.*

Conforme refere a mesma mulher: *“A Maria é a minha vida. E eu não sou aquela mãe que só a quero para mim e que proíbo disto e daquilo mas fico orgulhosa do meu trabalho, sei que ela vai ser alguém, que vai sair dali uma menina cheia de amor.”*

Por outro lado e apesar do bom ambiente que se vive no seio familiar a Maria João assume: *“Sinto-me sozinha às vezes quando eles têm tudo combinado, jantares com os amigos ou assim. Mas às vezes também sabe bem. E preciso destes bocadinhos e aproveito-os em vez de ficar a pensar que estou sozinha”.*

## **5. Discriminação social e familiar**

Apesar de se ter analisado que a situação da parentalidade atualmente dignifica o progenitor sozinho nos cuidados aos filhos, estas mulheres refletem sobre a discriminação familiar e social das quais foram vítimas durante o processo de decisão de separação, divórcio e no caso de Iolanda na prossecução de uma gravidez em que o pai não estava presente e não queria assumir a filha.

No **contexto de trabalho**, a Leonor relata o sucedido em entrevista: *“... perguntam-te, ai é sozinha e tem um filho menor? E então o apoio familiar? Eu muitas vezes apeteceu-me responder? Olhe, eu fui casada com (...) que não faltou uma única hora ao trabalho por causa do filho, qual é a diferença? Não faz diferença absolutamente nenhuma”.* Mais expõe, particularizando: *“ (...) num grande grupo empresarial, em entrevista: Então acha que foi uma decisão inteligente a sua separação? E eu só tinha dito que era mãe divorciada”.*

Em termos genéricos, no **dia-a-dia em sociedade**, a Leonor lamenta: *“(...) o que mais incomoda é como as pessoas olham para a situação”.* Comparativamente, a Maria João narra uma situação específica: *“ (...) noutra dia uma situação com o Pedro, o meu filho do meio sobre umas asneiradas, eu estava a falar com uns senhores e eles eram velhotes e*

*perguntaram-me: Mas está sozinha com eles? E eu com muito orgulho como respondo sempre: Sim, estou com os três. Do tipo é tudo meu (risos) sou a maior, não se preocupem, é tudo meu. E disseram-me depois: Ahh. Foi aquele tipo, a reação de que era justificativo para a atitude do Pedro como se fosse por ele estar só a cargo da mãe. Do tipo é sozinha coitada, não consegue lidar. Mas olha eu nem sequer reagi porque eram velhinhos e não ia estar com explicações e que eles tampouco concebem as coisas de outra forma e que pode ser uma família normal com uma mãe e três filhos”.*

Neste sentido, para a Maria João, a Monoparentalidade assim como outros novos tipos de família estão sujeitos a obrigações pouco dignificantes: *“E a nossa humilhação constante... todos anos temos de nos apresentar sobre diversas entidades mostrar o que fazes, o que recebes, o que não recebes, estás constantemente a sujeitares-te a este discriminar da tua vida toda. Psicologicamente às vezes é difícil de gerir”.*

Também por parte da **família e amigos** estas mulheres sentiram discriminação. Como menciona a Leonor: *“Nós somos julgadas constantemente. Se eu fui julgada por me ter separado, com uma vida que as pessoas consideravam, aparentemente boa...”* e justifica: *“Eu sou madrinha de um miúdo cujos pais me viraram as costas”.* A Maria João em conformidade com estas declarações também exprime: *“Eu senti-me muito julgada na decisão da separação. Mas no entanto quando comecei a dar o passo tive também quem me apoiasse. Depois há claro situações, as vezes acentuadas, na visão para com os miúdos porque eles viviam numa casa com piscina e essas coisas, mas no fundo, eles agora têm outras coisas que lhes faltavam nessa altura. Por isso sinto que para eles perante os amigos terá sido a parte mais difícil. Mas lá está eles percebem que lhes faltavam outras coisas e às vezes mesmo comida, porque a casa era exterior, as vezes o pai saía e ia comer a um restaurante e nós ficávamos em casa sem nada para comer.”*

Ainda a Iolanda, a participante que mais padeceu emocionalmente pela sua estrutura familiar ser contra o avançar da gravidez: *“Primeiro em relação em ter a Maria, já começou aí a dificuldade porque eu queria ter mas a minha mãe dizia-me para não ter a criança. Foi a primeira grande decisão foi ter a minha filha”,* ainda relata: *“ (...) ouvir julgamentos da minha própria mãe (...) Aliás a reação da minha mãe foi: O que é que eu vou dizer às minhas*

*amigas? O meu pai disse que a vida era minha e eu é que sabia o que iria fazer. Perante o que tinha ouvido antes, aquilo até me consolou. Não me repreendeu, não disse se estava ou não ali para mim, mas também não afirmou um julgamento. A minha mãe só dizia que eu estava sozinha e era melhor abortar. E isto são coisas que eu nem sei explicar”.*

Ainda descrevem, segundo a Leonor: “(...) nunca vês uma publicidade com duas mães e uma criança ou um casal homossexual e uma criança, ou uma mãe sozinha com uma criança (...) mas é que só aparece assim uma de vez em quando.... Mas a mim também não me choca nada, muito honestamente”. E a Iolanda assum: “Eu acho que no início, ficar ou ser uma família monoparental as tais dificuldades que isso engloba faz-nos sentir um bocadinho à parte”.

## **6. Rede de suporte**

Emergiu das considerações das participantes que os apoios mais comuns no caso de Monoparentalidade provém **dos familiares mais próximos, mas também os amigos assumem um papel fundamental**. A rede de suporte no seu todo adquire uma importância redobrada nestes tipos de famílias sendo que o papel ocupado até então pelo segundo progenitor pode ser assegurado por estes apoios, seja nas atividades pessoais ou financeiramente na garantia de ajuda à subsistência dos dependentes.

Apesar de distintas, as redes de suporte destas três participantes estão marcadas maioritariamente pela presença de amigos e colegas contrastando com a estatística de que à família cabe o auxílio.

No caso da Leonor, em que o apoio da mãe, com quem vive, é fundamental e apesar de ter uma família com muitos elementos a mesma reflete sobre o seu círculo de amigos: “... *tenho um suporte. Não preciso de avisar com antecedência que vou precisar. E é algo que eu acho que faz muita diferença*”. Mesmo assim partilha que existiram situações complexas pelas quais passou e que aquando de se ter divorciado pensou: “... *ninguém pergunta: Precisas de ajuda?*”.

Ainda que a Leonor consiga enumerar amigos como constantes da sua rede de suporte (“... os amigos serem a família que nós escolhemos. Eu tenho alguém, uma amiga, que gosto como se fosse o meu irmão e não é do meu sangue”) a mesma assume: “... tenho muita sorte porque tenho uma mãe que é a melhor pessoa à face da terra (...) em questão de lidar com o meu filho e com tudo, eu entro as 8h da manhã a trabalhar”. (Anexo 9)

No que respeita ao apoio e rede de suporte da Maria João a mesma distingue: “... houve alturas em que passamos ali um bocado mal, na altura que eu me separei, pronto, se não fosse a família, se não fosse os amigos, não sei como é que eu tinha conseguido”. Mesmo assim a representação de rede de suporte para esta mulher é muito limitada, principalmente por ter mudado de cidade, pelo que assume: “É-me difícil chegar às pessoas (...) As pessoas do Norte são muito simpáticas mas na primeira abordagem (...) acho que são extremamente reservadas e muito retrógradas. Mantêm ali o elo da “minha vida”, os que já existem, do género a minha família é minha e mais nada. E eu estou muito habituada a outra coisa”. Atualmente identifica: “Tudo o que tem a ver com a ginástica acaba por ser para onde eu me viro, eu trabalho na ginástica, por isso é tudo incluído e os meus extras também são ligados à ginástica, agora podem ser pessoas de Lisboa, de Braga, mas é tudo do mesmo sítio”.

A Maria João partilha ainda: “ (...) a minha mãe, durante muito tempo eu escondi a minha realidade, a partir do momento que já não dava para esconder, comecei a falar com a minha mãe e com os meus amigos. Porque quando nós estamos nestas situações, eu tinha vergonha que alguém soubesse o que nós passávamos, mas depois começa a perceber que não é normal e que temos de sair daquilo e que realmente quem vive como eu vivi no meio dele, com os pais dele, irmão dele em que eu era acusada de ser a má da fita e de não entender as coisas e de não o ajudar o suficiente, é difícil mas não é normal e tens de sair daquilo. Também os meus amigos na altura, cada um da sua maneira, com aquilo que podia ajudava e também uma tia que me ajudou e dizia-me que a minha vida estava era a começar agora, por isso era seguir em frente”. (Anexo 10)

No caso da Iolanda em que a família mais próxima, pais e irmão sempre foram o antónimo do que ela precisava especialmente durante a gravidez e nascimento da Maria, a mesma

refere: *“Eu acho que apoio mais os meus pais emocionalmente e eles a mim monetariamente”.*

Relativamente à procura da família paterna da Maria, a Iolanda atenta: *“(…) na procura dos avós paternos, ao fim de ano e meio de existência da Maria, quando soube que os mesmos não sabiam que tinham uma neta, essa própria procura dessa parte da família da Maria também não tive ninguém da minha família do meu lado. Foi a partilha, os desabafos com os meus amigos, que me fizeram avançar.”*

Perante o pouco suporte dos pais, a Iolanda foi buscar forças a outros membros da sua família e a amigos (*“Na altura em que os meus pais não sabiam o que fazer comigo, vem um tio meu de outra cidade, para me dar apoio, por isso quis considerá-lo. Tenho muitos poucos amigos, mas a culpa também é minha, como antigamente eu escolhia as pessoas para compensar algumas falhas, mas depois comecei a pensar que era sempre eu que ligava, e agora sou mais restrita. Mas eu sei que os amigos fazem muita falta, se forem bons”*). Ainda partilha: *“Eu tenho família em Lisboa e no Algarve, que eu tenho imensas saudades dessas pessoas. Não me julgam, vejo-os também como amigos. Mas é aquela coisa, e ir lá... falta o dinheiro...por isso a família aqui distanciou-se um bocadinho”.*

Genericamente a Iolanda considera: *“(…) tem de haver amigos, tem de haver por vezes as chamadas “cunhas”, temos de ter uma rede de suporte”.* (Anexo 11)

Emocionalmente perante o seu núcleo e rede de suporte a Iolanda atenta a inconsistência dos momentos e das circunstâncias (*“... porque há aqueles dias que a gente vem e vai tudo, e há outros dias que se fica mesmo em baixo e temos de ir buscar força aos amigos, porque eu neste caso família infelizmente pronto é o que é...”*).

Atualmente, embora a constante noção do pouco apoio dos familiares mais próximos a Iolanda relata que a relação com os pais está mais normalizada (*“... eu agradeço o facto de o meu pai ir buscá-la a escola e levá-la ao ATL e depois do ATL às 18h30 e colocá-la na ginástica. Assim só acabo por a ir buscar a noite. Eu tenho esse apoio, todos os dias tenho alguém que a leve à ginástica, não preciso de parar o meu serviço para tal, mas por exemplo eu não tenho fins-de-semana, porque eu não tenho a parte dos 15 dias do pai, ou as férias,*



não tenho....”). No seguimento lamenta: “... eu poderia pedir aos avós (...) podiam ficar com ela de 15 em 15 dias (...) a minha mãe fez-se uma pausa e disse: uma vez por mês (...) Perante isto não é...”.

## 7. Violência doméstica e maus tratos

A violência doméstica e maus tratos, no caso da Iolanda, proeminou dentro da família ainda antes do nascimento da Maria. A mulher relata: “fui vítima de violência doméstica por parte do meu irmão, os meus pais sempre disseram que ele era doente, que tinha esquizofrenia e a desculpa era essa e eu levava porrada todos os dias. Na altura eu já com mais idade quis fazer queixa à polícia porque achava que não era correto mas tinha a minha mãe a dizer que era professora e o meu pai sendo empregado bancário, portanto acabei por nunca o fazer. Inclusive a Maria esteve para não nascer, por essa situação, levei um pontapé do meu irmão na minha barriga, já com ela com 2 meses de gestação. Mas eu consigo perdoá-los, ou estou a conseguir perdoar-me a mim no fundo (...) cheguei a fazer queixa mais tarde na polícia, mas não adiantou de nada (...) Continuo a espera de um pedido de desculpas do meu irmão.” O que a Iolanda foi transparecendo nas sessões através de relatos como “ (...) a situação do pontapé que levei na barriga do meu irmão foi aí que eu disse: Eu sempre fiz o que vocês achavam ser o melhor para mim...mas chega, eu vou ter a minha criança. E eles disseram que não iriam querer saber da minha filha, ouvi mesmo muita coisa negativa, mas pronto, aqui estou” transpareceram uma dualidade marcada pela fragilidade e a resistência.

A Leonor e a Maria João foram vítimas de violência doméstica da parte dos ex-cônjuges. Enquanto a primeira sofreu maioritariamente **violência verbal** pelos episódios de alcoolismo do marido, a segunda, para além dos momentos de dependência alcoólica do marido em que era maltratada verbalmente sofreu também **violência física**.

A Leonor narra a dificuldade de viver com uma pessoa alcoolizada dentro de casa: “ chegas a um certo ponto não és nada. E pensas, não eu tenho de ser alguma coisa, eu sou alguma coisa”. A mesma relata: “Eu não suporto a hipocrisia, eu vivi 11 anos com hipocrisia. Eu em casa era tratada abaixo de cadela e fora de casa para ele era a melhor. Chegas a um ponto e já não sabes quem és, habituas-te a fingir. Mas isto não consegues explicar a ninguém. (...)

*Eu escolhi viver em segurança. E as pessoas às vezes perguntam-te se precisas de ajuda ou outras coisas mas não sinto que queiram ouvir a resposta.” Leonor ainda menciona: “Eu tive a coragem e consegui sair de um casamento que era um inferno.”*

Maria João reflete sobre os momentos de fragilidade pelos quais passou referindo que a situação era levada ao limite (“Ele tentava-me espezinhar ao máximo”). Quanto ao **pedir ajuda** a mesma refere: *“Eu cheguei a falar com algumas pessoas, mas nunca nada concreto. Eu cheguei a ir a uma advogada mas tinha de ser tudo às escondidas mas ela começou a dizer-me o que é que eu tinha de fazer, ter atenção a alguns aspetos. E eu tentei a separação mas durante muito tempo ele não aceitou. A minha sorte foi ele pelas insistências e também não sei bem como ter aceitado o ponto final. Mas eu já estava mal há muito tempo e já andava a tentar maneiras de conseguir terminar a situação e sair de casa, mas eu achava que não conseguia porque estava sozinha com 3 filhos. Na altura cheguei a pensar em ir à APAV, porque eu tinha de me virar de alguma forma. Mas quando ele me disse que sim, por isso é que só demorei uma semana a sair de casa e arranjei logo outra casa para ir com os miúdos e fiz tudo muito rápido.”*

Ao longo das sessões todas concordaram que atualmente vivem com mais tranquilidade e esse bem-estar psicológico compensa, apesar das debilidades inerentes à sua condição de Monoparentalidade. A Maria João acredita: *“(…) se temos consciência que não estamos bem e tomamos decisões ou há opções de mudar, de alterar a forma como vivemos e que fiz os meus filhos passar por isto, no fundo normalizar a diferença e as mudanças porque não podia ser era normal para os meus filhos a questão dos maus tratos e as discussões porque senão no futuro iam ser eles a sofrer situações destas e a deixar ou considerar normal”.*

A mesma afirma ainda que após a saída de casa: *“ O dia-a-dia foi pacífico, porque já só estávamos nós os quatro, já não tínhamos a parte das bebedeiras, a parte dos maus tratos.”*

Mais se releva o facto de a Leonor contestar: *“Eu tenho pena daquelas mulheres que continuam casadas com maridos que as maltratam. Porque eu permiti isso durante muito tempo mas dei a volta”.*

## 8. Apoios Socioeconómicos

Neste aspeto dos apoios socioeconómicos pode-se avaliar as três situações como distintas sendo que no caso da Iolanda a mesma sabe como as **dinâmicas dos pedidos de apoios** funcionam e está constantemente à procura dos mesmos, a Maria João sabe-se que detém **apoios socioeconómicos aos quais tem direito por lei** mas também não recebe pensão de alimentos do progenitor, enquanto a Leonor recebe uma módica quantia do pai do João e o abono de família dada a situação de viver em casa própria de familiar e auferir por esse aspeto condições que a colocam num patamar, perante a Segurança Social, de família classe média. Verifica-se a perceção das participantes sobre as circunstâncias umas das outras sendo de relevar o descrito pela Leonor: *“Por exemplo eu sou uma família monoparental e a Iolanda também é, mas já deu para perceber que eu graças a Deus tenho mais capacidade financeira do que ela. Isso também é importante distinguir. Porque a verdade é essa, ela corre atrás das ajudas”*.

Todas no entanto partilham o mesmo **apoio psicológico** para os filhos no SAC.

Conforme a Iolanda refere, quanto às suas despesas: *“A Maria tem a ginástica, é o ATL pago com o fundo de investimento, sobra 5 euros para ela, pago a ginástica com o abono e tudo o resto desde casa eletricidade, água, IMI, seguros da casa, seguros do carro, é tudo do meu passar a ferro e fora isso ainda tenho 2 seguros da loja, roupa e acidentes de trabalho, de x em x tempo a despesa de compra de livro de faturas, quer dizer e eu chego muitas vezes e ponho essa questão: Mas espera aí, imagina, eu sei que amanhã vou trabalhar até às 20h mas porquê? Porque eu preciso de no outro dia ter uma consulta no hospital com a minha filha e vou chegar mais tarde, eu tenho de compensar”*. Mesmo assim atualmente considera: *“(…) O A.T.L. neste caso, não podia estar com ela em casa, agora vai ser diferente porque vai fazer 14 anos, e se calhar já vou pensar naquele dinheiro e em vez do A.T.L, integrar uma sala de estudo ou só umas explicações”*.

Ainda refere: *“... continuo a sentir que as portas se fecham, porque eu quando comecei a receber da parte da Segurança Social do Fundo de Investimento, eu fiquei abismada porque as próprias senhoras questionavam: Eu não sei como ainda não estava a receber da nossa parte?”*.

A mulher também lamenta o estado dos apoios principalmente de cariz económico do país embora considerando que consegue organizar-se e solicitar os apoios existentes e dos quais precisa (*“Eu agradeço todos os dias a pessoa que sou. Sinto-me feliz por todos os dias acordar e ter força para ir trabalhar e sinto-me bem, sinto que a minha filha está feliz e está a crescer e que essencialmente é um dia de cada vez. O que me põe mais em baixo é mesmo ver as contas e perceber que dinheiro não chega, e isso cria-me instabilidade, porque gosto de ter tudo direitinho. Até porque as vezes tenho pessoas que me devem a mim e isso implica um ciclo que eu também não consiga pagar a tempo e isso deixa-me mais pensativa ou preocupada. Agora também já sei pedir ajuda, antes não conseguia tão bem”*). Identifica, descrevendo pormenorizadamente: *“... apoios, lá está, para quem não tem a retaguarda, para quem está sozinha e para quem recebe do estado o que acaba por ser do estado e não pelo pai, são 125 euros, dos quais 120 são para o ATL acaba por sair 5 euros dali e serem a mesada da Maria. Recebo 50 euros de abono, 45 euros são para a mensalidade da ginástica, portanto... Para nós conseguirmos dar o que achamos que eles também o merecem, porque ginástica é bom”*.

Para além do apoio económico proveniente do Fundo de Investimento a Iolanda assume: *“... outro apoio que temos é o banco alimentar embora tenha sido eu a mexer-me, através do espaço municipal. Mas este ano talvez pelo cruzamento de dados da segurança social e finanças e por eu faturar muito, passaram-me do apoio do banco alimentar para o banco europeu, que é só uma vez por mês, vem mais congelados, legumes e carnes, mas tem um senão, a tal família que precisa deste cabaz deve ter uma arca, aliás fizeram-me logo essa pergunta, mas por acaso eu tenho porque me deram uma, porque senão acaba-se por não conseguir e é para estragar, é assim por um lado é uma parte deles se resguardarem”*. Conforme narra: *“uma pessoa que paga uma renda a um banco, que a casa ainda não é minha, só será aos 70 anos. Pagamos tudo direitinho. Na altura até foi caricato, porque aquando da maternidade, eu recebi uma bulada de dinheiro por esse facto e passado 10 anos vieram-me pedir que devolvesse cerca de 300 euros, que dizem eles, embora na carta não dizia, e tens de faltar ao trabalho para ir ao serviços tentar descobrir o que se passa e descobres que foi algo que recebi a mais há 10 anos atrás, do subsídio de maternidade”*.

A Iolanda invoca ainda a solidão nas questões financeiras (“*Eu sinto-me sozinha na parte monetária*”), o facto das férias escolares e o que tem de planear no seu orçamento para conseguir que a Maria esteja ocupada mas com atividades de relevo e acompanhada (“*(...) eu começo é sempre a pensar o que ela poderá fazer nos 3 meses de férias. Temos primas noutra cidade e é do género pensar se ela quer passar lá uma semana com as primas (...) E depois são as tais decisões que só eu as posso ter. Vem tudo para cima de mim*”) e ainda distingue as despesas de saúde (“*Nós não temos médico de família, não nos atribuíram. Mas também nunca foi um grande problema porque ela graças a deus é saudável. Fazemos exames de rotina quando necessário. Ela também está a ser seguida no hospital por causa do joelho, a médica passa-me o P1 e ela faz ressonância. Na questão de oftalmologistas e não sei quê, pronto levei 2 anos a conseguir levá-la lá, mas a minha consciência já me pesava*”) e do transporte, que neste caso é próprio (“*... eu em maio já tenho de planear muitas coisas, em agosto o imposto único de circulação 100 e tal euros, mais o seguro do carro, e depois em setembro a entrada na escola. Ou seja, quando eu penso no futuro é pensar o que é que eu tenho de pagar, quando é que eu tenho de pagar, a parte orçamental*”).

Ainda no âmbito das despesas também a Leonor relata: “*(...) eu pago 33 euros para o karaté, porque ele tem direito a andar no karaté como todos os meninos têm direito, mais 17 euros para a piscina, porque ele precisa de fazer natação porque nasceu prematuro e com uma pneumonia portanto ele tem de desenvolver a caixa torácica, já vamos em 50 euros, ficamos com a módica quantia de 70 euros em sobra*”. Refere ainda que tem carro próprio (“*(...) eu pago IUC de 17 euros, porque o meu carro tem mais de 20 aninhos*”) e menciona: “*O único plano que faço a longo prazo é a poupança que estou a fazer para o João. De resto é o dia-a-dia*”.

Quanto ao apoio psicológico, que Gesin provém, a Iolanda refere: “*... eu é que senti necessidade de procurar. Ela começou com 5/6 anos a ir. Antes da psicóloga neste gabinete, havia psicólogos no Centro de Saúde. Mas deixou de haver lá. Ela tinha sido acompanhada lá mas quando esse serviço parou, passado meio ano, teve de mudar. Isso é mau. Mas graças a deus, foi esta psicóloga, teve muita sorte. Agora está lá 1 vez por mês, antes eram de 15 em 15 dias. Tudo porque eu notei que ela estava a crescer de uma forma que não devia e a*

*lidar com muitas emoções sozinha”. Também a Leonor, sobre o conhecimento do apoio psicológico: “Eu estava a andar em Gesin e vi na porta do Serviço Apoio ao Cidadão um papel a dizer apoio psicológico, isto para o João era bem pensado. E apareceu-me a psicóloga. Mas fui eu que fui à procura”.*

A Iolanda pranteia o facto de ter de estar constantemente a lutar justificando: *“Ninguém nos liga a dizer olhe a sua situação sabemos que é de Monoparentalidade, residente em Gesin, às quartas-feiras temos um serviço disto e daquilo”.*

Outro dos aspetos que preocupa as participantes são os inícios de ano letivo sendo que a organização do tempo e do dinheiro gasto em material escolar pode condicionar o orçamento familiar (*“... em relação aos livros, sei que em setembro vou ter x dinheiro para os livros. Ela tem tido livros pela escola, ação social, mas ela diz que eles vêm já todos riscados e que não quer. E então ela fica com um ou outro que a escola dá pelo escalão, e outros eu compro”*).

A Leonor também assume, ainda que menores, as suas condicionantes financeiras e partilha os apoios que obtém: *“ Eu quando me despedi, do meu trabalho, para vir cá para o Porto, sair da situação em que eu vivia, com o meu filho, o meu diretor geral não gostou da ideia e não me fez nenhuma carta para o fundo de desemprego nem fez nenhum acordo comigo, eu vim com uma mão à frente e outra atrás. E tinha um ordenado de 1100 euros. Portanto, sempre muitos descontos para a segurança social. E fui à segurança social e só me falavam do IRS do ano passado. Mas eu dizia e continuo a dizer que o que aconteceu o ano passado, não me garantia a subsistência do agora. E continuei sempre a pedir ajuda para alimentar o meu filho explicando que não tinha rendimento e que também não recebia nenhum fundo, porque o pai da criança só dava 80 euros. E ainda me responderam lá na segurança social que 80 euros não era nada mau, e eu: “Pois não, são mais ou menos 3,33 euros por dia, eu com esse dinheiro alimento o meu filho?” Na loucura, podemos fazer a conta a dobrar, que são os 80 euros do pai e imaginemos mais 80 subsidiados por mim, mesmo assim, temos 6 euros por dia para alimentar uma criança. Entretanto comecei a trabalhar, e até já abono de família recebi. Então tenho direito a 49 euros e mais umas coisinhas, eu comecei a trabalhar em novembro, mas em setembro tinha ido ao hospital com o João porque ele tinha de ser operado à garganta, e entretanto ele foi operado em março e eu tinha de ficar em casa uns*

*dias com ele, meti os papeis para baixa de assistência família, mas foi recusado, porque eu não tinha direito a receber a baixa pelo facto de trabalhar há pouco tempo, e eu fiz uma cartinha à Segurança Social a explicar tudo, eu tenho descontos desde novembro, tenho uma criança sozinha a meu cargo, eu se ficar 2 semanas sem receber ordenado, como é que vou dar de comer ao meu filho? Pois, não quiseram saber. Portanto os apoios que eu tenho, são 49 euros da Segurança Social mais os 80 euros do pai”.*

Ainda caracteriza, informando da sua opinião relativamente a outros grupos: *“Nós em Portugal não temos apoios de nada. Os grupos minoritários vão lá bater à porta e é tudo, casas, dinheiro, é rendimentos mínimos, é subsídios disto e daquilo, tem mais um filho recebe mais isto, tem outro recebe mais aquilo, não pagam nada. E nós que somos sozinhas com uma criança, que somos sozinhas, que trabalhamos todos os dias para ter um ordenado e pôr comida na mesa, e pagar as nossas coisas e não ficar a dever a ninguém”.* Sobre os apoios que solicitou, inclusive para subsistência familiar e a pensar no filho, refere: *“Eu não recebo cabaz de natal, não recebo nada. A única coisa é que a dão 1 euro por refeição ao meu filho na escola. O escalão. Mas o João é intolerante à lactose e não dão leite com chocolate sem lactose a ele. Na Câmara disseram-me que tinha de levar um atestado médico, para o menino ter direito. Eu fui ao médico de família, tive o relatório discriminado com o facto de ser intolerante à lactose, as restrições todas, e cheguei lá e entreguei, nunca mais me disseram nada”* e reitera: *“nós não pedimos para nós, pedimos para os nossos filhos, são direitos deles”.*

A Leonor ainda expõe, comparando a outras situações: *“...os trabalhadores de uma grande empresa que até deu nas notícias, porque os trabalhadores terão de trabalhar aos sábados de manhã, vão tratar de arranjar um infantário aos filhos nesse horário. São regalias, nós também podemos ter de trabalhar ao fim de semana ou outras pessoas noutras situações e isso não acontece. Há realmente muitas distinções”.*

Neste sentido, percebe-se que estas mulheres integram a sua experiência com os múltiplos pedidos de ajuda e rejeições de alguns serviços, aproveitando para descrever o panorama financeiro e as **estratégias que utilizam para colmatar algumas das dificuldades.**

## 9. Emprego e imposições laborais

Estas mulheres, no que respeita à **situação laboral explicitam que a mesma tem de se adaptar aos cuidados aos filhos**. No fundo, ocupam funções, no caso da Leonor a tempo inteiro e no caso da Maria João com horários mais repartidos, durante a manhã e ao final do dia. A Iolanda no início da investigação estava a frente do seu próprio negócio mas tomou a decisão de encerrar atividade e durante o desenvolvimento das sessões foi explicado pela mesma que estava num curso do IEFP que a estava a desafiar muito.

A Leonor refere que a **procura de emprego** após ter voltado para Gesin, já em situação de Monoparentalidade, foi muito difícil. No caso de uma entrevista de trabalho a Leonor refere: *“...a pergunta é logo, tem suporte familiar?”*. Expõe que: *“Eu além de me ter separado, eu despedi-me de uma empresa, multinacional, onde estava há 8 anos, onde ficaram resabiados por eu me vir embora e não me deram carta para o fundo desemprego, isto tudo”*.

A Iolanda relata: *“Eu quando fiquei desempregada, já estava há um ano, em 2014, mas eu tinha 2 anos de fundo de desemprego mas eu sabia que esses subsídios acabam e eu tinha de me mexer para dar de comer à minha filha. Paralelamente estive numa escola a trabalhar, mas ganhava cento e poucos euros, aqui pela Câmara só que eu trabalhava 40h semanais, e ainda para mais nas limpezas, a dar o litro, e só ganhava esse dinheiro... entretanto consegui rescindir o contrato e entrei logo num curso do centro de emprego que me deu mais do que eu estava a fazer pela escola e saía às 17h o que era ótimo e nessa altura foi quando eu iniciei atividade, porque eu tinha adquirido um ferro e pediram-me para ajudar, e eu ganhei aquele gosto pelo passar a ferro, mas ele estava em casa, no entanto eu tinha medo porque é sempre diferente trabalhar em casa e não queria que me batessem à porta a dizer que eu estava em atividade em casa, eu tenho uma filha para criar, para dar o exemplo, então surgiu a oportunidade de ir para um espaço onde eu não pagava renda, no fundo era o serviço de limpeza e atendimento ao público na lavandaria e em troca tinha o meu espaço para engomar. E foi esse o início, abrir caminho. Só que 1 ano a pagar segurança social, só este ano é que deixei de pagar. 74 euros, todos os meses... para quem já tem despesas de casa.*



*Em janeiro, o seguro da loja, dois seguros, o anual de 65 euros acidentes de trabalho, e o seguro da roupa que são 85 euros semestrais. Em fevereiro 156 euros para o seguro da casa, em março mais x euros para oftalmologistas porque eu e a Maria já não íamos há 2 ou 3 anos e essas coisas a gente tem de fazer. E em abril, este mês, foi o IMI da casa, e eu disse basta, trabalho 10h a 12h por dia, saio de casa de manhã e só vejo a Maria à noite, por causa também da ginástica, às vezes também tenho de fazer as entregas da roupa à noite, acabamos por jantar às 22h/22h30, o que não é hora, e depois vou para a cama e no dia a seguir é tudo igual. São 3 anos, foi uma experiência ótima, gosto do que faço, mas a parte dos tais apoios financeiros...”. Ao longo das sessões, com a alteração da vida profissional da Iolanda foi possível aceder a um discurso de mutação ao qual foi interessante em conjunto, perceber-se se a configuração familiar que detinha influenciava. A Iolanda referiu inclusive: “... à procura de outro trabalho? Ia-me surgir esta situação. E tem com quem deixar a sua filha? Olhe preciso dos fins-de-semana porque a minha filha tem campeonatos de ginástica? Olhe tem de ser um trabalho de segunda a sexta”.*

Assistiu-se à menção da Iolanda: “(...) ao fim de 3 anos, de investimento, posso considerar investimento, em trabalho por conta própria sendo uma família monoparental, cheguei ao meu limite e decidi para a semana, na próxima sexta-feira vou fechar atividade”. Mais declarou, em sessão posterior: “Eu esta semana tratei da cessação da atividade e fui ao centro de emprego preencher os papéis para o subsídio de desemprego mas não sei se terei direito ou não. E já que estava lá decidi ver um curso, tinha um de técnica auxiliar educativa mas esse como eu já tinha o nível 4 e já tinha feito por lá em 2014, não fazia muito sentido. Entretanto disseram-me que começava naquele mesmo dia um para técnica auxiliar saúde, das 14h às 18h. São 150 euros o valor, 1,15 euros por hora, 4,77 subsídio de alimentação e mais um x de transporte mas esse nem vou requerer porque não faz sentido, é perto de casa e relativamente pouco tempo. O curso vai até 28 de dezembro, e vai haver prática em ambiente de trabalho. É uma mais-valia para mim, um complemento, mas se me surgir um part time ou emprego fixo, óbvio que é prioridade”.

No que respeita à Maria João, em situação ainda mais distinta das descritas anteriormente: “ (...) na altura que eu me separei eu tinha um com 12, a Patrícia com 7 e o Pedro com 11, ou seja, o eu ir trabalhar implicava eu ter de arranjar um sitio para eles ficarem, ou seja,

*aquilo que eu ia ganhar, eu ia gastar para pagar a alguém para tomar conta deles ou nos ATLS, ia sair de casa as 7h da manhã e ia chegar a casa às 22h da noite com tudo em casa por fazer e 3 crianças por tratar...por isso, isso ficou sempre fora de questão, ou seja, consegui, prontos, a dada altura, como os miúdos sempre fizeram ginástica, arranjar um emprego nessas alturas ao fim do dia, das 18h às 21h, que ainda hoje eu mantenho (...) faço de manhã mais umas horitas, mas eu nunca pensei deixar os miúdos para trabalhar a tempo inteiro porque não conseguiria”.*

Organizacionalmente esta mulher conta com um panorama que não lhe permite um grande acompanhamento aos filhos, segundo ela: *“A minha vida foi sempre em função deles, agora sinto que o Pedro fugiu-me aqui ao controlo e sinto que ele nesta altura precisaria mais da minha presença e eu não consigo nesta altura não consigo porque teria de deixar o meu trabalho e isso ia destruturar a vida toda”.* A mesma anseia: *“Se eu tivesse uma hipótese em Lisboa...eu estou atenta a qualquer oportunidade que surja. Eu tenho o meu trabalho aqui como certo, mas não faço descontos não nada... e tenho mais uns trabalhitos e é tudo mais o menos estável, mas não me chega”.*

As mulheres consideram ainda que se a **Monoparentalidade acontecer no masculino**, os mesmos não sofrem tanto com as perguntas que as mesmas já ouviram. A Iolanda justifica: *“Eles perguntam: é casada? Estado civil? Divorciada. Tem filhos? Se for um pai, que seja monoparental, é visto de maneira diferente, do que se for uma mãe e disser que sim, sou divorciada e tenho filhos menores”.*

Mais se indica que, em situação de trabalho, a Leonor foi vítima de discriminação, considerações exploradas no capítulo devido.

## **10. Relação escola-família**

O nível de escolaridade das famílias monoparentais é uma questão que nos presentes casos não determina de modo relevante as interações das participantes com a educação dos filhos. Ou seja, nos três casos, estas mulheres **acompanham sempre que podem os filhos na escola seja no apoio aos trabalhos de casa seja em todas as outras obrigações, por exemplo as idas às reuniões**. Na situação a Iolanda: *“acompanhamento na escola eu no início na*

*primária acompanhava, sabia ajudá-la. Agora é mais difícil (...) Eu quando ela era mais nova, fazia. Depois comecei a dar-lhe mais liberdade para ela fazer e pensar mas quando tiver dúvidas e eu souber ajudar pergunta e com o A.T.L. complementa tudo. (...) O avô às vezes pressiona-a dizendo que com não teve o orgulho de ter os filhos na universidade, quero que a neta vai. E eu intervenho, porque no fundo quem tem de querer ir para a universidade um dia é ela e não por imposição". Para a Iolanda é muito importante a aposta na educação e formação e a mesma indica que a filha já tem ideais definidos e é uma aluna muito responsável ("A Maria houve aí um ano que foi 15 dias para a universidade júnior porque queria saber como funcionava e aprender mais".)*

Atualmente a Leonor informa que: *"Eu a primeira coisa que faço quando chego a casa é fazer os trabalhos de casa com o meu filho". Assume ainda: Eu pergunto-lhe: O que deste hoje em matemática? Vou tentando saber tudo. Mas tenho neste momento plena noção que não tenho tempo suficiente para estudar com ele, durante a semana. E eu até tomei a decisão que ele no próximo ano letivo não vai frequentar as AECs porque ele já faz imenso desporto fora da escola e assim não fica dentro da escola até tão tarde. E assim aproveita algum desse tempo num centro de estudo para tirar dúvidas específicas que ele tenha, porque nem sempre o consigo ajudar, as maneiras de ensinar agora são diferentes. E assim sei que quando ele chegar a casa tirando alguma coisa ou outra que ainda não tenha feito, temos tempo para brincar e para nós".*

A Maria João por outro lado, perante o acompanhamento prestado aos filhos relata: *"Enquanto foram pequeninos, fui sempre eu que tratei de tudo, estava mais presente, agora nesta altura é só quando tenho de ir a reuniões ou qualquer coisa, não tenho grande... E na escola em termos de trabalhos eles solicitavam a minha ajuda quando eram mais pequeninos, agora eu também não me sinto com, nem é só a capacidade de ensinar, é a disposição para acompanhar. Uma coisa é pô-los a estudar e ir vendo. Eu para ensinar tenho de saber o que eles estão a aprender senão não consigo. E desde aqui há tempitos já me deixei. Eu sentia que tinha de estudar o mesmo que eles, fazer o mesmo esforço para acompanhar".*

A relações família-escola identificadas relacionam-se essencialmente, para além do já indicado, com um apoio normal tanto quanto o prestado às outras famílias, no entanto com o cuidado na interpretação de que o aluno em casa está em situação de Monoparentalidade.

No seguimento advém um dos aspetos mais focado pelas participantes: as **atividades do dia do pai**.

Conforme teve conhecimento a Leonor: *“As escolas normalmente fazem o dia do pai e da mãe mas este ano por acaso houve uma escola que tinham o dia de quem cuida de mim, achei aquilo o máximo porque mesmo a minha quando era mais nova ela via que existe o dia do pai mas ela fazia as lembranças para o avô tinha aquela figura do avô e gostava”*.

Também foram descritos por esta mesma participante **eventos de bullying** para com o João (*“Ele no primeiro ano sofreu bullying. Mas foi completamente desvalorizado. O professor dele nem sabia de nada. A professora do aluno que lhe fazia mal chamou o meu filho à frente da sala toda para dizer quem tinha sido a fazer-lhe mal. E o meu filho nessa altura disse que ninguém lhe bateu, como é óbvio... Eu tive de ir falar com a senhora e fui. E o João já me tinha dito algo por alto, mas foi um dia que recebi um telefonema de uma mãe de uma coleguinha dele que me ligou e até me perguntou “ Estás calma é que tenho de te contar uma coisa”... Esse tal miúdo, um cavalão, estavam todos a sair das salas onde tem umas escadinhas para ir para o refeitório, atirou o meu filho pelas escadas. E ela estava lá e diz que quando viu aquilo a acontecer tão depressa viu como deixou de ver o João porque aquilo depois tem um murinho. E ela disse: Vou ser muito honesta pensava que o teu filho se tinha partido todo. Eu fiquei chateada e pensei mas eu ainda agora fui buscá-lo à escola e como é que ninguém me disse nada, passei-me”*.)

No seguimento, a Leonor destaca: *“O que eu acho que falta muito é sensibilidade e isto eu pronto, na escola do meu filho há auxiliares e auxiliares, profissionais e não profissionais. Já tivemos um problema. O João não é a criança mais calma deste mundo mas há uma coisa que ele não é, mal-educado. O meu namorado uma vez na escola ao ir buscá-lo teve de intervir e disse à senhora auxiliar que se um dia voltava a tocar no miúdo, e vamos é falar fora deste portão. Como é que queres controlar crianças de 4 anos sentadinhas sem mexer numa mesa à hora do almoço? Ela puxava-lhe tanto as orelhas e puxava o cabelo para ele se sentar.*

*Eu cheguei a ir falar à associação de pais porque o episódio repetia-se várias vezes. E disseram-me que era muito estranho e que nunca tinham ouvido semelhante. E eu informei que inclusive tinha falado com outros pais e que partilhavam das mesmas queixas, e que até tinham contactado a associação de pais, a fazer por acaso queixa da mesma pessoa. Então disse que ia avançar e que ia à escola e falar com a diretora, se não resolver este problema, vou à escola do agrupamento e faço uma queixa por escrito sobre a tal senhora. E o que me responderam na associação de pais foi com a questão: Acha que vai adiantar alguma coisa? E eu só disse: Adiante muito ou adiante pouco, vou ficar satisfeita e não deixo estes casos passar avante.”*

*Para a Leonor: “O problema é que muitos pais não estão para se chatear e estão quietos. Mas e os filhos andam num infantário ou numa creche a levar porrada, mas o que é isto? E fui à escola falar com a diretora e vi essa tal senhora. E eu disse que ou aquele comportamento mudava ou eu ia ao agrupamento, à polícia, GNR, queixa na Câmara de Gesin, onde fosse preciso. (...) Se ele se portar mal, chamem-me à escola. É mal-educado? Chamem-me à escola. Eu estou sempre em contacto com a escola por isso alguma coisa digam-me, comuniquem, e as professoras e diretora disseram que realmente ele se porta bem (...) disseram-me sim que é um menino muito agitado, que brinca muito e tem muita energia mas que nunca tiveram problemas nem ele foi mal-educado (...) E nesse dia acabou-se o problema de vez. Mas é preciso uma pessoa ter este tipo de atitudes e ir à escola chatear-se e neste caso no corredor de uma pré primária. (...) o João conta-me tudo. Ele sempre disse o que se passava na escola ou quando tem algum problema fala comigo por isso. Sempre dei regras muito básicas ao João e ele sabe-as de cor”.*

Apesar destes episódios, a Leonor lamenta ainda outra situação: “ (...) o professor do 1.º ano do meu filho era tão idiota e tão... nem me vou pronunciar... o João tinha de fazer um desenho sobre as pessoas que viviam em sua casa, ele desenhou a mãe, ele próprio, a avó e colocou o meu namorado e escreveu por baixo como ele o tratava. E o professor disse: Não João tens de desenhar tu, a mãe e o teu pai. E o João disse: Mas os meus pais não vivem juntos”. A Leonor revela que não consegue avaliar essa situação com leveza sendo que a situação de Monoparentalidade era já conhecida pela escola (“A informação nas escolas por vezes não circula ou não há esse cuidado, pelo menos neste caso não houve. Eram

informações descritas no processo do meu filho e tudo. O João só agora no 2.º ano, que tem outro menino com a situação de pais separados, antes era o único. Ele chegou-me a dizer que era o único a não ter os pais juntos. E passa por lhes explicar. A publicidade, os livros, coisas que eles têm acesso passam a ideia da família nuclear”). (Anexo 12)

No entanto a experiência e relação escola-família da Leonor e do João também se distingue por aspetos positivos sendo que, conforme revela: “... *na escola acharam que o João, com os 5 anos, a educadora considerou que ele poderia fazer-lhe bem apoio a nível psicológico. E eu considerei a hipótese, mas não queria que fosse pela escola, porque a psicóloga ia estar com ele lá só x minutos e depois passava a outro miúdo e assim sucessivamente, e assim noutra local, penso que poderia haver mais foco nele, e foi-me sugerido procurar informação com a Câmara de Gesin. E um dia por acaso dei de caras com o tal papel no vidro do Serviço de Apoio ao Cidadão e foi aí a oportunidade*”.

A situação da Maria João, com os três filhos, embora marcada por atitudes menos positivas do progenitor, na **relação escola-família existiu sempre uma intervenção eficaz** que foi cumprida: “*Quando nos separamos, toda a gente.... Ou seja, não foi fácil, nós ficamos todos numa situação vulnerável. A escola ajudou nesse processo. Fui eu que fui falar com a escola, informei da situação dos meus filhos, depois também tive situações em relação às reuniões de pais, ao pai querer e achar que de repente também teria voto na matéria, quando nunca tinha ligado. Mas senti sempre muita abertura da parte das escolas dos meus filhos. E quanto aos colegas, eles já tinham nas turmas situações de pais separados. A situação dos miúdos foi muito normal. E eu acho que os meus filhos tinham muita consciência e as pessoas ao nosso redor que nós não estávamos bem. Mas sentiram. Continuava a haver as situações em que o pai combinava ir buscá-los e depois não ia, mas também eram situações que haviam antes de estarmos separados*”.

## **Considerações finais e a Proposta para a criação do Grupo de Apoio às Famílias (G.A.F.)**

Neste projeto, no que respeita aos objetivos alcançados, foi possível maximizar as práticas de encontro entre as famílias monoparentais envolvidas na investigação, dado que se promoveram momentos de encontro e dinâmicas de grupo orientadas para o diálogo e para a abordagem de várias temáticas relacionadas à sua situação de Monoparentalidade.

Foram identificados os trajetos de reconfiguração familiar cujos aspetos transversais mais emergentes são a necessidade de grande organização para assegurar o apoio às diferentes atividades dos filhos e o desejo de passar mais tempo de qualidade com os mesmos. As participantes deste projeto acreditam que o género não deve influenciar a distribuição das tarefas domésticas e foi possível perceber que no seio familiar todos os elementos colaboram no sentido de uma melhor vivência, inclusive pelas menções de que existe responsabilização dos filhos perante os aspetos financeiros.

A compreensão dos dilemas e dificuldades foi também possível, principalmente pelos relatos sobre o quotidiano e pelas acessões enumeradas quanto à multiplicidade de papéis e a responsabilidade de educarem os filhos e terem de tomar decisões de relevo sozinhas.

A individualidade enquanto mulheres, ainda que mães, foi um dos aspetos destacados e que em análise se determina como uma consideração relevante. As participantes desta investigação assumem no entanto que todas as situações que vivenciam, como por exemplo a questão do emprego, se têm de adaptar aos cuidados aos filhos.

De relevar que estas mulheres, embora considerem que a Monoparentalidade deva ser olhada naturalmente, deixam claro que se sentem ainda pouco ajudadas e que os apoios prestados pelos serviços públicos estão ainda muito direcionados para grupos que não correspondem com a conjuntura atual de necessidade de respostas sociais. No fundo, o facto de a Monoparentalidade ser recorrente não é justificação, no olhar destas mulheres,

para serem desconsideradas ou para os apoios serem diminutos ou inacessíveis em tempo útil.

O papel do pai e a rutura conjugal foi outro dos aspetos escrutinados, que permitiu uma perceção sobre a educação dos filhos pela uniparentalidade e como a responsabilidade parental deve ser encarada, mesmo pelos novos vínculos afetivos e a iminência de se tornarem uma família reconstruída.

Estas mulheres, que são o rosto dos vários percursos das famílias monoparentais femininas em Portugal, passaram por violência doméstica e maus tratos e por corridas atrás de apoios socioeconómicos. A nossa conjuntura legislativa, como as mesmas relatam, não acompanha os novos tempos pelo que urge estratégias de melhoramento.

De realçar que as opções metodológicas deste projeto foram bem recebidas pelas participantes. As mulheres deste projeto identificaram como ponto de interesse um possível alcance mais abrangente, no futuro, a outras mulheres e homens, nas mais variadas tipologias familiares.

O planeamento centrado na pessoa e a perceção em grupo das várias circunstâncias permitiu às participantes criarem, umas com as outras, uma rede de suporte que permaneceu mesmo quando findas as sessões e sem intervenção da investigadora.

No caso dos estudos e análises sobre as famílias monoparentais, em Portugal, podem classificar-se como insuficientes, sendo que a maioria apresenta dados estatísticos e avaliações psicológicas. Há uma necessidade de mais investigações e projetos para e realizados com as famílias monoparentais, potenciando a criação de mais grupos de apoio, redes de suporte próprias e testemunhos significativos para que se torne mais fácil viver num país que está claramente em reestruturação social e familiar.

Neste sentido e apresentando o culminar deste projeto de investigação, foi elaborada a Proposta para a criação de um grupo informal de Apoio às Famílias (Anexo 13), com a designação: “Grupo de Apoio às Famílias”, definida pelas mulheres participantes.



Este Grupo tem como principais objetivos proporcionar oportunidades de convívio e de partilha de vivências aos membros de famílias monoparentais, possibilitar a discussão sobre as necessidades, constrangimentos e conquistas coletivamente sentidas, a partir do mote: “Faço parte de um novo tipo de família, e agora?”. O objetivo é conseguir, através de dinâmicas que potenciem a interajuda e aprendizagem coletiva entre estas famílias, designadamente através da troca de informações e de esclarecimentos, o auxílio e a orientação mais rápida e adequada para as respostas sociais do município.

A Proposta, assinada pela investigadora e pelas três participantes deste projeto, foi entregue no dia 23 de outubro de 2018, a uma das responsáveis da Divisão da Ação Social da Câmara Municipal de Gesin, pelo que a mesma referenciou a pertinência do documento e seus objetivos informando que irá transmitir as informações à equipa. Mais descreveu a importância deste tipo de Propostas para complementar a Rede de Apoios Sociais de Gesin e frisou que a Proposta ao GAF será avaliada internamente, relevando que seria uma boa resposta a alargar a todos as suas freguesias.

No dia 17 de dezembro de 2018 a Câmara Municipal de Gesin pela representação da Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social informou que após análise da Proposta estão disponíveis para apoiar na criação efetiva do GAF. Consideram a divulgação do projeto no Portal do Desenvolvimento Social da cidade bem como pela sua Rede Social definindo que o próximo passo seria o contacto mais pormenorizado com a Junta de Freguesia para obtenção do espaço e recursos com vista à dinamização das sessões.

## Referências Bibliográficas

Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva. In Wall, K. & Amâncio, L. (Org.) *Atitudes Sociais dos Portugueses: Família e género em Portugal e na Europa*. (pp.181-210). Consultado em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/28234>

Araújo, H. C. (2007) *Cidadania na sua polifonia: debates nos estudos de educação feministas*. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, n.º25, pp.83-116. Consultado em <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/HelenaAraujo.pdf>

Ariès, P. (1973). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.

Baliana, L. K. (2013). *Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa). Consultado em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7136/2/Tese%20na%20%C3%ADntegra%20L%C3%ADvia%20Baliana.pdf>

Barbour, R. S. & Kitzinger, J. (1999). *Developing Focus Group Research*. SAGE.

Bono, E. (2005). *Os Seis Chapéus do Pensamento*. Cascais, Portugal: Pergaminho.

Borsa, J. C & Feil C. F. (2008) *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*. *Portal dos Psicólogos*. Consultado em [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0419](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419)

Capucha, L. (2010) *Inovação e Justiça Social*. *Sociologia, problemas e práticas*, 63, p. 25-50. Consultado em <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10163/10181.pdf>

Cardoso, C. (2010). *Relação escola-família nas actividades de enriquecimento curricular*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Consultado em <https://ria.ua.pt/handle/10773/1093>

Cardoso, S. (2013). Conciliação família-trabalho em famílias monoparentais: Uma abordagem comparativa de género. (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa). Consultado em

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10800/1/ulsd067977\\_td\\_Sonia\\_Cardoso.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10800/1/ulsd067977_td_Sonia_Cardoso.pdf)

Correia, I. M. (2002). Famílias monoparentais – Uma família, um caso... Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, vol. 18, pp. 241-249. Consultado em <http://www.rpmgf.pt/ojs/index.php/rpmgf/article/view/9884>

Costa, R. P. (2016). Família e Famílias no Portugal contemporâneo. Discursos, trama e textura em perspectiva sociológica. Eborensia, n.º 50, pp. 95-136. Consultado em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/20426>

Coutinho, C. P. (2011). Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática. Coimbra: Edições Almedina.

Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. & Vieira, S. (2009). Investigação-Ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. Psicologia Educação e Cultura, XIII, n.º 2, 455-479. Consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10148>

Delgado, A. & Wall, K. (2014). Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais. Consultado em [https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2015/FamiliasCensos2011\\_a.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2015/FamiliasCensos2011_a.pdf)

Departamento de Prestações e Contribuições. (2017). Guia prático majorações do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e da bonificação por deficiência [famílias com duas ou mais crianças/famílias monoparentais/ crianças e jovens com deficiência em famílias monoparentais] (N08– v4.22). Instituto da Segurança Social. Consultado em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/14407044/N08\\_majoracao\\_montante\\_abono\\_familia\\_crianca\\_s\\_jovens/2e3f3589-bedc-4a92-8ee6-f46101b90d23](http://www.seg-social.pt/documents/10152/14407044/N08_majoracao_montante_abono_familia_crianca_s_jovens/2e3f3589-bedc-4a92-8ee6-f46101b90d23)

Faley, M., Forest, M., Pearpoint, J. & Rosenberg, R. (2011). Toda a minha vida é um círculo. Viseu, Portugal: ASSOL.

Fernandes, A. (s/d). A Investigação-acção como metodologia. Projeto SER MAIS – Educação para a Sexualidade Online, pp. 1-11. Consultado em [http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE\\_Armenio/TESE\\_Armenio/vti\\_cnf/TESE\\_Armenio\\_web/cap3.pdf](http://nautilus.fis.uc.pt/cec/teses/armenio/TESE_Armenio/TESE_Armenio/vti_cnf/TESE_Armenio_web/cap3.pdf)

Fernandes, T.M.S. (2010) Conciliação entre a vida laboral e a vida familiar. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Consultado em <http://ria.ua.pt/handle/10773/1059>

Galego, C. & Gomes, A. A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. Revista Lusófona de Educação, vol. 5, pp. 173-184. Consultado em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1012>

Galinkin, A. L. (2003) Estigma, Território e Organização Social. Revista Espaço & Geografia, v. 6, nº 2, p. 151-179. Consultado em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6081/1/ARTIGO\\_EstigmaTerritorioOrganizaçãoSocial.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6081/1/ARTIGO_EstigmaTerritorioOrganizaçãoSocial.pdf)

Goldberg, M. A. A. (1975) Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. Cadernos de Pesquisa, nº 15. Consultado em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1815>

Gonçalves, M. (2012). A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime Educação, Trabalho e Família: trajetórias de diplomados universitários. (Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro). Consultado em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1105/1/Tese.pdf>

Guadalupe S., Tavares S. & Monteiro R. (2015) Redes de suporte social e (in) acesso a direitos em famílias monoparentais femininas. Serv. Soc. Rev., v.17, nº2, p.41-63. Retrieved from [https://www.academia.edu/19870459/Redes\\_de\\_suporte\\_social\\_e\\_in\\_acesso\\_a\\_direitos\\_em\\_famílias\\_monoparentais\\_femininas](https://www.academia.edu/19870459/Redes_de_suporte_social_e_in_acesso_a_direitos_em_famílias_monoparentais_femininas)

Guba, E. G. (1990). The paradigm dialog. Newbury Park (CA): Sage Publications.

Habermas, J. (1974). Theory and practice. London: Heineman.

Hollander, J. (2004). The social contexts of focus groups. *Journal of Contemporary Ethnography*, 33, n. º 5, 602-637. Consultado em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0891241604266988>

Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclusão. In S. Sawaia. ( Org.) *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 53-66). Petrópolis: Vozes. Consultado em <https://www.researchgate.net/publication/324969419/download>

Jorge, N. (2008) *Papel Social e Estatuto Social*. Escola superior de gestão de Santarém. Consultado em <http://wikischoolprojects.wikispaces.com/file/view/Sociologia+-+Papel+e+estatuto+social.pdf>

Lucas, M. (2012). *Forças nas Famílias Monoparentais Femininas* (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga). Retrieved from <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/107/1/DissertaçãoMarianaLucas2012.pdf>

Marinho, S. (2014). *Famílias Monoparentais em Portugal: linhas de continuidade e de transformação nas duas últimas décadas*. In APS (Ed.), *Actas do VII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas*. Évora: APS. Consultado em <http://hdl.handle.net/10451/20831>

Marinho, S. (2011) *Paternidades de hoje: Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada* (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa) Consultado em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760\\_td\\_Sofia\\_Marinho.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760_td_Sofia_Marinho.pdf)

Moura, L. (2016) *As representações da biblioteca prisional: o olhar do presidiário*. (Trabalho de conclusão de curso Bacharelado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado em <http://www.pantheon.ufRJ.br/bitstream/11422/175/1/Projeto%20final%20Leandro%20Moura.pdf>

Nascimento, I., Menezes, I., & Coimbra, J. L. (2004) *O binómio trabalho-família e os limites da ubiquidade: uma nova competência em equação*. Universidade do Porto, pp.157-171.

Consultado

em

[https://www.researchgate.net/publication/306080218\\_O\\_BINOMIO\\_TRABALHO-FAMILIA\\_E\\_OS\\_LIMITES\\_DA\\_UBIQUIDADE\\_UMA\\_NOVA\\_COMPETENCIA\\_EM\\_EQUACAO\\_T](https://www.researchgate.net/publication/306080218_O_BINOMIO_TRABALHO-FAMILIA_E_OS_LIMITES_DA_UBIQUIDADE_UMA_NOVA_COMPETENCIA_EM_EQUACAO_T)  
[he work-family binomial A new competence to be equated](#)

Pardal, L. & Lopes, E. S. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal Editores.

Pearpoint, J., O'Brien, J. & Forest, M. (2009). PATH: Manual para planeamento de futuros positivos e possíveis para escolas, organizações, empresas ou famílias. Viseu, Portugal: ASSOL.

Pinto, J. (2012) Inclusão: utopia ou realidade - Perspectivas de professores e pais sobre práticas inclusivas (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica portuguesa - Centro regional das Beiras) Consultado em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11953/1/Inclus%C3%A3o%20-%20Utopia%20ou%20realidade.pdf>

Poeschll, G. A., Ribeiro, R. & Oliveira, N. (2018) Princípios organizadores, habitus e práticas familiares. Cadernos Pesquisa, vol. 48, n.º 167. Consultado em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742018000100070&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742018000100070&script=sci_arttext)

Ramos, V., Atalaia, S., & Cunha, V. (2016). Vida familiar e papéis de género: atitudes dos portugueses em 2014 (Research Brief 2016). OFAP - Observatório das Famílias e das Políticas de Família / ICSULisboa. Consultado em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/24473?mode=full>

Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. Revista da Faculdade de Letras : Sociologia, vol. 10, p.173-202. Consultado em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id260&sum=sim>

Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2, n.º 2, 46-71. Consultado em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>

Saraceno, C. (1997) *Sociologia da Família*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa

Sawaia, B. (2001) *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Segalen, M. (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa, Portugal: Terramar

Segurança Social. (2018). Consultado em <http://www.seg-social.pt/inicio>

Silva, A. (2015). *Violência contra mulheres em contexto íntimo de namoro. Olhares no feminino*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto). Consultado em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/83046/2/120007.pdf>

Silva, I. S., Veloso, A. L. & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, 175-190. Consultado em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502014000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502014000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

Smithson, J. (2007). Using focus groups in social research. In P. Alasuurtari et al. (Eds.), *The Handbook of Social Research Methods* (356-371). Consultado em <https://www.researchgate.net/publication/224969042/download>

Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wall, K., José, S. J. & Correia, S. V. (2002). Mães sós e cuidados às crianças. *Análise Social*, XXXVII, 631-663. Consultado em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873329401mDQ4ef9Yu25VZ8.pdf>

Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal*. Lisboa, Portugal: Imprensa de ciências sociais.

Wall, K. (2003). Famílias Monoparentais. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 43. Consultado em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n43/n43a04.pdf>

Wall, K. & Lobo, C. (1999) Famílias Monoparentais em Portugal. Análise Social, vol. XXXIV, p. 123-145. Consultado em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218798759Z2nPW8zm0Lh75WI5.pdf>

Wall, K., Aboim, S. & Cunha, V. (2010) A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Wall, K., José, J.S. & Correia, S.V. (2002). Mães sós e cuidados às crianças. Análise Social, vol. XXXVI, p. 631-663. Consultado em [https://www.jstor.org/stable/41011689?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41011689?seq=1#page_scan_tab_contents)

Wall, K., Cunha, V., & Ramos, V. (2014). Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011. In. Wall, K. & Delgado, A. (Org.) Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança. (pp.43-64). Consultado em <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/index.php/publicacoes/livros/93-familias-nos-censos-2011>

Wilkinson, S. (1999). Focus groups: A Feminist Method. Psychology of Women Quarterly, 23, 221-244. Consultado em <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1111/j.1471-6402.1999.tb00355.x>

### **Legislação:**

Decreto-Lei n.º 87/2008. Consultado em <https://dre.pt/application/file/a/449026>

Lei n.º 61/2008 de 31 de Outubro - Altera o regime jurídico do divórcio. Consultada em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/439097/details/maximized>



## ANEXOS

Dissertação de Mestrado em Educação e Formação  
Educação Social e Intervenção Comunitária

julho 2018

### **FICHA DE CARATERIZAÇÃO**

Solicita-se o preenchimento desta ficha de caracterização que inclui dados importantes para o retrato de cada um das mães presentes neste projeto de mestrado. Nas respostas de escolha múltipla assinale as respostas com um  .

Obrigada pela sua colaboração.

Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Habilitações (nível de escolaridade):

\_\_\_\_\_

Freguesia de residência:

\_\_\_\_\_

Tipo de residência:

Residência própria

Residência alugada

Residência de familiares

Residência cedida

Outra. Indique: \_\_\_\_\_

**Agregado Familiar (incluir todas as pessoas que vivem consigo)**

Grau de parentesco/relação	Idade	Sexo
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		

**Ano de escolaridade do(s) filho(s)**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Que idade(s) tinha quando foi mãe?**

\_\_\_\_\_

**Tem irmãos?**

Sim

Não

Se sim, que idades tem/têm? \_\_\_\_\_

**Atividade profissional:**

Por conta de outrem

Por conta própria

Desempregada

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**Profissão:**

(Indicar também outro (s) trabalho (s) que execute atualmente, remunerados, que não sejam declarados)

\_\_\_\_\_

**Quando começou a recorrer ao S.A.C. – Serviço de Apoio ao Cidadão?**

\_\_\_\_\_

**Que apoios sociais, económicos, ... tem atualmente?**

Abono

Cabaz de natal

Tarifa social luz

Tarifa social água

Apoio à renda

Cabaz mensal

Fundo de investimento

Rendimento Social de Inserção

Outro(s). Indique: \_\_\_\_\_

**Dos apoios acima, já recebeu algum no passado e que atualmente já não esteja a receber?**

**Indique:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Consentimento Informado

Chamo-me Catarina Miranda e venho solicitar a sua participação no projeto: "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", que estou a desenvolver no âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação e Formação (Educação Social e Intervenção Comunitária), da Universidade de Aveiro. Este projeto tem como principal objetivo criar condições para que famílias monoparentais femininas, da Cidade da Maia, possam partilhar experiências decorrentes da sua condição familiar e encontrar dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, de modo a ultrapassar eventuais barreiras socialmente impostas.

Assim, peço-lhe o seu consentimento informado para participar neste projeto, que implicará:

- A sua participação voluntária, sendo que pode recusar-se a continuar a qualquer altura ou em alguma atividade proposta.
- Várias reuniões com outras participantes, previsivelmente 1 reunião semanal durante 2 meses, com uma duração aproximada de 1h30m, em dias e horas a acordar entre todas.
- Captação gravada de som e imagem para posterior transcrição, integral ou parcial, no âmbito exclusivo da investigação em curso, sendo garantida a CONFIDENCIALIDADE das informações obtidas e o seu ANONIMATO.

Declaro que fui devidamente esclarecida e informada sobre os objetivos do projeto "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", conduzido por Catarina de Almeida Miranda, e que aceito nele participar.

Maia, 63 março de 2018

A Participante,

\_\_\_\_\_

## Consentimento Informado

Chamo-me Catarina Miranda e venho solicitar a sua participação no projeto: "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", que estou a desenvolver no âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação e Formação (Educação Social e Intervenção Comunitária), da Universidade de Aveiro. Este projeto tem como principal objetivo criar condições para que famílias monoparentais femininas, da Cidade da Maia, possam partilhar experiências decorrentes da sua condição familiar e encontrar dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, de modo a ultrapassar eventuais barreiras socialmente impostas.

Assim, peço-lhe o seu consentimento informado para participar neste projeto, que implicará:

- A sua participação voluntária, sendo que pode recusar-se a continuar a qualquer altura ou em alguma atividade proposta.
- Várias reuniões com outras participantes, previsivelmente 1 reunião semanal durante 2 meses, com uma duração aproximada de 1h30m, em dias e horas a acordar entre todas.
- Captação gravada de som e imagem para posterior transcrição, integral ou parcial, no âmbito exclusivo da investigação em curso, sendo garantida a CONFIDENCIALIDADE das informações obtidas e o seu ANONIMATO.

Declaro que fui devidamente esclarecida e informada sobre os objetivos do projeto "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", conduzido por Catarina de Almeida Miranda, e que aceito nele participar.

Maia, 3 março de 2018

A Participante,



## Consentimento Informado

Chamo-me Catarina Miranda e venho solicitar a sua participação no projeto: "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", que estou a desenvolver no âmbito da Dissertação de Mestrado em Educação e Formação (Educação Social e Intervenção Comunitária), da Universidade de Aveiro. Este projeto tem como principal objetivo criar condições para que famílias monoparentais femininas, da Cidade da Maia, possam partilhar experiências decorrentes da sua condição familiar e encontrar dinâmicas e mecanismos de suporte mútuo, de modo a ultrapassar eventuais barreiras socialmente impostas.

Assim, peço-lhe o seu consentimento informado para participar neste projeto, que implicará:

- A sua participação voluntária, sendo que pode recusar-se a continuar a qualquer altura ou em alguma atividade proposta.
- Várias reuniões com outras participantes, previsivelmente 1 reunião semanal durante 2 meses, com uma duração aproximada de 1h30m, em dias e horas a acordar entre todas.
- Captação gravada de som e imagem para posterior transcrição, integral ou parcial, no âmbito exclusivo da investigação em curso, sendo garantida a CONFIDENCIALIDADE das informações obtidas e o seu ANONIMATO.

Declaro que fui devidamente esclarecida e informada sobre os objetivos do projeto "Monoparentalidade feminina - uma realidade atual", conduzido por Catarina de Almeida Miranda, e que aceito nele participar.

Maia, 17 março de 2018

A Participante,

---

## Anexo 3 – Notas de campo das sessões realizadas

### 17/03/2018 - sábado com início às 14h00 - segunda sessão

Aquando do início da sessão as mães estavam a falar entre elas sobre questões de emprego mostrando-se indignadas quanto a situações de discriminação.

A sessão iniciou com a apresentação da Maria João e nova menção da investigadora aos objetivos deste projeto de investigação, exibindo o consentimento informado e entregando-o para assinatura conforme já combinado. Enquanto a Maria João lia o documento e assinava, a investigadora questionou as mães sobre se estava tudo bem e se tinham tido umas boas semanas até então, as mães responderam de modo afirmativo e reciprocamente questionaram o mesmo à investigadora. Aproveitando esse momento, a investigadora explanou à Maria João que as outras mães tinha solicitado para se tratarem todas por “tu”, ao que a mesma também concordou, ficando assim estabelecida a forma de tratamento confortável a todos os intervenientes.

Entretanto, após assinatura do consentimento por parte da mãe que faltava (anexo 2), a investigadora aproveitou o assunto que as mães falavam antes do início da sessão e deu o mote para se discutir o facto das imposições laborais explorando-se essa dinâmica juntamente com acessões sobre discriminações sentidas em contexto de trabalho.

Abordou-se também o conceito de família que estas mães têm, em que a Leonor afirmou que *“nenhuma de nós sonharia na vida estar sozinha com os filhos”*.

A Iolanda refutou, mencionando que no fundo ela espectava essa situação, emocionando-se com descrições e intervenções das outras mães sobre a rede de suporte que tinham. Todas ficaram sensíveis ao facto de a Iolanda ter uma rede de suporte maioritariamente de amigos e pouco apoio da família, pelo que o grupo de discussão focalizada seguiu sobre o tema da rede de suporte terminando o debate já com risos da parte da Iolanda.

A investigadora introduziu na conversa 5 imagens de publicidades (anexo 12) que se revelaram bastante conhecidas de todas, para se discutir com mais ênfase as visões sobre a família e a própria cultura que pode emergir do conceito. Foi debatido o fator dos quatro

elementos numa família e que seria a imagem mais comum, ao que a Leonor referiu que *“as pessoas preferem viver com umas palas”*.

A imagem que apresenta uma mãe sozinha com os filhos, fez a Leonor intervir mencionando que nos tempos antigos, a não ser por caso de viuvez, ser algo impossível e foi refletido em grupo o facto de esta imagem ser muito importante para famílias monoparentais pois todas se identificaram com ela.

A imagem que mostra o pai a dar comida à criança, reflete o caso, no oposto do género, e as mães mostraram-se praticamente sem reações expondo apenas a normalidade da possível situação e a Iolanda inclusive declarou que iria sem problemas para casa só cuidar dos filhos como seu trabalho a tempo inteiro. A intervenção gerou discórdia por parte da Leonor que disse *“ninguém merece só estar em casa a cuidar de crianças”*. Esta imagem originou então acessões relevantes sobre o papel de mãe e do pai mas também um tom mais crítico e expressivo da parte das participantes que culminou com a partilha da Maria João: *“o meu filho tinha uma festa de anos, eu tinha de lhe pedir dinheiro para comprar não sei o quê (...) isso era humilhação, porque eram coisas que não eram só dele, eram comuns, eram para os nossos filhos, por isso hoje é simples, não tenho, não faço”*.

As restantes duas imagens despoletaram discussão sobre a tipologia de família nuclear e anuências sobre os novos tipos de famílias e ainda suscitou que a Maria João considerasse o problema de todas as conceções culturais: a definição da palavra família. Seguiram-se testemunhos sobre a vida familiar e sobre o papel do pai na vida dos filhos.

Terminou-se a sessão questionando-se as mães sobre se tinham telemóvel e se o mesmo tirava fotografias, ao que todas confirmaram. Desta forma, foi-lhes solicitado tirarem fotografias durante os próximos dias, até à próxima sessão, que refletissem momentos em que realmente se sentem sozinhas e se lembram da monoparentalidade. As mães aceitaram a proposta e mostraram-se interessadas nesta tarefa. A Leonor questionou ainda se a investigadora tinha redes sociais e após confirmação dessa informação gerou-se um momento de troca de contactos e inclusive foi criado um grupo no whatsapp, que se tornou a principal forma de comunicação para combinar as sessões. As mães ficaram também de enviar para a plataforma de whatsapp as fotografias relativas à tarefa.



07/04/2018 - sábado com início às 14h00 - terceira sessão

A Leonor não conseguiu estar presente nesta sessão por motivos pessoais.

Iniciou-se a sessão questionando se estava tudo bem e sobre como tinham passado a Páscoa, o que desde logo as mães responderam ter sido tudo normal e a Maria João mencionou logo não ter conseguido tirar as fotografias, da tarefa proposta na sessão anterior. A Iolanda interveio dizendo que também não o fez. A investigadora referiu não existir qualquer problema e que por ter percebido os constrangimentos que isso poderia trazer, iríamos durante as sessões falar sobre todas as temáticas pretendidas e inserir atividades e dinâmicas durante as mesmas não sendo destinadas tarefas de sessão para sessão.

As mães concordaram e inclusive a Maria João referiu que pensou na tarefa e que podemos falar sobre isso de se sentirem sozinhas ou de em alguns momentos ser mais difícil a Monoparentalidade. Deu o exemplo do seu carro que tinha avariado naquela semana e que ela não sabia bem o que fazer ou a quem recorrer.

Entretanto, no decorrer da sessão, abordou-se a questão do papel de chefe de família, a rutura conjugal que no caso da Iolanda foi mais a não situação conjugal, pelo pai da filha nunca ter feito parte da vida delas. A mesma referiu no entanto já ter sido casada, lamentando a situação: *“Eu já fui casada, eu tenho sempre vergonha de dizer isso”*.

O quotidiano com os filhos foi outra temática abordada em que a Iolanda exemplificou a visão da filha sobre conceitos familiares dizendo que ela *“sabe que existe o pai de sangue, quem a fez, e que existe o pai do coração que é o pai que cuida, sabe fazer essa diferença”*.

A rede de suporte foi outro tema chave bem como a conjuntura legislativa atual, que mereceu um desabafo da Maria João: *“...eles fogem dessas responsabilidades e nós der lá por onde der a comida tem de estar na mesa”*.

Finalizou-se a sessão com agradecimento pela presença e verificamos disponibilidades para as sessões seguintes. A investigadora ficou encarregue de enviar uma mensagem no grupo de whatsapp a lembrar da sessão e com o horário exato, após confirmar informações também com a Leonor.

**28/04/2018 - sábado com início às 14h30 - quarta sessão**

A sessão iniciou-se com a notícia que a Maria João não iria conseguir vir a mais sessões nos próximos tempos, muito embora tenha deixado claro o seu interesse em contribuir com testemunhos e a voltar a estar com o grupo, pelo que iria continuando a comunicar connosco pelo *whatsapp*.

Nesta sessão, com a Iolanda e a Leonor, foi então explorada a questão dos apoios sociais e económicos que as mesmas detinham, tendo sido também indicada a questão da discriminação.

A Leonor refletiu sobre o estado dos apoios no nosso país expondo o facto de se sentir muitas vezes discriminada em relação a outros grupos ou indivíduos desde logo denominados como minoritários e que ela considera receberem mais ajudas. A Iolanda foi revelando a posição do pai da filha no que respeita à pensão de alimentos e sem dúvida que o assunto em causa gerou revolta e muito debate em torno dos serviços públicos.

De identificar um desabafo da Leonor: “... *vou dar só sopa e pão ao meu filho todos os dias?*”, que despoletou identicamente comentários da parte da Iolanda: “*a minha filha é saudável, imagino aquelas famílias monoparentais que têm filhos com outras complicações...*”.

Foi introduzido na sessão, para focar a discussão para a rede de suporte, o Círculo dos Amigos, sendo que a investigadora apresentou uma cartolina previamente preparada com o esquema dessa atividade, para cada mãe. Foi explicado às participantes o âmbito da utilização deste Círculo e instruções de preenchimento.

A Leonor propôs de imediato começar ela, ao que a Iolanda concordou e foi pedido à investigadora para escrever enquanto ditavam.

Foi preenchido o Círculo de Amigos da Leonor (imagem 6) destacando-se que aquando de completar o círculo da intimidade existiu muita emoção e inclusive lágrimas que a participante reportou serem de felicidade. A Leonor optou por não integrar alguns serviços públicos que intervêm na sua vida com ajudas, considerando serem aspetos de obrigatoriedade e não de solidariedade ou sobre as quais a mesma suste apreço. Referiu que este círculo era muito interessante e que “faz-nos visualizar o que nós temos na vida”.

Pelas más experiências com certos serviços públicos a Leonor acrescentou ainda sobre esse assunto que “há pessoas sem gosto pelo que fazem (...) quando escolhes uma profissão no meio social devias ter como premissa ajudar os outros, não tratar os outros com frieza”. Durante a atividade, a mesma também reiterou para a investigadora continuar a tratá-la por tu, conforme pedido anteriormente, sendo que ela gostava mais, ao que a mesma anuiu pedindo desculpas por ainda não ter conseguido abolir por completo o “você” justificando-se por ser um contexto da investigação.

Entretanto, após a Leonor considerar o seu Círculo completo, iniciou-se o preenchimento do Círculo da Iolanda (imagem 7) que desde logo expressou: “ O meu vai ser muito pequenino”. Durante o preenchimento surgiu o nome dos pais de Iolanda que a mesma referiu, emocionada, ter de os colocar, apesar de tudo, pois conforme narra: “eu consigo perdoá-los, ou estou a conseguir perdoar-me a mim, no fundo”. De destacar a compaixão da Leonor durante esta fase de preenchimento do Círculo da Iolanda mencionando a coragem inerente.

Na fase final de preenchimento a Iolanda diz orgulhar-se de si própria e considerar ter um bom coração. Ambas se emocionaram e Leonor refere que este Círculo dos Amigos está a ser muito emocional, até que se gerou riso de acessão geral que coincidiu com o final da atividade.

Finalizou-se a sessão agradecendo a presença das participantes e foi agendada a próxima sessão, lamentando-se a falta de disponibilidade da Maria João para estar presente, enfatizando-se no entanto a sua atenção em avisar da situação e em querer continuar a fazer parte desta investigação. Apesar dos condicionamentos de datas apresentados, pelo facto de a Leonor ser operada nas próximas semanas, decidiu-se novamente pelo sábado dali a uma semana.

#### **05/05/2018 – sábado com início às 14h30 – quinta sessão**

Nesta sessão como já assumido, estiveram presentes a Leonor e a Iolanda, sendo que foi iniciada pelo questionamento de como tinha sido a semana das participantes uma vez que a investigadora as notou cansadas. A Leonor mencionou estar bem mas que tinha sido uma

semana intensa de trabalho. A Iolanda expôs ao grupo que já tinha tratado da cessação de atividade durante aquela semana e que já estava envolvida num curso do IIEFP, oportunidade que surgiu logo de imediato e que conseqüentemente foi um tópico que se tornou matéria de explorar nesta sessão.

Como no dia seguinte se realizava o Dia da Mãe, a investigadora aproveitou a ocasião para questionar as participantes sobre o que era para elas ser mãe. As participantes desenvolveram o assunto falando da sua visão sobre esse conceito, que atribuem como sendo uma missão, mas também mencionaram a questão da rutura conjugal rematando com o facto de serem mulheres ainda que mães.

A Leonor asseverou que ser mãe *“é viver com o coração nas mãos todos os dias”* e a Iolanda numa das suas intervenções sobre estipular prioridades e sobre fragilidades económicas ainda referiu *“olha que carteira bonita, mas a Maria precisa de uns ténis”*.

No sentido da discussão e apelando novamente ao Planeamento Centrado na Pessoa, conforme anteriormente com o Círculo dos Amigos, a investigadora apresentou o *Path*.

Foi explicado o campo de ação desta técnica e dadas as indicações de como era preenchido, o que desde logo suscitou curiosidade das participantes. Foi decidido de imediato tentar começar a preencher o *Path* de cada uma, ainda que obtivéssemos uma adaptação do referido *Path*, mas que era algo que as mães queriam avançar por lhes parecer uma dinâmica interessante. Assim, com os cartazes para o *Path*, afixados na parede, a Leonor incentivou a Iolanda a ser ela, desta vez, a iniciar a atividade.

Durante o preenchimento do *Path*, também pelo método da participante ditar e da investigadora apontar no cartaz, se percebeu a intensidade emocional da atividade sendo que a Iolanda referiu: *“O que eu passei é o que eu vou fazer os possíveis para que a minha filha não passe”* isto em simultâneo com a sua definição de serenidade, paz, tranquilidade como estrela polar. A Iolanda foi exemplificando algumas situações do seu quotidiano como a questão de pedir aos pais para ficarem com a filha, por exemplo de 15 em 15 dias e de os mesmos fazerem uma pausa antes de responderem e depois concluírem que só uma vez por mês é que lhes dava jeito, tendo ela ficado triste referindo *“Para que é que eu vou pedir mais então? Eu também tenho o meu orgulho”*. No seguimento de considerações sobre a sua posição na vida na atualidade e dado considerar-se alguém que aceita que precisa de

passar por turbilhões para chegar à estrela polar” foi também possível ouvir alguns desabafos sobre a sua espiritualidade e a mesma ainda refletiu sobre honestidade: *“Eu não minto, nem penso em mentir a ninguém, porque sei que nesse momento a primeira pessoa a quem estou a mentir é a mim própria”*.

Enquanto o Planeamento era o da Iolanda, a Leonor foi seguindo atentamente o processo e intervindo dizendo que achava que eram parecidas no facto de serem atentas às pessoas, no entanto que ambas precisavam que as pessoas também tivessem um pouco de atenção para com elas, darem o seu apoio. Terminado o preenchimento a mesma ainda comentou: *“Que mapa tão bonito, o meu vai ser muito monótono ao lado do teu”*.

Foi lido pela investigadora o *Path* da Iolanda (imagem 8) seguindo a cronologia das acessões. Após esta exposição a Iolanda disse que foi difícil considerar estes passos. Expôs ainda que se existisse uma rede de suporte mais eficaz no seu caso, aludindo também ao seu atual namorado e a certas inconformidades nesse relacionamento, seria mais fácil, mas que estava contente por ter definido o caminho e que iria ter sempre isto em conta para passo a passo atingir os seus objetivos.

De seguida, iniciou-se o *Path* da Leonor, que desde logo definiu a sua estrela polar como querendo ser feliz emocionando-se assim que referiu essa resolução. A espiritualidade foi também um aspeto presente neste mapa da Leonor, encontrando neste ponto comum as participantes um motivo para se abraçarem e olharem quando ambas mencionavam alguns aspetos coincidentes. Não existiram praticamente comentários durante o preenchimento deste *Path* mas no final, aquando da leitura do mesmo pela investigadora, a Leonor mencionou: *“Sabes ouvir-te dizer isso (...) fez-me sentir outra pessoa, alguém que não me conheça iria pensar que eu sou alguém muito sozinha, o que não é, mas funciona mesmo assim para atingir essa estrela polar”*.

Emocionadas olhando para os seus *Path* ainda afixados na parede, as mães agradeceram por aquele momento e dada a duração das sessões conforme planeado, a investigadora deu a sessão por terminada agradecendo a presença das participantes. Tanto a Leonor com a Iolanda referiram estarem orgulhosas de si por tudo o que já foi partilhado nas sessões e pelas reflexões que lhes tem sido permitido fazerem sobre os mais variados tópicos da Monoparentalidade. Mostraram ainda interesse de repetir o *Path* no futuro para determinar

avanços no seu caminho até à estrela polar. A investigadora desejou um bom dia da mãe, a realizar-se no dia seguinte e foi agendada a sessão da próxima semana, tendo as mães despedindo-se com um abraço enquanto saíam do local.

#### **10/05/2018 – quinta-feira com início às 18h30 – sexta sessão**

A sessão iniciou-se como habitualmente, contando no entanto com uma diferença no dia e horário visto que, após novo apuramento de disponibilidades se identificou que após as 18h poderiam ser feitas as sessões deixando as mesmas de se realizar ao sábado.



Esta sessão ficou marcada também por “ajudantes” ao discurso, “Os seis chapéus do pensamento” de Edward de Bono para focalizar as ideias e incitar tópicos estruturados sobre a Monoparentalidade. Esta técnica foi apresentada às participantes e depois de forma efetiva foram entregues 5 figuras a cada uma, conforme imagem acima, que representavam chapéus das cores distintas conforme a sua realidade constante da metodologia, deixando a 6.ª figura (chapéu azul) para a investigadora.

Foi abordada a questão dos novos vínculos afetivos, a violência e maus tratos, a relação escola-família bem como a conjuntura legislativa e propostas de futuro e possível criação de um grupo de apoio às famílias, em Gesin.

De chapéus em punho, foi discutida nesta sessão a discriminação social e familiar, novamente à tona com o tópico da rede de suporte e os apoios sociais e económicos.

De referir que as acessões consoante os chapéus utilizados foram de um enorme interesse para a investigação uma vez que as participantes tentaram ao máximo cumprir as indicações desta técnica. O chapéu vermelho respeitante ao pensamento mais emocional foi aquele que suscitou mais intervenções e que apesar do ambiente controlado, aquele que demorou mais tempo.

Antes de se dar por terminada a sessão, voltou-se a empunhar o chapéu azul, pensamento organizador e foi questionado às mães se havia algo que considerasse acrescentar sobre a Monoparentalidade feminina, alguma consideração extra sobre a técnica dos chapéus ou algo que quisesse perguntar uma à outra no âmbito do grupo de discussão focalizada em causa. No seguimento, a Leonor, embora introduzindo o pensamento, questionou: *“Eu se não conhecesse a lolanda, isto porque eu sinto que já nos conhecemos, tivemos juntas 5 ou 6 vezes mas é como se a conhecesse, perguntaria: Se voltasses atrás fazias tudo igual ou mudavas alguma coisa? Mas eu sei que ela fazia”*. Após anuência da lolanda e risos entre as duas, a Leonor acrescentou o apreço que tem pela sua coragem e por tudo aquilo que passou mencionando *“... ainda por cima quando a própria mãe esteve contra ela, eu acho que ela tem o dom do perdão”*. A lolanda, por sua vez, não quis perguntar nada pois referiu *“Eu acho que nós aqui fomos muito abertas, temos dito tudo”* mas entretanto após descrição de empatia que ambas identificaram, acrescentou: *“Eu acho e pelo que já vi, a Leonor está muito bem (...) se ela estivesse aqui deprimida ou a chorar pelo passado eu era a primeira a dizer para deixar essa negatividade, mas ela está tão bem resolvida que eu só posso valorizar”*.

A sessão terminou com os habituais agradecimentos e agendou-se nova sessão.

## 16/05/2018 – quarta-feira com início às 18h30 – sétima sessão

Esta sessão teve como pontos a evidenciar o conceito de família e os seus tipos. Iniciou-se com uma conversa praticamente informal incitada pela Iolanda contando que estava prestes a iniciar as aulas práticas no curso que frequenta no IEFP e mostrando-se muito entusiasmada por essa nova fase. As participantes mostraram também a sua preocupação sobre o facto de a Maria João ainda não ter conseguido disponibilidade para as sessões mas a investigadora tranquilizou-as referindo que se tal não for possível, irá tentar uma sessão extra mais tarde, aquando das suas férias, em horário conveniente com ela, para ouvir os seus contributos e trabalhar alguns aspetos já dinamizados nas sessões.

A sessão prosseguiu e também as questões de género e os novos vínculos afetivos foram referidos nas intervenções. Relativo ao conceito de família a investigadora entregou um papel a cada uma das participantes para que ambas escrevessem sucintamente qual a sua perspetiva do conceito de família. Foi solicitado à investigadora essa redação ser por tópicos ao que a mesma anuiu. Após uns minutos para essa tarefa, as mães leram em voz alta o que tinham escrito, sem que lhes fosse indicado e gerou-se um momento interessante entre ambas com o conceito de família com facilitador.

Foi introduzido pela investigadora o tópico da relação escola-família e foram explicitadas questões como o apoio dos professores à situação de Monoparentalidade, à perceção de necessidade de apoio psicológico mas também outras situações relativas ao acompanhamento ao estudo dos filhos em casa.

Em sentido de remate da sessão, a investigadora solicitou ainda, apresentando um cartaz pré-preparado dividido em dois, para que cada uma fosse escrevendo 3 aspetos positivos e 3 aspetos menos positivos ou mais complexos de lidar na sua situação de Monoparentalidade.



Ambas referiram ser mais difícil escrever do que me exporem oralmente estas questões mas concordaram com a atividade e completaram a tarefa ficando com uma perspetiva de que é mais imediato identificarem aspetos positivos do que negativos.

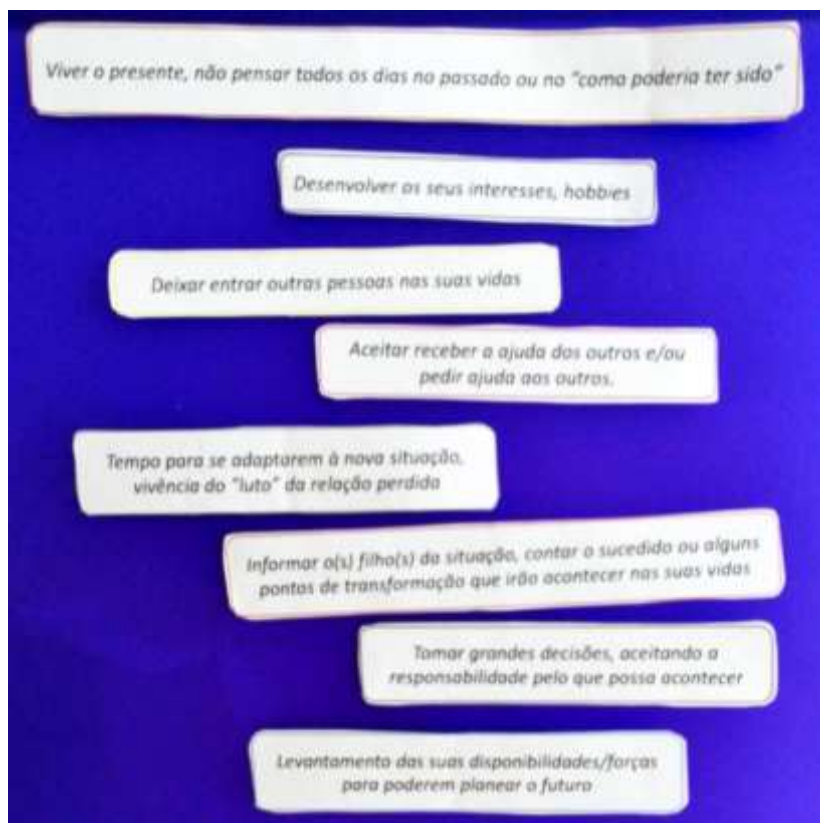
Finalizou-se a sessão com os agradecimentos pela comparência e agendou-se a próxima sessão, continuando a saber-se que a Maria João não conseguiria estar presente.

### **22/05/2018 – terça-feira com início às 18h30 – oitava sessão**

A sessão ficou marcada pela discussão do atual papel do pai na vida dos filhos, das dinâmicas familiares no quotidiano, do tópico da rede de suporte quase que sempre implícito e da discriminação social e familiar.

De destacar que a sessão se iniciou com a confirmação da investigadora à Leonor que na próxima sessão a iria buscar a casa uma vez que a mesma seria operada nos próximos dias à mão e não conseguiria conduzir. A investigadora questionou ainda a Iolanda se queria que na passagem também a fosse buscar, ao que a mesma referiu não ser necessário pois viria cá ter.

Nesta sessão foi notório o laço que já une estas duas mães e que durante acessões sobre os vários tópicos se transparecia por frases de estima e consideração como a constatação da Leonor: *“A Iolanda na situação que mais precisava, na situação mais complicada não teve ajuda de ninguém”* ou a consideração da Iolanda: *“Nós temos direito de sermos quem somos e de nos aceitarmos, por mais dificuldades que a gente tenha passado ou passe...”*.



Nesta sessão foram dispostos, na mesa, conforme imagem acima, papéis com frases de um excerto de um artigo (Correia, 2002), respostas para a questão “ De que precisam as famílias monoparentais?”, para análise conjunta. A Leonor expôs de imediato a sua opinião referindo que não existe uma fórmula ou uma lista do que elas precisam e indicou que devem ser distinguidos os tipos de família monoparental, as causas, pois o seu caso é por divórcio mas pode existir alguém que seja por viuvez. Mesmo assim, ambas quiseram avaliar as frases e decidiu-se que pegaria cada uma, à vez, num dos papéis que quisessem e iríamos falar sobre os mesmos, tendo-se assim definido um alinhamento aleatório da discussão. Porém, em conjunto identificaram logo o papel que mencionava “*Tempo para se adaptarem à nova situação (vivência do luto da relação perdida)*” e quiseram excluí-lo, dizendo, sob risos: “ Não houve grande adaptação porque no nosso caso foi uma decisão que nós tomamos” e “Nós não temos tempo para isso”.

Finda a discussão sobre cada uma das frases decidimos terminar a sessão e combinar a próxima, que conforme acordado, será a de balanço deste projeto de investigação.



As mães trocaram ainda algumas palavras de valor emocional, pelo que a Iolanda referiu: *“Eu da Leonor tiro que ela é uma mãe emocionalmente estável, uma mãe como sei que há muitas que não são (...) que incondicionalmente tira a camisa dela ou o que for preciso para o filho”* e a Leonor retribuiu dizendo: *“Para mim a Iolanda é uma das mães mais corajosas que eu conheço”*. Após este momento ambas sorriem mas a Leonor emociona-se e continua muito comovida: *“A Iolanda enfrentou muito e ainda na altura em que tinha um feijãozinho na barriga (...) há uma coisa que ninguém nos pode tirar que é sermos excelentes mães”*.

A sessão continuou sobre os tópicos já identificados e as mães ainda enfatizaram propostas como o Grupo de Apoio às Famílias na Cidade de Gesin e também por exemplo a supressão, nas escolas, da celebração do Dia do Pai e da Mãe para ao invés existir o dia da família ou com sugeriram: *“O dia de quem gosta de mim”*.

Finalizou-se a sessão com agradecimentos por todo o apoio e disponibilidade, as mães mencionaram ter gostado imenso de fazer parte desta investigação e que querem sem dúvida marcar mais convívios inclusive agora que já fora deste âmbito também com os filhos envolvidos. A investigadora referiu a sorte que teve com estas participantes e disse que pela excelência das intervenções seria importante talvez, após análise do constante principalmente nesta última, se adaptar alguma das ideias numa proposta concreta a apresentar na Cidade de Gesin. Ficaram de se contactar via *whatsapp* e também de se esperar pela sessão com a Maria João para avançarmos com a possível sessão para idealizar uma proposta. Seguiram-se ainda mais de 10 minutos, entre o levantar da mesa e o caminho até à porta de saída com gargalhadas e conversa informal sobre o quotidiano que culminou num abraço triplo. A investigadora levou a Leonor a casa.

#### **05/07/2018 – quinta-feira com início às 15h00 – décima sessão**

Esta sessão aconteceu durante as férias da investigadora que tendo a oportunidade de reunir na hora indicada, embora sem possibilidade para a Leonor e para a Iolanda, agendou com a Maria João o melhor dia para refletirem sobre a Monoparentalidade e realizarem algumas das atividades já concluídas pelas outras mães nas sessões até então.

Apesar do pouco tempo disponível, a sessão desenrolou-se por quase todos os tópicos identificados para discussão desde o conceito de família pela definição por escrito, num papel, da perspetiva que a Maria João tinha de família, às conceções sobre ser mulher ainda que mãe e os novos vínculos afetivos.

A rede de suporte foi também abordada, tendo a Maria João realizado a atividade do Círculo dos Amigos mencionando alguns desabafos como: *“É engraçado eu antes tinha mais amigos que amigas”* e sobre o facto de sentir que no Porto as pessoas a acolheram melhor do que na altura em Lisboa, mas que aqui se torna difícil fazer parte da comunidade enquanto em Lisboa se passa automaticamente a fazer parte da família dos amigos inferindo que *“já cá estou há 20 e tal anos, conheço muita gente (...) mas não são amigos que me conhecem bem, sabem o básico, que tenho 3 filhos, que isto, que aquilo mas não é aquela amizade que tenho com os meus amigos de Lisboa”*.

A Maria João elaborou também o seu *Path* que tinha como estrela polar casa e carro próprios. Durante o preenchimento deste mapa, a Maria João foi referindo que *“houve alturas em que não me importava muito com objetivos”* e que *“se eu tivesse uma hipótese em Lisboa (...) estou atenta a qualquer oportunidade que surja”*. Assim que foi considerado como terminado, a investigadora fez uma leitura do *Path* consoante os passos e a cronologia inerente. Após isto, a Maria João sorriu dizendo: *“Este é o meu caminho”* identificando no entanto que não se sentia realizada e que estava sempre preocupada que a vida de repente *“desse mais um embrulho qualquer”*.

Apesar das acessões sobre o seu *Path* decidiu-se voltar à discussão, desta vez, às questões de género e ao papel atual do pai na vida dos filhos bem como à relação escola-família e propostas ou ideias de intervenção.

A investigadora antes do término da sessão ainda questionou se a Maria João tinha algo a acrescentar, dada a situação desta sessão ser mais livre e não tão estipulada e regrada ao que a mesma respondeu com a consideração que se tinha abordado um pouco de tudo e com a confirmação de ideias anterior concluindo com o sonho de que *“era ótimo que a gente todos encontrássemos um príncipe encantado, mas não é possível”*.

Finalizou-se a sessão com a investigadora entregando a letra decorativa, respeitante à inicial do nome verdadeiro da Maria João com palavras inscritas que considerou perante as sessões

em que a mesma esteve presente. A Maria João agradeceu aquela lembrança e disse estar disponível ainda que não presencialmente, para qualquer outro contributo por exemplo via *email* e disse que iríamos mantendo todas o contacto para já através do nosso grupo de whatsapp.

### **17/07/2018 – terça-feira com início às 18h30 – décima primeira sessão**

Esta sessão, agendada com o intuito de discussão das propostas de intervenção e de praticidade da investigação, focou-se no desenvolvimento da ideia já intencionada em sessões anteriores de ser criado um Grupo de Apoio Às Famílias, na Cidade de Gesin.

Antes do início da conceção da ideia as participantes mostraram-se felizes por mais uma sessão e também por tomarem as rédeas neste propósito de se estabilizar uma proposta. A investigadora solicitou nesta sessão o preenchimento de uma ficha de caracterização, que habitualmente é apresentada aos participantes no início de uma investigação. Nesta investigação justifica-se ser uma tarefa tardia e um documento apenas com informações básicas descritivas, algumas mencionadas até superficialmente nas sessões pois todo o discurso das participantes foi fluído e as mães iam referindo inclusive que preferiam a expressão oral ao invés de preenchimento de documentação ou atividades que requeressem um grande investimento intelectual ou mais demorado.

As ideias para a proposta foram surgindo e assim que se avançava na definição de objetivos, público-alvo, identificação de oportunidades e também dificuldades, a investigadora ia apontando as ideias em tópicos para uma perceção genérica do que já tinha sido mencionado.

A viabilidade da existência do Grupo também foi um aspeto bastante debatido mas conforme mencionado pela Iolanda, poderiam existir regimes de voluntariado, conforme assume: *“... temos de nos pôs no lugar do outro, ajudar, disponibilizar 1h ou 2h (...) neste caso precisei e já tive ajuda ou procurei ajuda, agora vou ajudar os outros com a minha partilha de experiências e informações básicas que eu possa saber”*.

Foi uma sessão muito marcada pelas ideias repentinas mas logo de imediato corroboradas ou refutadas por acessões de praticidade e relatividade. Um dos momentos mais

interessantes foi a escolha do nome para o Grupo, marcando todo o desenvolvimento da ideia e as suas visões sobre como socialmente e culturalmente poderia o mesmo ser julgado. Ambas entrevistaram com muita determinação e ficaram definidos os pontos-chave para elaboração de uma proposta embora não aceitando assumirem a redação do documento por falta de tempo. No entanto, após a idealização do mesmo pela investigadora através de todas as contribuições e conteúdo desta e de outras sessões, foi sugerido revermos juntas o documento no final de agosto ou início de setembro, antes da versão a entregar à entidade competente.

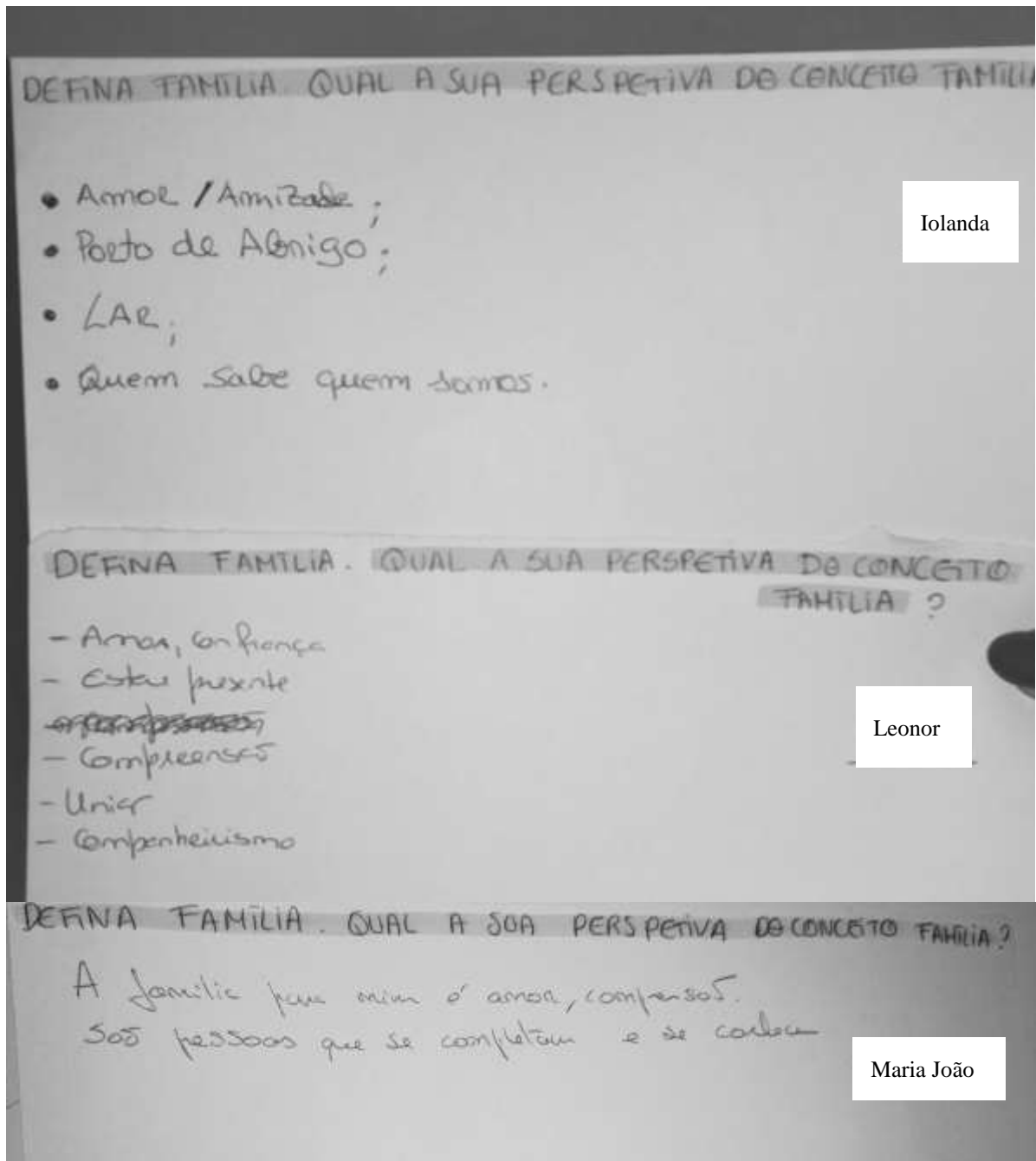
Finalizou-se a sessão agradecendo a presença bem como desejando umas boas férias lamentando-se, uma vez mais, o facto de a Maria João não conseguir atender a esta sessão. A investigadora partilhou alguns dos momentos da sessão que teve com a mesma (desde acessões, ao Circulo dos amigos e ao *Path*) e mencionou que irá enviar um *email* para a Maria João com a transcrição desta sessão e que as mesmas irá contribuir também com ideias para o Grupo de Apoio às Famílias e inclusive remeter a ficha de caracterização preenchida para análise no âmbito da investigação.

### **29/09/2018 - sábado com início às 14h00 – décima segunda sessão**

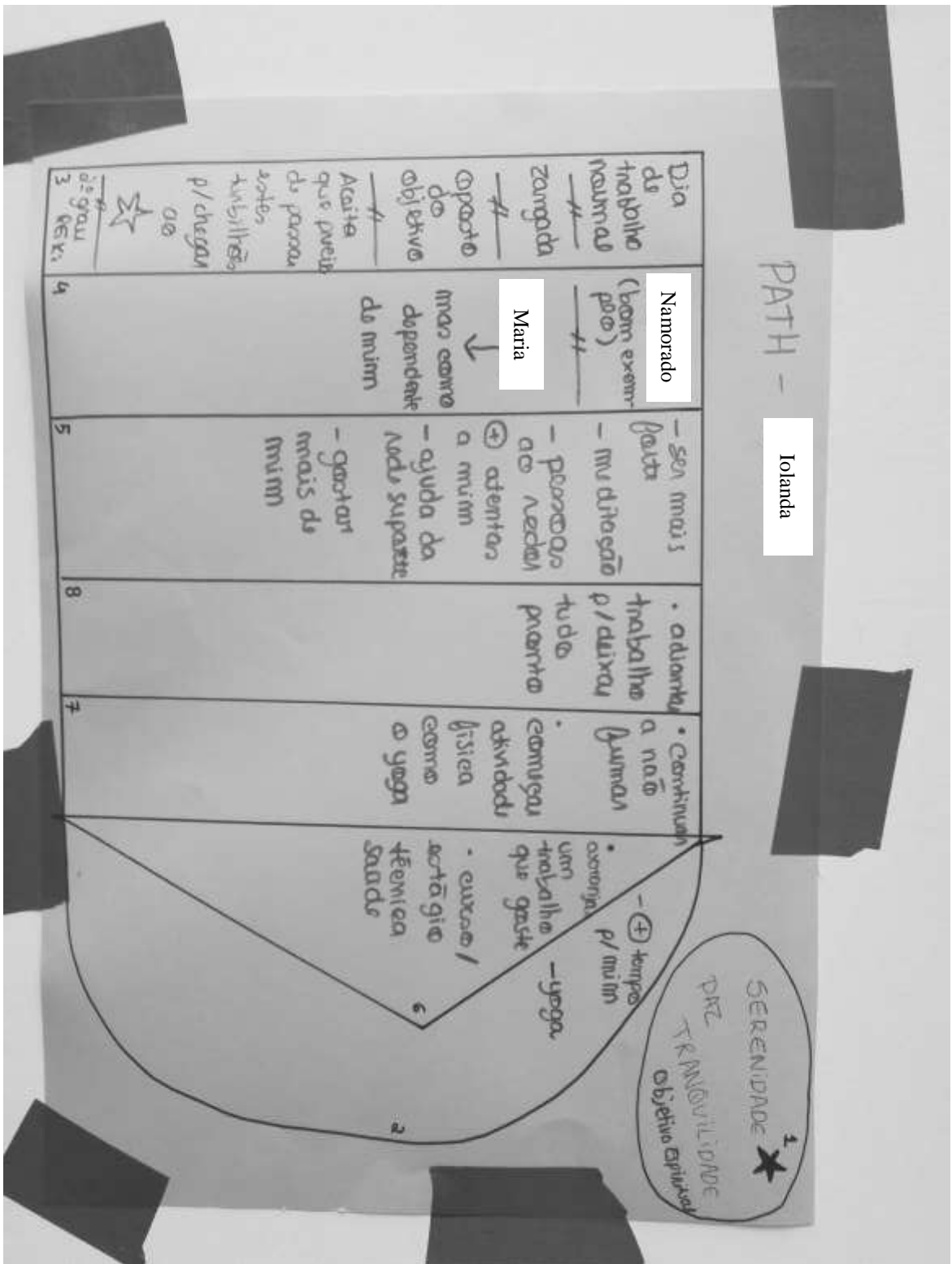
Esta sessão foi agendada num ambiente diferente, dado que o intuito seria a leitura do documento da Proposta para criação do Grupo Apoio às Famílias e a sua assinatura.

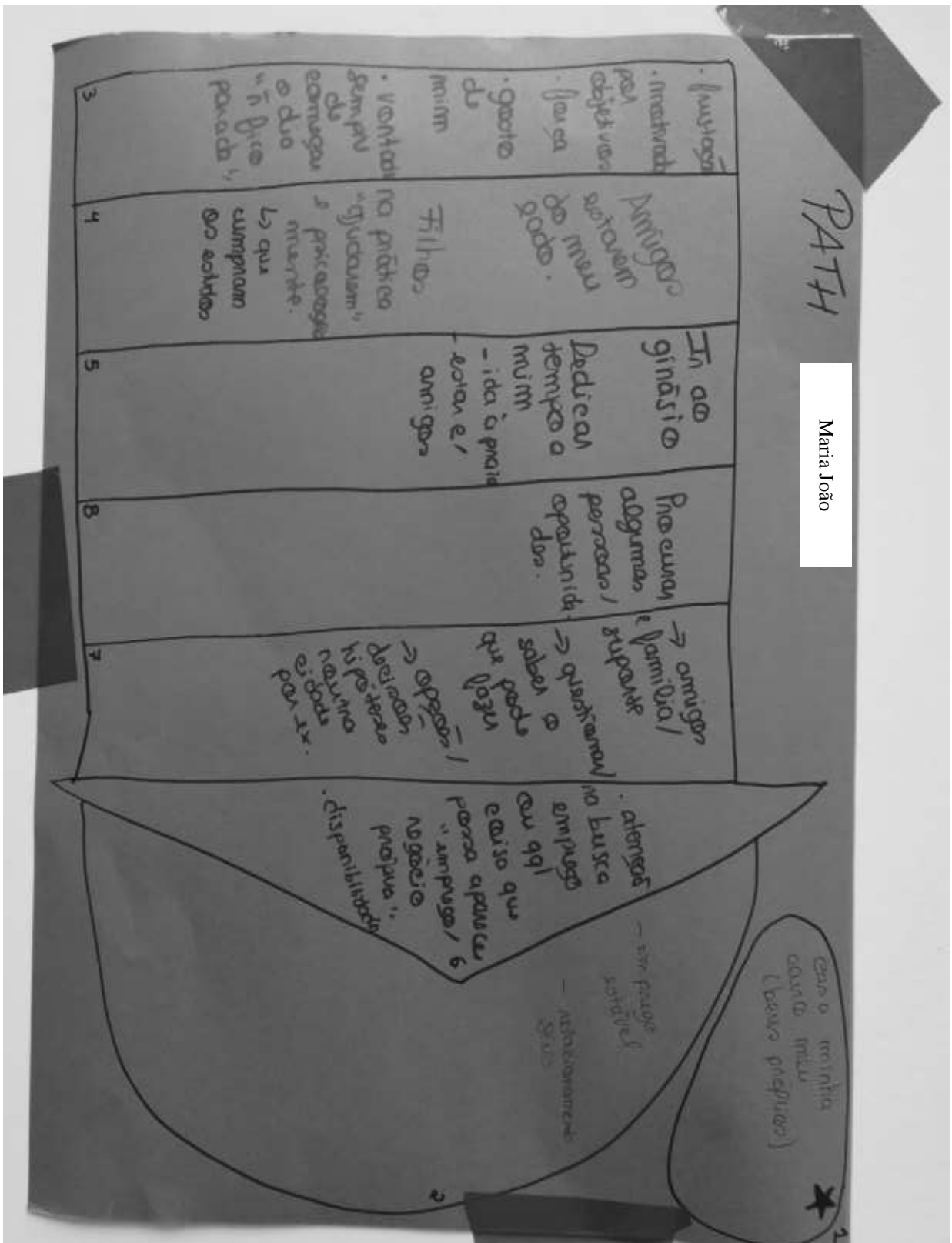
Desta forma, foi escolhida uma esplanada, numa pastelaria da cidade, que se destaca pela sua tranquilidade e pouco movimento naquela hora do dia, num local que todas teriam acesso facilmente, e após um café, num ambiente informal e descontraído, e numa conversa sobre o quotidiano, cada mulher ia lendo o documento e no final da sua leitura, assinava.

Anexo 4 – Definições de Família das participantes











Anexo 8 – Prós e Contras da Monoparentalidade

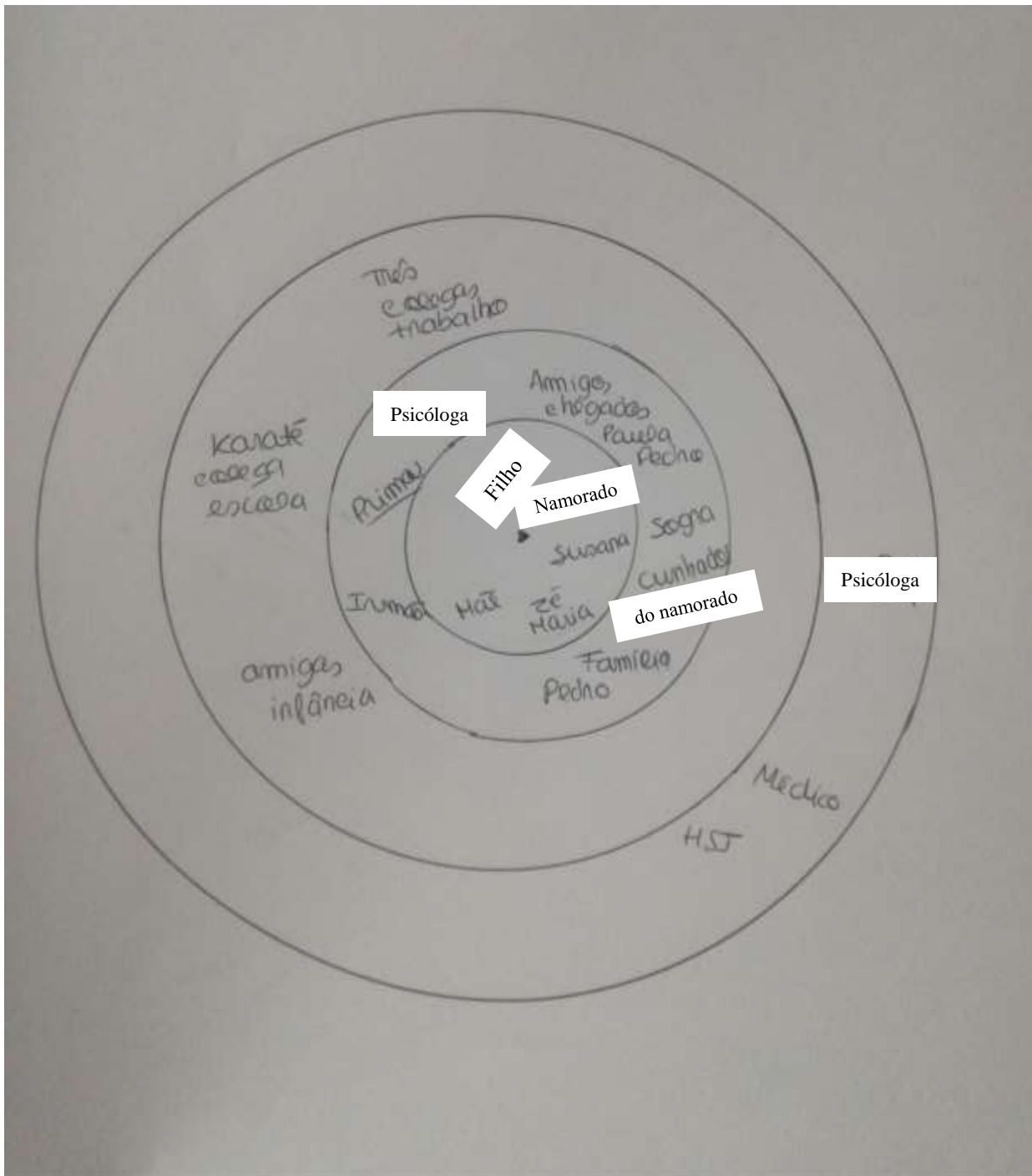
Leonor

- Ter de decidir:
  - Educar
  - Decisões
- Sentir-se responsável por alguma tristeza do Rodrigo
- Ter o meu filho 90% do tempo só para mim
- Criar de um laço mais forte
- Sentir-me segura como meu filho

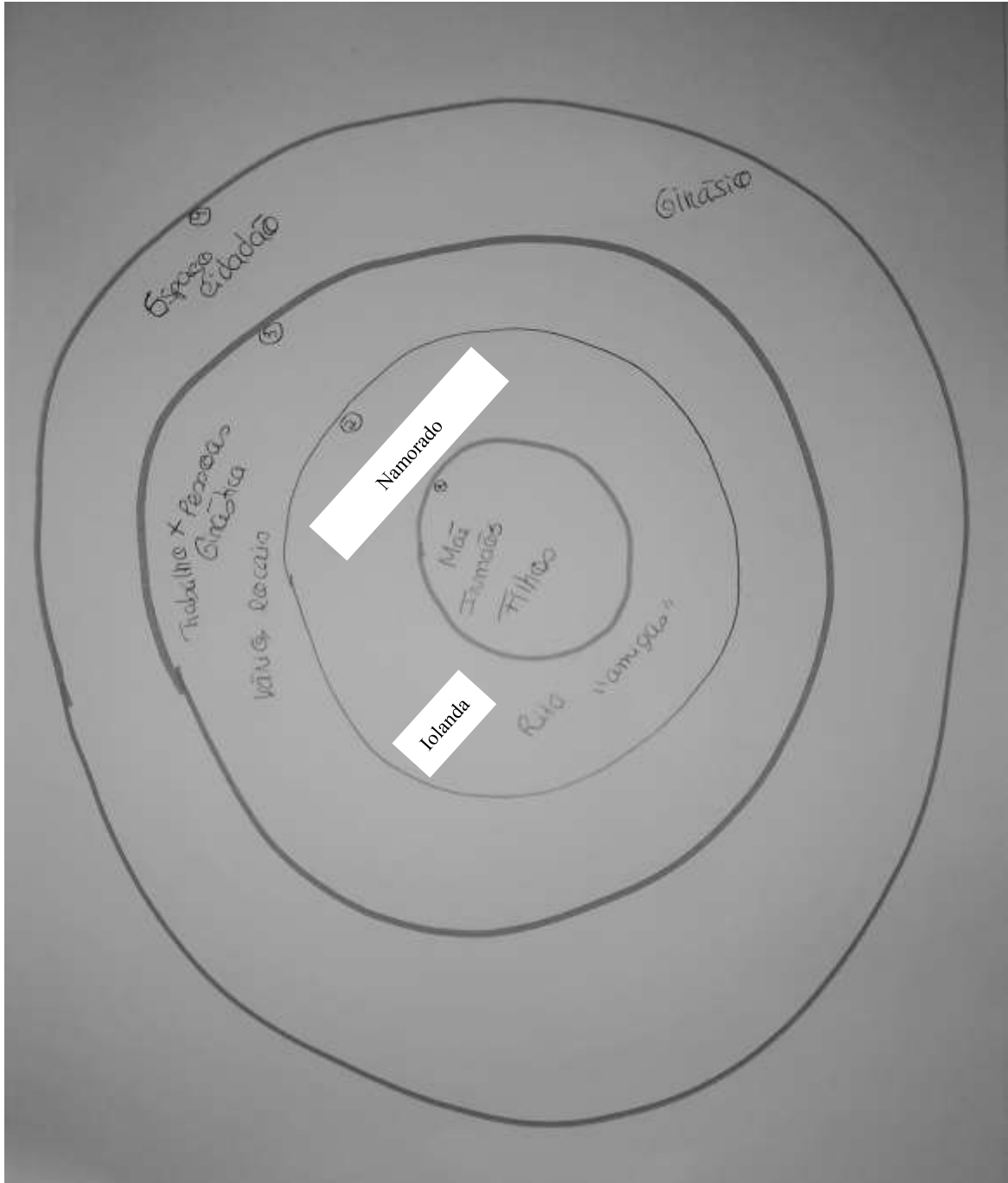
Iolanda

- Cumplicidade e/ filha
- Ser eu a Educar
- Amar incondicionalmente
- Não ter tempo p/mim
- Burruceiassss
- Medo de Abusa/Horror

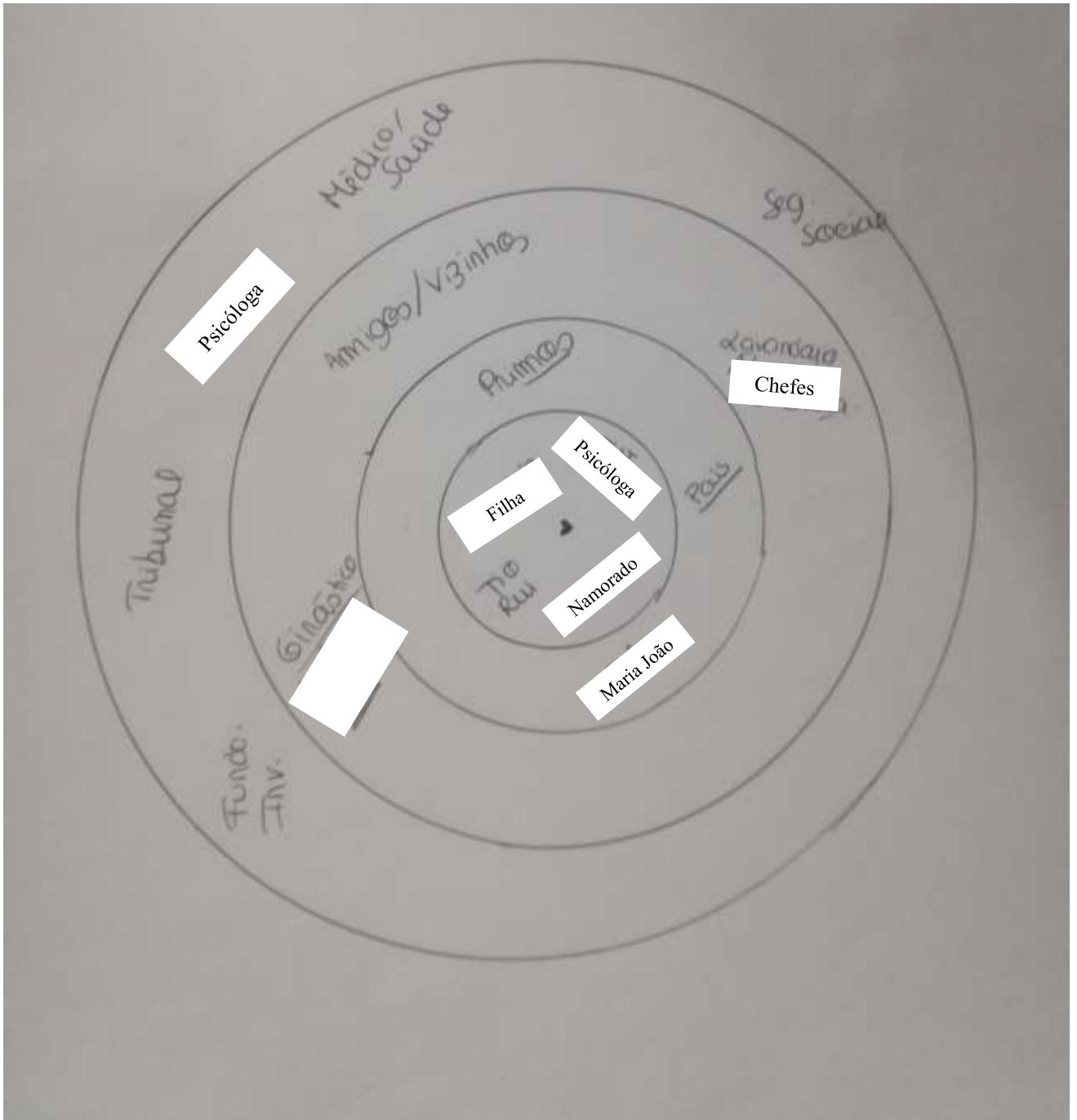
Anexo 9 – Círculo de Amigos da Leonor



Anexo 10 – Círculo de Amigos da Maria João



Anexo 11 – Círculo de Amigos da Iolanda



Anexo 12 – Publicidades utilizadas na sessão





## **PROPOSTA**

### **GAF – Grupo de Apoio Famílias**

#### **Contextualização**

Dados de 2013 expressam que em Portugal existiam cerca de 413 951 famílias monoparentais, entre as quais a grande maioria, 365 295, eram femininas. Quatro anos mais tarde, em 2017, os números sobem para cerca de 387 320 famílias monoparentais femininas num universo de 439 787 famílias monoparentais (INE). Na região norte em 2017, segundo a PORDATA, estimavam-se 144 800 famílias monoparentais.

No caso específico de [redacted] com cerca de 130 000 habitantes (Anuário Estatístico da Região Norte, 2017), esta apresenta cerca de [redacted] famílias (PORDATA - Censos de 2011). Segundo dados dos Censos de 2011, a dimensão média das famílias na [redacted] elementos, o que nos leva a refletir sobre a sua possível composição, dado que o número caiu dos [redacted] (Censos de 1981) e [redacted] (2001). Embora não existam dados sobre a representatividade da Monoparentalidade na cidade, se a mesma acompanhar as estatísticas da região Norte, que em 2017, apresenta 144,8 mil agregados domésticos privados monoparentais, número superior a todas as outras regiões inclusive à da Área Metropolitana de Lisboa, estamos perante um contexto que justifica uma resposta social para os novos tipos de família, designadamente as que estão em causa nesta proposta (PORDATA).

#### **A vulnerabilidade e as problemáticas das famílias Monoparentais**

A pluralidade de papéis sociais assumidos pelas pessoas que vivem na condição de chefes de famílias numa família monoparental é notória. A sobrecarga destes papéis assumidos face às dificuldades económicas inerentes e a cenários, em alguns casos, de violência expõe as suas fragilidades.

Estas pessoas lidam no seu quotidiano com o sentimento de abandono ou constrangimentos organizacionais e financeiros que enfrentam em prol dos seus dependentes. As jornadas de trabalho árduo extra que muitas vezes enfrentam e as redes de suporte diminutas que advêm, são preocupantes e revelam-se na sua relação intrafamiliar. Por estas razões, estas pessoas reúnem condições de especial vulnerabilidade social.

Sabe-se e é notório que a Rede Social [redacted] composta por uma panóplia de serviços que são adaptados à diversidade de problemáticas sociais e que colocam sempre as pessoas em primeiro lugar. Contudo, são ainda inexistentes respostas específicas para a situação particular das famílias monoparentais e das suas problemáticas.

Ao longo dos últimos meses, um grupo constituído por uma aluna do Mestrado em Educação e Formação, na vertente de Educação Social e Intervenção Comunitária, do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, e três mulheres residentes [redacted], mães em famílias monoparentais, tem vindo a desenvolver um trabalho de investigação participativa, em resultado do qual surgiu a presente proposta de criação de um grupo informal destinado a apoiar as famílias monoparentais da cidade.

### **A proposta**

Constituição do "Grupo de Apoio Famílias [redacted] – GAF" um grupo informal que atuará como facilitador de suporte e de informação junto de famílias monoparentais [redacted]. A sua missão fundamental será promover a inclusão e a participação social destas famílias, através da partilha e discussão de experiências relacionadas com as suas situações familiares, num clima de aceitação e abertura.

### **Objetivos do GAF**

1. Proporcionar oportunidades de convívio e de partilha de vivências aos membros de famílias monoparentais;

2. Possibilitar a discussão sobre as necessidades, constrangimentos e conquistas coletivamente sentidas por famílias monoparentais, a partir do mote: "Faço parte de um novo tipo de família, e agora?";
3. Potenciar a interajuda e aprendizagem coletiva entre estas famílias, designadamente através da troca de informações e de esclarecimentos.
4. Auxiliar na orientação destas famílias para as respostas sociais do município;

#### Processo de implementação:

##### 1. Fase experimental (6 meses):

- O grupo "fundador" do GAF [ ] irá dinamizar o projeto, procurando outros membros de famílias monoparentais da cidade c [ ] ue queiram integrar o GAF [ ];
- Pretende-se dinamizar sessões de encontro e discussão entre membros de famílias monoparentais da cidad [ ] as sessões terão uma duração entre 1 e 2 horas, com periodicidade semanal ou quinzenal;
- No final da fase experimental, o GAF [ ] fará uma avaliação do trabalho desenvolvido e perspetivará as condições necessárias para a sua continuidade

##### 2. Recursos necessários:

- Local para as sessões: no centro da [ ], uma sala dentro de um local já conhecido pelos munícipes, de fácil acesso. Por exemplo, no próprio Serviço de Apoio ao Cidadão (S.A.C.).
  - a. Com mesa(s) e cadeiras
  - b. Um computador e acesso à internet
  - c. Uma sala no mesmo local onde pudessem ficar os menores, não tendo os pais com quem os deixar aquando da participação nas sessões do GAF [ ]

- Recursos Humanos: Para além dos elementos do grupo inicial, poderão ser necessários facilitadores, um ou dois voluntários presentes nas sessões, designadamente para apoiar na guarda das crianças e realização de atividades lúdicas, tal como explicitado no ponto anterior.

- Possibilidade de horários flexíveis, por exemplo: numa semana a sessão ocorrer de manhã, outra semana à tarde e uma em horário pós-laboral (a definir pelos intervenientes, consoante a sua disponibilidade e necessidade)

### 3. Divulgação:

- Folhetos, informações expostas na Segurança Social, Finanças, Centros de Saúde, porta do local de realização das sessões, etc. desenvolvidos pelos voluntários facilitadores das sessões bem como pelas participantes das sessões.
- Criação de página nas redes sociais, pelos voluntários;
- Publicação no *website* da Câmara

### Apoios:

- Associações, grupos ou instituições já existentes.
- Apelos e iniciativas para angariar voluntários pela Santa Casa da Misericórdia, Cruz Vermelha, S.A.C, etc.

Neste sentido, pretende-se o apoio do Serviço de Apoio ao Cidadão, em colaboração com a Junta de Freguesia, nos recursos identificados anteriormente e a possibilidade de divulgação consoante os vossos meios habituais e pelas famílias identificadas já pelos vossos serviços, percebendo o interesse dos mesmos em aderir ao Grupo.

Solicita-se a aprovação e anuência desta Proposta possibilitando uma hora e local num espaço do município para a angariação de voluntários, criação da página de redes sociais e informação da ação respetiva, pelas proponentes. O objetivo inicial, além da perceção do interesse de outras pessoas, em situação de Monoparentalidade, é a angariação de voluntários,

que doem um pouco do seu tempo para serem facilitadores das sessões e ajudem na divulgação do Grupo.

*Somos uma cidade de famílias, não só as nucleares...todas. A ... não as  
pessoas, são os grupos e os laços que os unem.*

**Anexo:** Documento que identifica o incumprimento de um progenitor cuja obrigação de pagamento é insuscetível de ser cobrada.

29 de setembro de 2018,

As proponentes,

Rr

P.

e

Catarina Miranda